

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FILOMENA CRISTINA DA SILVA MARQUES

**O CONSELHO POLÍTICO: A SUA PARTICIPAÇÃO NA ESTRUTURA
ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA E JUDICIAL DO BRASIL HOLANDÊS (1630-1644)**

RECIFE

2018

FILOMENA CRISTINA DA SILVA MARQUES

**O CONSELHO POLÍTICO: A SUA PARTICIPAÇÃO NA ESTRUTURA
ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA E JUDICIAL DO BRASIL HOLANDÊS (1630-1644)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento.

RECIFE

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M357c Marques, Filomena Cristina da Silva.

O Conselho Político : a sua participação na estrutura administrativa, econômica e judicial do Brasil holandês (1630-1644) / Filomena Cristina da Silva Marques. – 2018.

164 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

Inclui Referências e apêndices.

1. História. 2. Holandeses – Brasil. 3. Colônias. 4. Conselho político. 5. Conselheiros. 6. Período nassoviano. 7. Colônia neerlandesa. I. Nascimento, Rômulo Luiz Xavier do (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-084)

FILOMENA CRISTINA DA SILVA MARQUES

**O CONSELHO POLÍTICO: A SUA PARTICIPAÇÃO NA ESTRUTURA
ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA E JUDICIAL DO BRASIL HOLANDÊS (1630-1644)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento.

Aprovada em: 13/03/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. George Félix Cabral de Souza (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Aos meus pais, irmãos e sobrinha,
com amor.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desse trabalho tive a ajuda de várias pessoas que com gestos, palavras e ações tornaram essa jornada possível.

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais Vanuza Margarida e Manoel Marques pelo apoio e ajuda incondicional. Aos meus irmãos Maria Sueli e Pedro Luís que sempre estiveram do meu lado, principalmente a minha sobrinha Maria Bianca que é a minha inspiração, sempre tentando riscar os meus livros e sentando perto de mim enquanto escrevia.

Agradeço ao meu orientador Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento pelas horas em que passou corrigindo este trabalho e pela sua orientação e ajuda sempre que solicitei.

Agradeço imensamente as professoras Virgínia Assis e Jeannie Menezes pela valiosa ajuda prestada ao me inserir nos caminhos da justiça colônia e pela paciência e atenção com que as minhas dúvidas foram sanadas.

Agradeço aos professores Bruno Miranda e George Cabral que na qualificação me deram dicas valiosas e correções importantes para o desenrolar deste trabalho.

Aos meus colegas do mestrado Josinaldo de Souza e Jéssica Rocha pelas conversas estimulantes e por ter me ajudado quando solicitei. A Suzana Veiga que sempre estava disposta a me auxiliar e me acompanhar no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, e pelas nossas maravilhosas conversas. A Sandriano José da Silva, o meu grande amigo da graduação que me ajudou com as pesquisas do PIBIC e pelas nossas conversas e discussões de assuntos variados que me deixava a par da política do nosso país.

Agradeço as minhas amigas do curso de Secretariado, Jaísa Nobrega e Leandra Maria, por sempre ter me ajudado nos trabalhos das disciplinas do curso quando estava ocupada com a dissertação. A Rose Kelly Brito por ter me ajudado e ensinado a fazer os quadros que completam este trabalho. Agradeço também a essas pessoas que por motivos diversos me apoiaram e ajudaram, como tia Lindalva A. Marques, tia Luzinete Marques, Rosivaldo da Silva, Maria Júlia, professor Ednaldo, Wander Rubens, Roseane Lima, Maria Janeide, Patrícia, Sandra Regina e a professora Dra. Lucilene A. C. Marques de Sá.

Agradeço ao CNPQ por ter financiado este trabalho e ao programa de pós-graduação em História por ter me dado uma chance para que esta dissertação fosse desenvolvida.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo falar sobre a instituição neerlandesa: o Conselho Político. Ele foi implantado na capitania de Pernambuco em 1630 com o intuito de cuidar da administração, da economia, das finanças e da justiça. Era, na verdade, o representante administrativo da Companhia das Índias Ocidentais. No capítulo 1, abordaremos sobre o funcionamento e a composição do Conselho Político entre os anos de 1630 a 1636. Nos debruçaremos sobre quem eram esses conselheiros. O capítulo 2 será destinado a composição e as funções da instituição no período nassoviano (1637-1644), pois, nesta fase, o Conselho Político entregou o gerenciamento da colônia ao governador Maurício de Nassau e ao Alto e Secreto Conselho, tornando-se uma instituição judicial e que junto com a justiça exercia encargos administrativos, econômicos, financeiros e militares. Portanto, falaremos sobre as mudanças que ocorreram na atuação dos conselheiros políticos no período anterior e durante o governo de Maurício de Nassau. O capítulo 3 está voltado para a realização das atividades do Conselho Político nas esferas administrativas, econômicas e judiciais. Logo, este trabalho terá como foco a atuação do Conselho Político na colônia neerlandesa mostrando que sua participação foi essencial para o desenvolvimento das atividades cotidianas no Brasil holandês.

Palavras-chaves: Conselho Político. Período Nassoviano. Colônia Neerlandesa. Brasil Holandês.

ABSTRACT

The aim of this work is to deal with the Dutch institution: the Political Council. It was established in the captaincy of Pernambuco in 1630 with the intention to take care of the administration, the economy, the finances and the justice. He was, in fact, the administrative representative of the Company of the West Indies. In Chapter 1, we will cover the functioning and composition of the Political Council between the years 1630 and 1636. We will look at who these councilors were. Chapter 2 will be devoted to the composition and functions of the institution in the Nassovian period (1637-1644), for at this stage the Political Council handed over the management of the colony to Governor Maurice of Nassau and to the High and Secret Council, making it a institution, which together with the judiciary exercised administrative, economic, financial and military charges. Therefore, we will talk about the changes that occurred in the performance of political advisors in the previous period and during the Nassau government. The third chapter will focus on the activities of the Political Council in the administrative, economic and judicial spheres. Therefore, this work will focus on the work of the Political Council in the Dutch colony, showing that its participation was essential for the development of daily activities in Dutch Brazil.

Keywords: Political Council. Nassovian period. Dutch colony. Brazil Dutch.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Salários dos conselheiro políticos e dos seus funcionários.....	36
Quadro 2 – Deslocamentos dos conselheiros políticos entre as capitanias e suas jurisdições (1634-1636)	63
Quadro 3 – Estrutura administrativa neerlandesa 1637 a 1644.....	72
Quadro 4- Engenhos de conselheiros políticos no Brasil holandês.....	82
Quadro 5 – Distribuição da produção comercial na colônia neerlandesa.....	113
Quadro 6 – Conselheiros políticos (1630-1644)	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LAPEH	Laboratório de pesquisa e ensino de História
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIAHGP	Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
VOC	Companhia das Índias Orientais
WIC	West-Indische Compagnie/Companhia das Índias Ocidentais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DESEMPENHADAS PELO CONSELHO POLÍTICO (1630-1636): SUAS FUNÇÕES E SUA COMPOSIÇÃO	
2.1	A República das Províncias Unidas dos Países Baixos no contexto Ultramarino do século XVII.....	23
2.2	As atribuições do Conselho Político no Regimento das Praças de 1629.....	30
2.3	A distribuição da esfera judicial da colônia no Regimento de 1629.....	36
2.4	As atribuições do Conselho Político na colônia neerlandesa.....	40
2.5	Os conselheiros que faziam parte do Conselho Político (1630-1632)	41
2.6	Os desentendimentos entre os conselheiros políticos e os militares.....	45
2.7	A discussão entre o Conselho Político e os diretores dos XIX por conta do abandono e destruição da vila de Olinda.....	51
2.8	A Diretoria Delegada (1632-1634)	53
2.9	A distribuição das atividades dos conselheiros políticos de 1634 a 1636.....	56
2.10	A composição do Conselho Político de 1634 a 1636.....	58
2.11	O deslocamento dos conselheiros políticos para administrar a colônia entre 1634 a 1636.....	60
2.12	Os motivos que levaram os Diretores dos XIX a substituírem o Conselho Político na direção da colônia.....	68
2.13	Conclusão do primeiro capítulo.....	70
3	O FUNCIONAMENTO E A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO POLÍTICO DE 1637-1644	
3.1	A modificação da posição do Conselho Político na administração da colônia no período nassoviano.....	72
3.2	Os conselheiros políticos do início do governo nassoviano.....	76
3.3	Os conselheiros políticos – senhores de engenhos.....	80
3.4	Os conselheiros políticos do período nassoviano 1637-1644.....	85
3.5	A disputa entre os escabinos de Olinda e os conselheiros políticos pela jurisdição dos processos judiciais no Recife.....	93

3.6	O desrespeito às autoridades superiores na colônia.....	97
3.7	Conclusão do segundo capítulo.....	100
4	A ATUAÇÃO DO CONSELHO POLÍTICO NAS ESFERAS ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E JUDICIAIS E A SUA RELAÇÃO COM A ELITE AÇUCAREIRA	
4.1	O acordo feito entre o Conselho Político e os luso-brasileiros em 1634.....	102
4.2	As dívidas dos conselheiros políticos com a Companhia das Índias Ocidentais.....	105
4.3	As mercadorias que eram comercializadas na colônia e na Europa.....	108
4.4	Transporte das mercadorias na colônia e no Atlântico.....	114
4.5	As vantagens e as desvantagens da liberdade de comércio.....	118
4.6	Meios utilizados pelos conselheiros políticos para realizar as transações comerciais na colônia.....	123
4.7	Fatores da precariedade da justiça neerlandesa.....	128
4.8	As punições aplicadas na colônia neerlandesa.....	131
4.9	A investigação, em 1637, de alguns conselheiros políticos acusados de crimes de corrupção e assassinato.....	137
4.10	Conclusão do terceiro capítulo.....	142
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICE A – CONSELHEIROS POLÍTICOS (1630 A 1644)	157

1 INTRODUÇÃO

A dominação neerlandesa ¹ na América Portuguesa no século XVII foi alvo de vários estudos e diálogos que compreendem desde antes de sua invasão até depois da sua retirada. Os vinte e quatro anos em que a capitania de Pernambuco e posteriormente as capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, permaneceram sob o poder dos neerlandeses foi dividido pela historiografia clássica entre três períodos distintos, sendo eles: a guerra de conquista (1630-1636), o período nassoviano (1637-1644) e a guerra de reconquista ou a Insurreição Pernambucana (1645-1654).

No primeiro período, marcado em sua maioria por guerras e escaramuças militares, a colônia neerlandesa era administrada pelo Conselho Político. Esta era uma instituição que representava os interesses da Companhia das Índias Ocidentais/West-Indische Compagnie (WIC). ²

Este trabalho parte da análise da participação do Conselho Político na colônia, o mesmo era responsável em gerir a colônia neerlandesa nas esferas administrativas, econômicas, financeiras, judiciais e auxiliava nas questões militares.

Um dos objetivos deste trabalho está em entender a atuação dos conselheiros políticos no exercício de suas atividades nessas diferentes esferas administrativas.

Nos primeiros anos a participação dos conselheiros políticos estava voltada para as decisões militares, inclusive alguns deles deveriam acompanhar os oficiais do exército para ter uma presença civil nas áreas de conflito e deixar os demais membros do Conselho Político, situado no Recife, cientes dos avanços, recuos e de decisões tomadas nas escaramuças militares. Tal presença civil em questões militares gerou desavenças e atritos. Assim, veremos até que ponto essas desavenças afetaram as atividades dos conselheiros políticos e as formas utilizadas para saná-las.

Nossa preocupação também será mostrar os conselheiros políticos que exerceram suas atividades na colônia de 1630 a 1644, iniciando com a época em que chegaram na colônia. Falaremos dos cargos que ocuparam ao mesmo tempo em que eram conselheiros políticos, assim como os cargos de direção nas capitanias e nos armazéns, além do cargo de tesoureiro e da participação ativa das expedições militares. Também abordaremos o período e os motivos que os levaram a terminar suas funções como membros do Conselho Político.

¹ No decorrer deste trabalho o termo neerlandês será utilizado para designar aos habitantes das Províncias Unidas, enquanto que o holandês será para as pessoas provenientes da Holanda.

² No decorrer desta dissertação, esta sigla WIC será utilizada para se referir à Companhia das Índias Ocidentais.

Atentaremos para os meios utilizados pelos conselheiros políticos para abastecer a colônia, para movimentar a economia e a participação, desta instituição, na esfera judicial que foi tão criticada pela historiografia por considerá-la precária. Veremos em que medida a justiça era exercida na colônia. Havia promulgações de sentenças e aplicações de punições. Focaremos nas sanções que foram sentenciadas na colônia, para alguns conselheiros políticos que foram acusados de extorsões, torturas e assassinatos, além disso, tentaremos entender que tipos de punições eram aplicadas e em que época elas aconteceram.

Um fato muito importante é a modificação da estrutura administrativa neerlandesa com a substituição do Conselho Político no gerenciamento da colônia de forma geral sendo essa exercida pelo governador João Maurício de Nassau e pelo Alto e Secreto Conselho. Para isso, buscaremos entender a atuação do Conselho Político no período anterior e durante o período nassoviano, em relação às mudanças sofridas nas atribuições e na composição dos conselheiros, e como essa modificação influenciou o desenrolar das atividades cotidianas e o gerenciamento da colônia. Os conselheiros políticos, por exemplo, permaneceram atuantes no governo de Nassau, exercendo várias das funções que eram de sua responsabilidade nos primeiros anos da conquista neerlandesa, como o transporte do açúcar, a fiscalização dos armazéns, entre outras.

Na década de 1640, o Conselho Político teve o seu nome alterado para Conselho de Justiça, pois a sua atuação na colônia nessa época, em teoria, deveria se centrar nas funções judiciais.³ Mas, mesmo neste período, exerciam várias atividades, sendo a justiça apenas uma delas. Por isso, a nossa análise de estudo se prenderá as atividades praticadas pelos conselheiros políticos na esfera administrativa, econômica e judicial, visto que a maioria das suas atribuições se desenrolavam nessas áreas. Sem falar que era através das decisões e ordens emanadas para essas esferas que conseguimos compreender e visualizar o gerenciamento da colônia por parte do Conselho Político.

A historiografia clássica, por sua vez, desconsidera a participação ativa dos conselheiros políticos na administração da colônia. Considerando que esta só passaria a existir de fato no governo nassoviano, devido a sua brilhante atuação na colônia exercendo o poder executivo. As informações sobre os conselheiros políticos, em alguns historiadores e cronistas, no decorrer da dominação neerlandesa, se misturam com os relatos das investidas militares e com a administração do governador Maurício de Nassau. Não foi dada a devida importância para a participação dos conselheiros políticos na tomada de decisões que culminaram no avanço territorial e no crescimento da exportação de açúcar. Todavia, estudos mais recente, como a

³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*. 2. ed. v. 2. Recife: CEPE, 2004, p. 20.

tese do professor Rômulo Nascimento, nos mostram que a normatização da vida economia e social teve início ainda durante o governo do Conselho Político.⁴ Este não era apenas um mérito do governo nassoviano, mas de toda uma estrutura administrativa, ou seja, de instituições e cargos que o auxiliaram e lhe deram suporte para o desenvolvimento das práticas comerciais, financeiras, administrativas e judiciais na colônia. O Conselho Político era de fundamental importância para a execução de várias decisões no período nassoviano, porque permaneceu na esfera administrativa, exercendo cargos de direção nas capitanias da Paraíba, de Itamaracá, de Rio Grande do Norte e das jurisdições no sul de Pernambuco. Na esfera financeira com o cargo de tesoureiro até 1642 quando estas atribuições passam para o Conselho de Finanças.⁵ Na esfera militar acompanhando e assessorando os militares nas áreas de conflito. Na esfera econômica com a direção dos armazéns, a fiscalização das mercadorias, o transporte do açúcar, madeira e outras mercadorias.⁶ Por fim, na esfera judicial, sendo o tribunal supremo da colônia.⁷

Para realizar essa pesquisa utilizamos em grande parte os historiadores clássicos. Buscando saber o que eles escreveram sobre o Conselho Político, a forma como eles viam esta instituição e em que momento do período neerlandês os seus membros apareciam. A maioria deles apresentam o Conselho Político como uma instituição deficitária, que não conseguiu realizar uma administração eficaz na colônia. Enquanto que, alguns historiadores falam desta instituição apenas no ano de 1630 quando os seus membros iniciaram as suas atividades e no ano de 1636 para justificar o início do período nassoviano. Mas quando este se inicia em 1637, o Conselho Político é deixado em segundo plano em relação a figura do governador Maurício de Nassau ou simplesmente não é citado. Por isso buscamos com esse trabalho dar uma nova visão sobre o Conselho Político, mostrando que estavam presentes na administração da colônia e exerceram as suas atividades no período anterior e durante o governo nassoviano (1630-1644).

Para isso utilizamos um grupo de documentos traduzidos, alguns escritos pelos próprios conselheiros políticos ou pelo seu secretário, mas também pelo Alto e Secreto Conselho e pelos governadores, como Waenderbuch e Maurício de Nassau. Essas documentações tratam do cotidiano da colônia e através delas conseguimos obter grande parte das informações coletadas e apresentadas neste trabalho sobre a vida pessoal e as atividades exercidas pelos conselheiros

⁴ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. 2008. 320f. Tese de Doutorado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, UFF, 2008, p. 117.

⁵ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*. op. cit., 21.

⁶ WATJEN, Hermann. *Domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. Recife: CEPE, 2004, p. 304.

⁷ NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Difusão europeia do livro Ed. USP, 1971, p. 214.

políticos. Essa documentação está presente em livros e artigos, estes últimos, publicados na Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. No próprio Instituto conseguimos obter as edições digitalizadas destas revistas. O Laboratório de Pesquisa e Ensino de História – LAPEH, situado na própria UFPE e as bibliotecas da própria instituição, localizadas nos prédios do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na Biblioteca Central e no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, foram as principais áreas onde conseguimos obter as fontes primárias e secundárias para compor este trabalho.

Para este trabalho foram utilizados livros, teses, dissertações e artigos que tratam sobre a administração, a economia, a justiça e as questões militares. Esses trabalhos não tinham como foco o Conselho Político, mas tratam de questões relacionadas as atividades econômicas e administrativas, falam da primeira fase da colônia e como era a escolha e as funções que os conselheiros teriam no Brasil holandês. Também abordam sobre os militares e a ação da justiça neerlandesa, porém, nesta última, tratam apenas sobre a Câmara dos Escabinos. Mas, apesar disso, todos eles trabalham indiretamente com o Conselho Político, pois essas atividades eram de responsabilidade dos membros desta instituição. Portanto, saber por parte destes trabalhos como essas áreas funcionavam no Brasil holandês, nos ajudaram a ter uma noção do que estava acontecendo na colônia no período do governo do Conselho Político (1630-1636).

A partir do que foi exposto, faremos uma descrição das principais fontes primárias e secundárias utilizadas neste trabalho.

A maioria das informações obtidas sobre os conselheiros políticos foram provenientes do livro de Hermann Wätjen, “Domínio colonial holandês no Brasil”. Este nos ajudou a entender todas as responsabilidades e atividades que eles deveriam exercer na colônia, porém, o autor não forneceu muitas informações sobre esta instituição na esfera judicial. Esta é, contudo, apresentada por Mario Neme em seu livro “Fórmulas políticas do Brasil holandês”, que faz um apanhado geral da dominação neerlandesa dividindo o seu trabalho na esfera administrativa, comercial, militar, religiosa e judicial.

Para entendermos o Conselho Político na justiça, contamos com os trabalhos de dissertação de Fernanda T. Luciani e de Luize S. Navarro,⁸ que tratam da justiça no âmbito português e em seguida da justiça neerlandesa. Focam as Câmaras dos Escabinos e não se aprofundam nas desavenças desta instituição com o Conselho Político. Navarro no final de seu

⁸ NAVARRO, Luize Stoeterau. *Entre dois mundos: câmara e escabinos na circularidade da cultura jurídica no Brasil holandês (1630-1654)*. 2015. 195f. Dissertação de mestrado em Direito. Setor de Ciências Jurídicas. Departamento de Direito. Curitiba, UFPR, 2015.

trabalho traz a tradução das Instruções de 1636 que nos auxiliaram no entendimento das atribuições dos conselheiros políticos no período nassoviano.

Outras bibliografias auxiliaram a perceber a presença constante do Conselho Político nas diversas atividades coloniais, principalmente na administração e na economia. Foram os livros de Charles Boxer “Os holandeses no Brasil” e de José A. Gonsalves de Mello “Tempo dos Flamengos”⁹, além de Evaldo C. de Mello, com “Olinda Restaurada”¹⁰ onde mostra a participação dos conselheiros políticos, mesmo sem tê-los como foco de suas análises.

A tese de Rômulo Nascimento nos deu um importante suporte para entendermos o Conselho Político e sua participação nas atividades econômicas de 1635 a 1636, onde foi preparado o terreno para o governo de Nassau. Aborda a importância das decisões dos conselheiros políticos neste curto espaço de tempo, que foi primordial para o desenrolar das atividades econômicas da colônia.

Além de Nascimento, também utilizamos para entendermos a forma como os conselheiros políticos realizavam as transações econômicas na colônia o artigo de Lúcia Furquim Werneck Xavier “Circulação monetária no Brasil neerlandês”,¹¹ através dele fazemos uma discussão sobre as vantagens e as desvantagens da liberdade comercial e os meios que o Conselho Político iria se utilizar para obter víveres, sendo a troca de mercadorias a principal delas, assim como compras a crédito e empréstimos. No livro “O Bagaço da cana,”¹² de Evaldo C. de Mello, tivemos acesso às informações sobre os conselheiros políticos donos de engenho. Além disso, ficamos sabendo do preço que os engenhos foram vendidos, a forma de pagamento e a produção de alguns deles.

Para termos uma noção sobre os conselheiros nas expedições militares, buscou-se como principais fontes os livros de Joannes de Laet que nos informa de maneira detalhada a ação dos soldados da Companhia. Conseguimos extrair várias informações sobre as decisões tomadas pelos conselheiros políticos de 1630 a 1636, principalmente, as que envolviam as questões militares.¹³ Sobre a participação dos mesmos na colônia, contamos com a tese de Bruno

⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. São Paulo: Ed. Topbooks, 2007.

¹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

¹¹ XAXIER, Lúcia Furquim Werneck. *Circulação monetária no Brasil neerlandês*. (CLIO) Revista de pesquisa histórica. N. 29. 2, 2011.

¹² MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹³ LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Tradução de José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vols. 4. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1912-1925.

Miranda ¹⁴ que nos mostra desde os locais de onde esses militares provinham da Europa, a forma de recrutamento e como era a sua participação na colônia.

É importante que se mencione sobre as dificuldades sofridas pelos militares relacionadas à falta de víveres e de dinheiro que deveriam ser resolvidas pelo Conselho Político, essas dificuldades geravam ações violentas para com a população luso-brasileira, resultando em julgamentos dos delitos contra os moradores que pertenciam à esfera civil, ou seja, ao Conselho Político.

Contou-se como apoio as cartas do governador Waerdenburch presentes no livro “Documentos holandeses” publicado pelo Ministério de Saúde e Educação. Vê-se a conquista do ponto de vista militar, mais especificamente do governador e que há pouca menção nessas cartas sobre o Conselho Político, porém, a partir delas observa-se a insatisfação do governador pelo seu limitado poder na colônia, pois, era subordinado a uma instituição civil. A partir das suas queixas, a Companhia lhe confere o direito de ocupar assento no Conselho Político, tendo direito a voto, mas sem permissão para ocupar o cargo de presidente da instituição, além disso, não poderia tomar nenhuma decisão que não fosse de caráter militar. ¹⁵ O governador Waerdenburch pediu demissão e partiu para as Províncias Unidas em 1633. Além das cartas, são utilizados documentos traduzidos por José Antônio Gonsalves de Mello presentes nos livros “Fontes para a história do Brasil holandês”, Tomos I e II, que trazem uma série de cartas oficiais de conselheiros políticos, de altos e secretos conselheiros e do governador Maurício de Nassau, nas quais relatam a situação das capitanias e da administração neerlandesa.

No final do segundo volume, encontram-se nomes, atribuições e cargos exercidos na colônia por cada um dos conselheiros políticos. Estas informações foram essenciais para compor o quadro sobre os conselheiros políticos que se encontram em anexo no final deste trabalho, mostrando detalhadamente as informações sobre os conselheiros políticos e proporcionando uma noção de quem foram e as atividades que exerceram na colônia. Além disso, é importante que se coloque que o único conselheiro político que Gonsalves de Mello não aborda é o Almirante Mathias Thyssen, que foi nomeado na colônia em 1631 com o objetivo de sanar as divergências entre civis e militares. Todavia esses atritos não cessaram. ¹⁶

Também se utilizou massivamente os relatos dos cronistas Manoel Calado, Diogo Lopes Santiago, Vicent Joaquim Soler, Johannes Baers, Joannes de Laet, Joan Nieuhof e Pierre

¹⁴ MIRANDA, Bruno Romero. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. 2001. 410f. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden, 2011.

¹⁵ Documentos Holandeses. Vol. 1. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 40.

¹⁶ WATJEN. op. cit., p. 113.

Moreau. A maioria desses cronistas abordam sobre o período de conquista, portanto, nos relatos deles, buscamos informações sobre a participação dos conselheiros políticos nas expedições militares. A partir dessas informações, ficamos sabendo quais foram os conselheiros políticos que estavam nas guerras de conquistas, as táticas de guerra, as rotas que deveriam seguir e onde deveriam atacar. Essas decisões foram tomadas tanto nas reuniões do Conselho Político, quanto nas áreas de conflito.

Alguns conselheiros políticos, nos relatos dos cronistas Manoel Calado e Diogo Lopes Santiago, aparecem com nomes diferentes, por exemplo: em Calado, Jacob Stachouwer aparece com o nome Jacobo Estacour, Gijsbert de With era Gilberto de Bitte.¹⁷ No livro do cronista Diogo Lopes Santiago, Ippo Eissens era Ipo Eysens, Hendrick Schilt era João Schilt, Jacob Stachouwer era Jacó Stachouwer, Willem Schott era Guilherme Schote e Servaes Carpentier era Gervásio Carpentier.¹⁸ Esses foram os principais cronistas portugueses utilizados nesta pesquisa, mas a partir de outros cronistas tivemos conhecimento da ação dos conselheiros políticos na colônia do ponto de vista neerlandês, como nos predicantes Johannes Baers¹⁹ e Vicent Joaquim Soler. Nos relatos de Baers, têm-se uma noção da invasão neerlandesa e da chegada dos conselheiros políticos. Enquanto que em Soler, nas suas cartas enviadas para as Províncias Unidas no período de 1636 a 1643 e que foram traduzidas por B. N. Teensma, obtivemos informações sobre o cotidiano da colônia e sobre as acusações de corrupções e pedidos de demissão para os conselheiros políticos feitas por esse predicante. Soler pediu a vinda de pessoas honestas que deveriam exercer suas funções no Conselho Político.²⁰

As Atas Diárias do Alto Governo Neerlandês no Brasil,²¹ que são documentos que serviram como registros de vários aspectos da colonização holandesa no Brasil, foram traduzidas por Pablo Marcyll Bruijns Gallindo, Ann Blokland e Judith de Jong, mostram importantes informações acerca da economia, das decisões de caráter militar e judicial, da relação entre as capitânicas e do deslocamento de mercadorias e pessoas. Através das Nótulas Diárias, viu-se o deslocamento dos conselheiros políticos na colônia onde exerciam as mais variadas atividades e resolviam os mais diversos problemas, assim como as decisões executadas pelos conselheiros para as diferentes funções que exerciam. Além das Nótulas, as ementas dos

¹⁷ CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. v. 1. Recife: FUNDARPE, 1985.

¹⁸ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco: feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. Recife: FUNDARPE, 1984.

¹⁹ BAERS, Johannes. *Olinda conquistada*. Tradução de Alfredo de Carvalho. São Paulo, IBRASA; Brasília, INL, 1978.

²⁰ SOLER, Vicente Joaquim, *Brasil holandês: dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler, 1636-1643*. Tradução de B. N. Teensma. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1999.

²¹ IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen 1635-1640*.

documentos presentes no livro “O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)”²² no volume 4, organizado por Mariane L. Wiesebron, contém os resumos das cartas enviadas do Conselho dos XIX para o Conselho Político, traduzidas por Lúcia F. Werneck Xavier. Através dessas correspondências percebe-se o controle que a Companhia exercia sobre as atividades dos conselheiros políticos limitando sua autonomia e poder de decisão, mesmo porque havia um condicionamento à aprovação dos diretores da Companhia. Consta-se que, algumas ordens e decisões aplicadas na colônia partiam dos Diretores dos XIX presentes nas instruções que enviavam constantemente para o Conselho Político. Nessas cartas demos preferência as que foram enviadas pelos Diretores dos XIX ao Conselho Político entre os anos de 1630 a 1636 e de cartas que mencionavam essa instituição no período nassoviano.

Já o documento que legitima as funções e a autoridade do Conselho Político na colônia é o Regimento das Praças conquistadas e por conquistar de 1629, traduzido por José Hygino Duarte Coelho, que contém o detalhamento de como os conselheiros políticos deveriam proceder na colônia.²³ Também utilizamos as Atas do Conselho Eclesiástico, traduzidas por Frans Leonard Schalviwijk e publicadas na RIAGHP com o título de “A Igreja Cristã Reformada no Brasil holandês. Atas de 1636 a 1648”. Nessas atas percebemos que algumas funções na área religiosa também eram de responsabilidade do Conselho Político, por exemplo, vimos que os conselheiros políticos deveriam investigar e punir os casos relacionados aos casamentos incestuosos e a bigamia.

Para melhor compreensão da atuação do Conselho Político no Brasil holandês de 1630 a 1644 dividimos os capítulos deste trabalho da seguinte forma:

O primeiro capítulo será destinado às atribuições e às funções dos conselheiros políticos presentes no Regimento das Praças de 1629. Mas antes de tratar apenas sobre o Conselho Político, este capítulo fará uma breve explanação sobre o contexto ultramarino, relatando o interesse da República das Províncias Unidas nas conquistas do além-mar e a criação da Companhia das Índias Ocidentais que implanta o Conselho Político na capitania de Pernambuco para representar os seus interesses no Brasil holandês. Abordaremos sobre a quantidade de conselheiros políticos que deveriam vir para a colônia e a quantidade que algumas Câmaras das Províncias Unidas tinham o direito de nomear. Falaremos sobre as atribuições na tesouraria, a

²² XAVIER, Lúcia Werneck. Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011. p. 90-193.

²³ PEREIRA, José Higinho Duarte. *Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais*. In: RIAHGP, n. 31, Recife, 1886. p. 289-310.

divisão da esfera judicial entre a justiça civil, criminal e militar. Versaremos sobre quem eram os conselheiros políticos que vieram para a colônia, com a divisão cronológica dos anos de 1630 a 1632, de 1632 a 1634 e de 1634 a 1636. Falaremos sobre as divergências com os militares nos dois primeiros anos e a participação dos conselheiros nas expedições militares. Abordaremos sobre as reuniões do Conselho Político que contava com a participação de militares que os assessoravam nas questões referentes aos atos de guerra, havendo assim um diálogo entre as autoridades civis e militares.

Falaremos sobre o período da Diretoria Delegada (1632-1634) em que o Conselho Político dividiu a administração da colônia com dois diretores da Companhia, Mathias van Ceulen, de Amsterdã e Johan Ghijselin, da Zelândia. Ambos tinham encargos administrativos e financeiros, e participavam, assim como os conselheiros políticos, diretamente das expedições militares. Nesse período, a maioria dos conselheiros que chegaram em 1630, num total de seis pessoas, tinham partido da colônia ou tinham falecido, restando apenas dois conselheiros políticos, a saber, Servaes Carpentier e Willen Schott.

Em 1634, a administração geral da colônia voltou para os conselheiros políticos, pois o contrato dos diretores era apenas de dois anos. A partir dessa data, nos debruçaremos sobre o deslocamento dos conselheiros políticos para realizar as mais diversas atividades, mostrando que foram bastante ativos na colônia e adquiriram experiência no trato de suas atividades. Além disso, no período de 1634 a 1636, a colônia passaria a se estender territorialmente do Rio Grande do Norte até algumas regiões no sul do Pernambuco e nessa mesma época, na colônia neerlandesa, as atividades econômicas estavam florescendo, favorecida pelo fim do monopólio comercial da Companhia das Índias Ocidentais. Porém, mesmo com o que foi alcançado pelo Conselho Político, durante o seu governo, os Diretores dos XIX não estavam plenamente satisfeitos com a forma em que eles geriam a colônia. Pois, a Companhia passou a ter uma dívida que girava em torno de 18 milhões de florins, juntando-se a isso os atritos com os militares e a população civil, além de outros fatores que juntos resultaram na decisão dos diretores da Companhia em substituir os conselheiros políticos na direção da colônia, enviando para administrá-la o governador João Maurício de Nassau e o Alto e Secreto Conselho.

O segundo capítulo aborda a atuação do Conselho Político no período nassoviano (1637-1644). Iniciaremos com as novas atribuições do Conselho Político presentes nas Instruções de 1636, criada para o Brasil holandês em substituição ao Regimento das Praças de 1629. Veremos o que mudou de um para o outro e a posição ocupada pelo Conselho Político nessa nova estrutura administrativa. Falaremos sobre os conselheiros de 1637 e os motivos que os levaram a pedir demissão dos cargos, fazendo com que, em 1638, apenas Elias Herckmans, por um curto

período de tempo, fosse o único conselheiro na colônia e o que isso acarretou nas funções desta instituição. Abordaremos sobre os conselheiros políticos que se tornaram senhores de engenho e os que foram chegando na colônia no decorrer dos anos de 1638 a 1644.

Desta forma, percebe-se que a maioria dos conselheiros políticos chegaram nos anos de 1630, 1634, 1638 e 1640. Mostraremos os motivos de tais situações. Além disso, este capítulo, tratará das divergências entre os conselheiros políticos e os escabinos que eram formados por luso-brasileiros e neerlandeses e eram os responsáveis pelo tribunal de primeira instância, enquanto que o Conselho Político ficava com o de segunda instância. Os escabinos desrespeitavam essa autoridade e lutavam pelo direito de julgar os processos judiciais na primeira instância do Recife. Diziam que o Recife pertencia à sua jurisdição. Para resolver esse impasse, foi necessário a interferência dos Diretores dos XIX.

Por fim, o terceiro capítulo se destinará a atuação do Conselho Político nas esferas administrativas, econômicas e judiciais. Faremos uma breve explanação sobre os benefícios que os conselheiros políticos deram aos moradores, presentes nas Capitulações da Paraíba, e que foram atraídos ao território neerlandês, visto que, por causa das invasões militares, grande parte da população havia fugido. Além desses benefícios, a população se sentiu atraída, principalmente pela possibilidade de comprar engenhos e partidos de fazenda, pois estes estavam sendo vendidos pelo Conselho Político por intermédio de leilão e essa prática permaneceu no governo nassoviano, fazendo com que as pessoas tivessem a possibilidade de se tornarem senhores de engenhos. Esses engenhos foram comprados a prazo, gerando assim o endividamento da população com a Companhia. Entre esses devedores estavam alguns conselheiros políticos. Abordaremos também sobre as mercadorias que eram comercializadas na colônia, tanto as que eram provenientes da Europa, quanto as que eram produzidas na colônia, isso porque a comercialização das mercadorias e o seu transporte era de responsabilidade dos conselheiros políticos, assim como o abastecimento da colônia. Falaremos sobre as vantagens e desvantagens do fim do monopólio da Companhia que possibilitou o aumento do fluxo de mercadorias na colônia, a falta de exclusividade das negociações, principalmente no comércio do açúcar, entre outros fatores. Mostraremos os meios utilizados pelos conselheiros políticos para movimentar a economia da colônia que se agravava pela falta de víveres e dinheiro, isso exigia dos conselheiros políticos atitudes que foram aprendidas na prática para conseguir abastecer a colônia e realizar as transações comerciais. Discutiremos neste capítulo sobre a precariedade da justiça neerlandesa, apontando as punições aplicadas na colônia, entendendo assim que, em alguns momentos e para alguns casos, a justiça fora

exercida, principalmente na aplicação de sanções como multas, confiscos, prisões, exílios e penas de morte.

Para encerrar esse capítulo falaremos sobre os conselheiros políticos que foram investigados e judicialmente processados em 1637, foram acusados de crimes de tortura, assassinatos, extorsão, roubo e corrupção. Esses delitos haviam sido praticados nos anos de 1634 a 1636. Entre os conselheiros políticos que foram investigados, apenas Hendrick Schilt seria penalizado pelo crime de tortura e assassinato de um clérigo.

Assim, este trabalho centra no estudo sobre o Conselho Político, mostrando que sua participação foi essencial para o desenvolvimento das atividades do Brasil holandês, isso porque governaram a colônia num período tenso e de guerras constantes (1630 a 1636), permanecendo atuantes no governo nassoviano nas esferas administrativas, econômicas, militares e judiciais.

2 AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DESEMPENHADAS PELO CONSELHO POLÍTICO (1630-1636): SUAS FUNÇÕES E SUA COMPOSIÇÃO

2.1 A República das Províncias Unidas dos Países Baixos no contexto Ultramarino do século XVII

Os séculos XVI e XVII foram marcados pela expansão Ultramarina das monarquias Ibéricas (Espanha e Portugal). Estes reinos formaram no além-mar uma rede comercial, política, religiosa e administrativa, na qual estavam inseridos os continentes asiático, africano e americano. Posteriormente, as Repúblicas das Províncias Unidas dos Países Baixos iriam se inserir nesta expansão. Neste caso, os impérios marítimos e coloniais se construíram através de relações de dominação e intercâmbio,²⁴ de transferência e adaptação dos costumes, da cultura e das tradições assegurado com o processo de colonização das possessões Ultramarinas, isso porque as redes de comércio e as ocupações militares não garantiam a dominação efetiva dos territórios conquistados. A única forma de garantir esta dominação dos reinos ibéricos e das Províncias Unidas sobre as terras do além-mar seria através da implantação de colônias.²⁵

As colônias deveriam ser inseridas nas redes de comércio marítimos, com a sua produção voltada para o mercado europeu. A América portuguesa se insere nesse contexto com a comercialização de açúcar e pau-brasil.²⁶ Para Ronald Raminelli, o açúcar era o produto da América portuguesa economicamente mais rentável. Sua produção exigia grandes extensões de terra e a construção de engenhos para a produção. O açúcar era em grande parte distribuído na Europa pelos neerlandeses²⁷ através de negociações diretas, ou seja, tendo a presença deles nos portos da América portuguesa, mas também de maneira indireta, que, segundo Bruno Miranda, seria por intermédio de uma rede de comércio que ligava algumas cidades dos Países Baixos aos portos portugueses. Ele ainda diz que estavam “(...) inseridos em um importante comércio triangular entre Portugal, Países Baixos e cidades do Mar do Norte e Báltico”.²⁸

²⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2006, p. 71.

²⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 11.

²⁶ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 19.

²⁷ No decorrer deste trabalho o termo neerlandês será utilizado para designar aos habitantes das Províncias Unidas, enquanto que o holandês será para as pessoas provenientes da Holanda.

²⁸ MIRANDA, Bruno Romero. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. 2011. 410f. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden, 2011, p. 3.

A presença dos neerlandeses no Ultramar se estendia também as regiões da África e da Ásia. Nesta última, os neerlandeses utilizando-se, na maioria das vezes, das estruturas já implantadas pelos portugueses e espanhóis, construíram um império de feitorias, como afirma Maurits A. Ebben. Ainda acrescenta que “os navios neerlandeses trafegavam por todos os mares e dominavam a marinha mercante na Europa. Amsterdam tornava-se o entreposto do mundo”.²⁹ Como observou Immanuel Wallerstein, em Amsterdã os lucros eram provenientes da comercialização e do seu abastecimento “(...) cuja prosperidade se devia à superioridade da organização comercial holandesa”.³⁰ Essa cidade era um mercado abarrotado de bens de comércio provenientes de vários locais da Europa para onde convergiam diversos compradores e vendedores. Segundo Fernand Braudel, o papel de Amsterdã no comércio era o de “reunir, armazenar, vender, revender as mercadorias do universo”.³¹

No século XVII, a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos era formada por províncias independentes, sendo elas a Holanda, Zelândia, Frísia, Utrech, Groningen, Güeldre, Overijssel. Estas eram as províncias que se rebelaram contra o domínio espanhol, sendo conhecidas como as províncias rebeldes do Norte, de religião protestante, principalmente de corrente calvinista. Enquanto que as províncias do Sul permaneceram sob o domínio espanhol de religião católica, chamadas de Países Baixos Espanhóis ou Países Baixos do Sul.³²

Os Países Baixos já era uma República em fins do século XVI, mais precisamente em 1579 quando estas províncias assinaram um acordo conhecido como União de Utrecht. Para Heloísa Meireles Gesteira, seria feita “(...) uma aliança das províncias situadas ao norte dos Países Baixos contra o avanço do absolutismo espanhol.”³³ Neste ponto, chamamos a atenção para o conceito de República. Este foi se modificando ao longo do tempo e de acordo com Maria Fernanda Bicalho, esse termo na Idade Moderna significava “coisa pública” e era articulada com o governo da comunidade. Também “A noção de República – ou em latim (*res publica*) – definia-se, portanto, em termos de ‘comunidade de direito, de leis, em que a multidão de homens e mulheres vive sob o mesmo príncipe ou rei’”.³⁴ Para os holandeses, República

²⁹ EBBEN, Maurits A. A República das sete províncias até aproximadamente 1650. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. Leiden University Press, 2004, p. 32-79. p. 32.

³⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Edições Afrontamento: Porto, 1974, p. 63.

³¹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo. Traduzido por Telma da Costa. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 217.

³² EBBEN, op. cit., p. 45.

³³ GESTEIRA, Heloísa Meireles. *Da liberdade dos mares: guerra e comércio na expansão neerlandesa para o Atlântico*. Revista de História. N. 154, 2006, p. 222.

³⁴ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a*

“coisa pública” era onde o Estado, representado pelas câmaras e pelas províncias, geriam o bem público em benefício da população. Atualmente o conceito de República está atrelado a um governo representativo escolhido pela população através do voto e de caráter temporário.

As Províncias Unidas lutaram contra os espanhóis pela sua independência durante oitenta anos (1568 a 1648). Mas, esta só seria reconhecida pela Espanha após a Guerra dos Trinta anos (1618 - 1648).³⁵ Durante as ofensivas entre a Holanda e a Espanha, foi proposto um tratado em 1609, conhecido como a Trégua dos doze anos. Na realidade esta trégua, na perspectiva de Charles Boxer “(...) era o reconhecimento tácito de derrota por parte desta última”³⁶, contudo, “até 1648, não havia a monarquia espanhola abandonado formalmente as suas pretensões à soberania sobre a Holanda setentrional.”³⁷ Foi justamente no período da trégua dos doze anos, que a Holanda deu início ao seu processo de conquista das possessões no além-mar que estavam praticamente nas mãos da Espanha e de Portugal. A Holanda, assim como as demais províncias dos Países-Baixos, era independente possuindo o seu governo, o seu sistema administrativo e jurídico, pois ao organizarem um Estado independente da Espanha, as províncias que se rebelaram optaram pelo sistema de federalismo.

Fernand Braudel nos dá como exemplo para entendermos esta autonomia a própria Holanda ao dizer que: “Cada uma dessas cidades tem o seu governo, cobra impostos, ministra justiça, vigia atentamente sua vizinha, defende constantemente suas prerrogativas, sua autonomia, sua fiscalidade.”³⁸

A Holanda tinha autonomia econômica e, portanto, controlava o transporte e a distribuição das mercadorias no Ultramar, principalmente, das possessões portuguesas. Comprava açúcar bruto para suas refinarias e vendiam o produto final a um preço mais alto, maximizando, assim, os seus lucros. M. Ebben diz que as importações da América Portuguesa

dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 188-221, p. 205.

³⁵ Sobre a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) ver o texto de STEPHEN J. Lee. *A guerra dos trinta anos*. São Paulo: Ed. Ática, 1994. Em que desconstrói a visão de uma guerra apenas entre católicos e protestantes, na verdade este conflito representou mais que uma guerra, representou a crise geral que marcou o século XVII, considerado um século estagnado, que ficava entre o século XVI, o século das Grandes Navegações e o século XVIII, o século do Iluminismo. Foi uma época de diminuição tanto do crescimento demográfico quanto do econômico, por ser um século de crises econômicas, guerras e pestes. Marcado também pela cultura barroca, e pelo Tribunal do Santo Ofício. A Guerra dos Trinta anos foi um conflito que envolveu vários países europeus e teve como cenário a Europa Oriental na região do outrora Sacro Império Romano Germânico, atual Alemanha. Este conflito teve cinco fases em que se contrapunha o Sacro Império, a Espanha contra a Holanda e algumas regiões do Sacro Império como a Boêmia de onde teve início o conflito e posteriormente a França.

³⁶ BOXER, Charles. R. *Os holandeses no Brasil – 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. 2. ed. Recife: CEPE, 2004, p. 1.

³⁷ BOXER, op. cit., p. 1.

³⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. O tempo do mundo. Tradução de Telma da Costa. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 163.

de açúcar contribuíram em grande parte para a prosperidade econômica de Amsterdã, Roterdã e Middelburg, cidades onde existiam um considerável número de refinarias e confeitarias.³⁹

As Províncias Unidas, visando controlar as atividades comerciais no Ultramar, criaram companhias de comércio. Para o Oriente, por exemplo, foi criada a Companhia das Índias Orientais (VOC), em 1602, que comercializava em sua maioria especiarias vindas das Índias. Enquanto que para o controle do comércio no Ocidente foi criada a Companhia das Índias Ocidentais WIC⁴⁰, em 1621. Bruno Miranda acrescenta que esta Companhia tinha como objetivo minar o sustentáculo do império espanhol que era a economia ultramarina, na qual também alimentava o seu poder militar. Assim como, ter o controle das áreas dominadas pelas monarquias ibéricas com o intuito de abrir os seus portos para as embarcações provenientes das Províncias Unidas.⁴¹

A Companhia das Índias Ocidentais tinha direito de exclusividade no comércio na costa da África Atlântica e na América Portuguesa. Portanto, tinha autonomia para firmar alianças e tratados comerciais com os chefes nativos das terras a serem conquistadas e ocupadas. Também poderiam construir fortes para a defesa das possessões e enviar governadores e funcionários que cumprissem as ordens da Companhia e dos Estados Gerais.⁴² Esta Companhia estruturava-se nas Câmaras de Amsterdã, Zelândia, Mosa (Roterdã), Distrito do Norte que são (Hoorn e Frísia) e da cidade e Distrito de Groningen. Essas Câmaras participavam nas despesas e nos custos para a criação e o funcionamento da Companhia. Teriam também a participação nos lucros obtidos com as atividades econômicas, cuja distribuição seria de acordo com o investimento dado por cada Câmara a WIC.⁴³ Desse modo, vemos que a Companhia das Índias Ocidentais era uma empresa particular formada por investimentos de acionistas.

Segundo Henk den Heijer, “Os investidores eram obrigados a fornecer um terço do capital, cinco meses após o registro de compra das ações. O restante deveria ser entregue dentro dos três anos seguintes”.⁴⁴ Além das Câmaras, particulares também investiram na Companhia, sendo eles: nobreza, burguesia (ricos comerciantes, pequenos empresários), artesãos, etc.⁴⁵

³⁹ EBBEN, op. cit., p. 62.

⁴⁰No decorrer desta dissertação, esta sigla WIC será utilizada para se referir à Companhia das Índias Ocidentais.

⁴¹ MIRANDA, op. cit., p. 3.

⁴²ACIOLI, Vera Lucia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de; BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. *Fontes Repatriadas: anotações de história colonial, referências para pesquisa, índices do catálogo da capitania de Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 60.

⁴³ ACIOLI; ASSIS; BARBOSA, op. cit., p. 69.

⁴⁴ HEIJER, Henk den. Diretores, Stadhouders e Conselhos de Administração (a administração da Companhia das Índias Ocidentais neerlandesas na República das Províncias Unidas e no Brasil. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654): Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas*. Leiden University Press, 2005, p. 17-43, p. 23.

⁴⁵ HEIJER, op. cit., p. 23.

Para Ronaldo Vainfas, “A WIC se organizou como sociedade acionária com propósitos comerciais articulados a objetivos políticos e militares.”⁴⁶

A Companhia era administrada por pessoas escolhidas por essas cinco câmaras, citadas anteriormente. Estas possuíam dentro da WIC poder e influência diferenciados, dependendo do capital que cada uma delas investiram nessa empresa. Esse capital representava apenas uma pequena parte da influência das Câmaras, na realidade o que vai distinguir a importância delas dentro da Companhia era o poder político que cada uma exercia sobre as cidades e regiões pertencentes a sua jurisdição. Devemos lembrar que a República era formada por províncias independentes, como dito anteriormente, e essa autonomia se refletia na defesa dos interesses econômicos de cada província dentro da Companhia. Portanto, o investimento de cada Câmara e a porcentagem diferenciada de cada uma delas nos lucros da WIC estariam diretamente ligadas ao poder político e econômico que estas Câmaras tinham na República das Províncias Unidas. A Câmara de Amsterdã, por exemplo, contribuía com 40% do investimento que era feito à Companhia.

Segundo Heijer, todavia, metade deste investimento provinha de particulares, que poderiam ser de outras cidades ou de outros países como Dinamarca, França e do Sacro Império.⁴⁷ Ainda assim a Câmara de Amsterdã investia um total de 4/9, seguida pela Zelândia com 2/9 e as demais Câmaras ficavam com 1/9 de recursos direcionados para a Companhia.⁴⁸ De acordo com Heijer: “Esta fórmula determinava não só as relações de poder dentro da Companhia como a proporção de responsabilidade financeira que cada Câmara tinha de mostrar”.⁴⁹

A Companhia das Índias Ocidentais era administrada por um Conselho formado por 19 membros. Este era conhecido como o Conselho ou Diretores dos XIX, seus membros eram formados por representantes destas Câmaras sendo que a sua quantidade era determinada pela importância delas. Para concorrer ao cargo de Diretor dos XIX os candidatos precisariam ter investido na Companhia uma alta soma em dinheiro. A Câmara de Amsterdã por ser, justamente, a mais rica e mais influente na República deveria contribuir com o maior valor, girando em torno de 6 mil florins. Enquanto que as Câmaras da Zelândia, Mosa, Frísia e Groningen, contribuiriam com 4 mil florins.⁵⁰

⁴⁶ VAINFAS, Ronaldo. Tempo dos flamengos: a experiência colonial holandesa. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Brasil colonial (1580-1720)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 227-265, p. 229.

⁴⁷ HEIJER, op. cit., p. 24.

⁴⁸ LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Tradução de José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1912, p. 10.

⁴⁹ HEIJER, op. cit., p. 24.

⁵⁰ LAET, op. cit., p. 10 (A)

Segundo Charles Boxer, esta instituição seria composta por pessoas escolhidas entre os diretores regionais nas seguintes quantidades: “oito para Amsterdã, quatro para Zelândia e duas de cada uma das Câmaras de Mosa, Holanda Setentrional, Frísia e Groningen.”⁵¹ O décimo nono diretor da Companhia seria nomeado pelos Estados Gerais sendo o seu representante direto.⁵²

Os Diretores dos XIX reuniam-se de forma alternada entre Amsterdã, (durante seis anos) e Middelburg, cidade mais importante da Zelândia, (durante dois anos).⁵³

Os diretores que iniciaram as suas funções em 1621 deveriam permanecer no cargo durante seis anos, após terminado esse período era feito um sorteio e uma terça parte dos diretores eram substituídos. Após dois anos outra terça parte seria substituída e decorrido mais dois anos os demais diretores. Essa regra deveria ser seguida sucessivamente para se retirar os diretores mais antigos⁵⁴ e ao mesmo tempo não deveria ficar no cargo apenas pessoas novatas, ou seja, havia um equilíbrio no cargo de diretores experientes e inexperientes. Essa regra iria ser aplicada na colônia para os cargos de tesoureiros, de conselheiros políticos, altos e secretos conselheiros e os camarários escabinos. Em outras palavras, sempre iria se manter um ou dois experientes na renovação dos funcionários, pois a experiência nas atividades administrativas, econômicas e judiciais eram essenciais para se ter um bom governo.

A escolha dos novos membros, para o cargo de diretor da Companhia, era feita pelos principais acionistas. Para ser acionista o interessado precisaria fazer uma “subscrição mínima de 4.000 florins.”⁵⁵ A aprovação destes membros estava condicionada a consulta das autoridades nas províncias e nos municípios. Estas Câmaras tinham a sua própria direção e “administrava sua parte no capital comum e podia conduzir nas terras da concessão seu comércio privativo”.⁵⁶

A partir disso, podemos entender a atuação independente da Holanda no Comércio Ultramarino. A Holanda amplia o seu comércio na África, Ásia e América e no século XVII, luta contra os ibéricos pelo controle do comércio marítimo. Sobre esta questão Charles Boxer comenta o seguinte “(...) podemos dizer que essa longa guerra colonial tomou a forma de uma

⁵¹ LAET, op. cit., p. 11. (A)

⁵² BOXER, op. cit., p. 12.

⁵³ Idem, p. 11.

⁵⁴ LAET, op. cit., p. 10. (A)

⁵⁵ BOXER, op. cit., p. 12.

⁵⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*. 2. ed. v. 2. Recife: CEPE, 2004, p. 8.

luta pela comercialização das especiarias asiáticas, pelo tráfico de escravos da África Ocidental e pela importação e revenda do açúcar brasileiro”.⁵⁷

No Atlântico, as atividades da Companhia estavam destinadas principalmente ao comércio do açúcar proveniente da América portuguesa. Mas também estavam centradas na luta contra os interesses espanhóis no Atlântico, sendo uma extensão das lutas pela independência dos Países-Baixos do domínio hispânico, tendo como palco o cenário ultramarino.⁵⁸ Portanto, a Companhia das Índias Ocidentais cumpria o papel de ser um instrumento militar e comercial das Províncias Unidas no Atlântico.⁵⁹

A Companhia das Índias Ocidentais inicia o seu processo de conquista de algumas regiões da América portuguesa com a invasão a capitania da Bahia em 1624. Porém, foram expulsos, em 1625, pela Coroa espanhola-portuguesa, pois nesta época a Coroa portuguesa estava unida a Espanha na chamada União Ibérica (1580-1640). Em 1630 empreenderam uma nova invasão a América portuguesa, em Pernambuco, mais especificamente, com a ocupação de Olinda e Recife, onde seriam relativamente bem sucedidos, permanecendo até 1654.

A decisão de atacar Pernambuco, de acordo com Charles Boxer, foi facilmente aceita, pois os neerlandeses estavam bem informados a respeito das fortificações de Olinda e Recife, que, de acordo com o autor, estavam enfraquecidas e desaparelhadas. Os neerlandeses obtiveram essas informações através das cartas de Matias de Albuquerque que foram interceptadas durante a incursão à Bahia.⁶⁰

Por sua vez, o historiador José A. Gonsalves de Mello, em relação ao interesse dos neerlandeses em Pernambuco, relata o seguinte: “Há anos que vinham sendo reunidos na Holanda dados e informações sobre a capitania de Pernambuco, a configuração da sua costa, os portos, desembarcadouros, regime dos ventos; a sua riqueza, a sua agricultura”.⁶¹ Eles também tinham pleno conhecimento da quantidade de engenhos que existiam em Pernambuco, Paraíba e em Itamaracá. Sabiam a quem o engenho pertencia e a quantidade de açúcar produzido.⁶²

⁵⁷ BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 124.

⁵⁸ NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Difusão europeia do livro Ed. USP, 1971, p. 253.

⁵⁹ HEIJER, op. cit., p. 20.

⁶⁰ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 45.

⁶¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. São Paulo: Ed. Topbooks, 2007, p. 40.

⁶² Esse fato pode ser visto numa relação de Engenhos feita pelo judeu José Israel da Costa, antes mesmo da invasão neerlandesa, sendo datado de 1623. COSTA, José Israel da. Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, da ilha de Itamaracá e Paraíba – ano 1623. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. 2. ed. v. 1. Recife: CEPE, 2004, pp. 28-32.

Munidos dessas informações, os neerlandeses invadem a capitania de Pernambuco cuja ocupação havia sido rápida e em poucos dias teve sob o seu controle a vila de Olinda e o porto do Recife. Por causa desta invasão, vários moradores fugiram para o mato levando consigo alguns de seus pertences mais valiosos e mais fáceis de serem transportados.⁶³ Todavia, a mesma facilidade não aconteceu com as regiões interioranas, o sul de Pernambuco e outros pontos da costa, estes levaram um tempo considerável e um gasto maior de recursos bélicos e militares, assim como várias estratégias de ação para serem conquistados.⁶⁴

Estabelecidos, os neerlandeses, em Pernambuco teve início a montagem do aparato político-administrativo por parte da Companhia. Nesse processo, o Conselho Político teve um papel proeminente.

2.2 As atribuições do Conselho Político no Regimento das Praças de 1629

Com a invasão e fixação dos neerlandeses na capitania de Pernambuco, na primeira metade do século XVII, a administração da colônia foi entregue, em 1630, para o Conselho Político (Politieke Raden). Este seria o representante administrativo da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, e estava regulado pelo Regimento de 1629, que era o “Regimento do governo das praças conquistadas ou que foram conquistadas nas Índias Ocidentais”. Ele foi criado pelos Estados Gerais junto com os Diretores dos XIX para regular as atividades de todas as colônias pertencentes à Companhia. Para isso continha um conjunto de normas, leis e jurisprudências, sendo, de acordo com Luíze Navarro, o elo de ligação entre a colônia e as Províncias Unidas.⁶⁵ Esse regimento perdurou até 1636, quando seria substituído pelas Instruções de 1636.⁶⁶ Esta vigoraria até a saída de Nassau em 1644, sendo substituída pelas Instruções de 1645.

De acordo com o Regimento das Praças, o Conselho Político deveria ser inicialmente composto por nove membros naturais das Províncias Unidas ou que nelas residissem a pelo menos sete anos. Desses nove, quatro deveriam ser nomeados pela câmara de Amsterdã, dois pela câmara de Zelândia e um de Mosa (Roterdã), um do Distrito do Norte (Hoorn e Frísia) e

⁶³ NETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil* – notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. Tradução de Mário Sette. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 99.

⁶⁴ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 43.

⁶⁵ NAVARRO. Luíze Stoeterau. *Entre dois mundos: câmaras e escabinos na circularidade da cultura jurídica no Brasil holandês (1630-1654)*. 2015. 195f. Dissertação (Mestrado em Direito), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015, pp. 73-74.

⁶⁶ PEREIRA, José Higinio Duarte. *Relatório sobre as pesquisas realizadas na Holanda, lido na sessão especial de 9 de maio de 1885*. In: RIHGB, n. 31, Recife, 1886, p. 183-243, p. 60.

um da cidade e do distrito de Groningen.⁶⁷ Nota-se que a escolha dos conselheiros políticos seguia o mesmo modelo de poder e interesse que a dos diretores da Companhia, pois, Amsterdã tinha o direito de escolher um número maior de membros em ambas as instituições, seguida pela Zelândia, enquanto que as demais Câmaras escolhiam um número menor de diretores e conselheiros políticos, justamente por ser seus investimentos inferiores ao das duas principais Câmaras.

Nos primeiros anos da dominação neerlandesa, o número de conselheiros políticos enviados no ano de 1630 foi inferior ao que estava estipulado no Regimento de 1629. Sendo, o Conselho Político, composto apenas por seis pessoas.

Ao longo dos anos, essa quantidade variou consideravelmente, chegando a ter um único conselheiro na colônia ou sendo esta instituição composta por 13 pessoas. Ambos os valores, aconteceram, por um curto espaço de tempo, mas que foi significativo para se ter uma ideia da variação de conselheiros políticos no Brasil holandês.

Os conselheiros políticos deveriam, também, professar a religião reformada e ser versados em matérias de justiça, comércio e polícia ou em alguma delas.⁶⁸ Após serem escolhidos pelas Câmaras, os conselheiros políticos seriam apresentados aos Diretores dos XIX e após a sua aprovação, compareceriam perante os Estados Gerais que os aprovariam e os nomeariam como conselheiros dos territórios conquistados.⁶⁹

Infelizmente não conseguimos obter informações sobre os critérios utilizados pelas Câmaras para nomeá-los. O que sabemos era que isto não era feito de forma aleatória, pois cada uma das Câmaras elegeria alguém que representasse seus interesses na colônia.⁷⁰ Portanto, não escolheriam qualquer pessoa. Ao mesmo tempo, esses interesses não poderiam rivalizar com os da Companhia. Por isso, o artigo sétimo do Regimento das Praças dizia que, os conselheiros políticos prestariam um juramento de obediência e fidelidade tanto aos Estados Gerais, quanto aos diretores da Companhia, comprometendo-se a cumprir as ordens gerais como as ordens particulares que fossem emanadas dos Diretores dos XIX. Deixaram claro que não poderiam atender as ordens particulares que fossem emitidas por algumas das Câmaras, caso essas fossem contrárias as decisões dos diretores ou não estivessem contidas nessas ordens.⁷¹ Desse modo, a

⁶⁷ PEREIRA, José Higyno Duarte. *Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais*. In: RIAHGP n. 31, Recife, 1886, p. 289-310, pp. 289-290.

⁶⁸ PEREIRA. *Regimento do governo das Praças*. In: RIAHGP, op. cit., pp. 289-290.

⁶⁹ Idem, p. 290.

⁷⁰ HULSMAN, Lodewijk, Guia para o estudo nas atas Diárias do Alto e Secreto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife (1635-1654). In: IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*, p. 25-34, p. 30.

⁷¹ PEREIRA. *Regimento do governo das Praças*. In: RIAHGP, op. cit., p. 291.

Companhia tentava assim impedir que os interesses particulares das Câmaras que compunham as Províncias Unidas se sobrepusessem aos seus próprios.

A partir do que estava estabelecido no Regimento de 1629, era responsabilidade do Conselho Político as questões referentes a administração, ao comércio, as finanças, a justiça e as questões militares, eram auxiliados neste ponto pelo governador e pelos oficiais de alta patente, como os capitães dos navios, os almirantes e os coronéis.⁷² O Regimento definia também que todas as pessoas residentes na colônia neerlandesa, tanto os civis, quanto os militares estavam sobre a autoridade do Conselho Político e deveriam cumprir as resoluções, ordens e proibições emanadas dos Diretores dos XIX e dos conselheiros políticos⁷³ cuja autoridade foi delegada pela Companhia, tendo em vista a distância entre a República e a colônia, não podendo as decisões urgentes na colônia esperar pelas instruções ou soluções dos XIX, mas esta era limitada e condicionada à sua aprovação.

Ao longo da documentação, verificamos o rígido controle administrativo que a Companhia das Índias Ocidentais exercia sobre a colônia, principalmente sobre o Conselho Político, limitando em alguns casos a sua liberdade de ação e poder de decisão no território neerlandês. Esse fato pode ser facilmente percebido quando os conselheiros políticos tomavam algumas decisões e estas eram revogadas pelos Senhores dos XIX. Desta forma, contratos foram cancelados, aumentos de salários foram revogados, pois estes não eram vistos como vantajosos para os interesses econômicos da WIC.⁷⁴ Um exemplo disso foi quando o Conselho Político autorizou o aumento de salário para o engenheiro Sicke de Groot, que foi negado pelos Diretores da Companhia. Eles falaram para os conselheiros serem mais cautelosos ao darem aumentos salariais.⁷⁵ Além disso, os dirigentes da colônia estabeleceram que “de 3 em 3 meses o Conselho deveria enviar para a Câmara presidencial duas cópias das resoluções adotadas e

⁷² PEREIRA. Regimento do governo das Praças. In: RIAHGP, op. cit., pp. 304-305.

⁷³ Idem, p. 292.

⁷⁴ Em 1635, o Conselho Político recebeu uma carta da Câmara de Amsterdã anulando o contrato firmado entre a Companhia e o contratador de pau-brasil, Johan ter Weidjen, que traria essa madeira do Rio Grande. O preço fora considerado elevado, com valores acima do que era praticado no governo português. Por esse mesmo motivo outros contratos de extração de pau-brasil foram cancelados. O Conselho Político deveria confeccionar outro contrato que satisfizesse os interesses dos Diretores dos XIX. XAVIER, Lúcia Furquim Werneck. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 01 de agosto de 1635. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01.. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654): Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas*. v. 4. Leiden University Press, 2011, p. 90-193. p. 137.

⁷⁵ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 31 de outubro de 1631, op. cit., p. 111.

das sentenças pronunciadas, para que os diretores ficassem a par de tudo o que acontecia na colônia”.⁷⁶

Partindo dessas informações, a Companhia enviou instruções e normas que deveriam ser seguidas pelos seus funcionários na colônia, tanto para as autoridades civis, quanto para as militares e as religiosas. Apesar disso, o artigo 62 do Regimento das praças, autorizou ao Conselho Político a legitimação para criar leis, cuja aprovação dos Diretores da Companhia não seria necessária. Os conselheiros poderiam criar regulamentos referentes aos mercados, às pequenas indústrias, aos ofícios, as tavernas e a qualquer negócio que fosse necessário para garantir o bom andamento da ordem e da polícia. Todavia, mesmo tendo essa liberdade para criá-las, os conselheiros deveriam enviar essas leis e regulamentos para a Holanda e aguardar a aprovação dos Diretores dos XIX.⁷⁷ Dessa maneira, notamos que o Conselho Político apesar de possuir um relativo poder de decisão, estava subordinado a permissão e a interferência constante da WIC.

O cargo mais alto dentro do Conselho Político era o de presidente e este seria ocupado por cada um dos seus membros sucessivamente por um período de trinta dias. Neste caso, “(...) ao presidente caberá fazer as proposições, recorrer os votos e concluir de acordo com o que, por maioria deles, se vencer”.⁷⁸ Em outras palavras, as decisões dentro do Conselho Político deveriam ser tomadas ou decididas por todos os membros que estivessem presentes nas reuniões e ao presidente caberia fazer as propostas que seriam discutidas e sancionar o que fosse decidido pela maioria. Assim sendo, a escolha para o cargo de presidente se dava da seguinte forma. O primeiro presidente deveria ser de Amsterdã, o segundo seria da Zelândia, o terceiro de Amsterdã, o quarto de Mosa, o quinto de Amsterdã, o sexto da Zelândia, o sétimo do Distrito do Norte, o oitavo de Groningen e o nono de Amsterdã. Quando os XIX enviassem outros conselheiros para a colônia, sucedendo os conselheiros atuais, estes ocupariam a presidência por último independente da Câmara que o enviou e à qual representava.⁷⁹

O historiador Hermann Wätjen informa-nos que, o governador da colônia também deveria fazer parte deste Conselho, e neste período, o cargo de governador foi ocupado pelo coronel Diederick van Waerdenburch.⁸⁰ No primeiro momento ele não tinha direito a ocupar

⁷⁶ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Haia ao Conselho Político datada, de 15 de fevereiro de 1631, op. cit., p. 101.

⁷⁷ PEREIRA. Regimento do governo das Praças. In: RIAHGP, op. cit., p. 307.

⁷⁸ Idem, p. 291.

⁷⁹ Idem, p. 291.

⁸⁰ No primeiro momento, logo após a conquista de Olinda e Recife, o comando da terra e do mar ficou a cargo do almirante Hendrik Cornelisz Loncq até maio de 1630, quando retornou para a pátria e nomeou em seu lugar o coronel Waerdenburch. Este até então comandante das tropas de terra, passou a ter o comando geral das tropas e o cargo de governador. HEIJER, op. cit., p. 34.

uma vaga no Conselho Político, mas após as constantes queixas feitas aos Diretores dos XIX sobre o seu limitado poder e função na colônia, decidem que passaria a ter assento e voto nesta instituição, mas não poderia exercer o cargo de presidente, pois as suas funções eram de caráter militar. Segundo Wätjen, “cabia-lhe exclusivamente a responsabilidade pelos negócios militares, mas em todos os outros assuntos não podia tomar nenhuma decisão sem a aprovação dos Conselheiros Políticos.”⁸¹

O Governador, além disso, “(...) também tinha o poder ilimitado sobre as tropas, ordenando as transferências das guarnições e nomeando os oficiais”.⁸²

O Conselho Político também adentrava na esfera militar. De acordo com Mário Neme, eles deveriam indicar oficiais para ocupar os cargos vagos, tanto na marinha quanto no exército. Além disso, tinha legitimação para deslocar as tropas de um lugar para o outro e decidir onde e quando poderiam atacar. Nas disputas por terra ou por mar, deveriam acompanhar os militares para aconselhá-los, tomar decisões emergenciais e fiscalizá-los. Tinha, assim, um elemento civil que representaria o Conselho Político deixando-o a par do que acontecia nas áreas de conflito.⁸³

A ação dos militares na colônia, pelo que constatamos, era limitada por uma instituição civil que tinha o poder de decisão e autoridade sobre os militares, inclusive era superior ao poder do governador. Segundo Wätjen, a limitação dos poderes do governador estava atrelada ao receio da Companhia de que um comandante de tropas tivesse poderes excessivos em suas mãos e que por ambição criasse uma ditadura ou ainda um governo independente nos domínios neerlandeses.⁸⁴ Por isso, de acordo com Rômulo Nascimento, “a administração do Brasil holandês foi pensada de maneira que o poder civil estivesse acima do militar”.⁸⁵ Igualmente acontecia na República dos Países Baixos, pois, segundo Simon Schama, esta forma de administração estava ligada ao repúdio que os neerlandeses sentiam em relação a militarização e a centralização imposta pela Espanha, representado pelo Duque de Alba, “dacioniano enviado por Filipe II”,⁸⁶ que deveria administrar os Países Baixos em nome da coroa espanhola.

⁸¹ WÄTJEN, Hermann. *Domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. Recife: CEPE, 2004. p. 105.

⁸² NETSCHER, op. cit., p. 106.

⁸³ NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1971, p. 25.

⁸⁴ WÄTJEN, op. cit., p. 106.

⁸⁵ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. 2008. 320f. Tese de Doutorado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, UFF, 2008, p. 89.

⁸⁶ SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na época de ouro uma interpretação*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 51.

Portanto, esse repúdio foi trazido para o espaço colonial culminando na subordinação dos militares a esfera civil.

Além do governador, os conselheiros políticos eram auxiliados na administração da colônia por seus funcionários subalternos, sendo eles um escrivão, um secretário, um auditor, dois oficiais, um ajudante de carrasco, um carrasco e ainda um servente do Conselho.⁸⁷ Junto com eles havia também um jurista com título de assessor, cuja nomeação pertencia aos Diretores dos XIX. Este deveria estar presente nas reuniões do Conselho e caso fosse solicitado, poderia dar o seu parecer sobre as questões levantadas nas reuniões desta instituição. O assessor deveria redigir os documentos, as correspondências e as ordens. Exercia também o cargo de pensionário e secretário nos negócios de justiça e polícia.

A função de pensionário consistia na análise das questões que seriam submetidas ao Conselho Político, “(...) representando-o em público e responsabilizando-o pela redação e guarda dos documentos oficiais”.⁸⁸ O assessor estava subordinado e deveria obedecer aos conselheiros, podendo ser demitido e enviado para as Províncias Unidas. Teria ainda a função de notário público em que seria responsável em redigir os testamentos e deveria cuidar dos demais atos legais.⁸⁹ É interessante que vejamos o quadro dos salários dos conselheiros políticos e dos funcionários subalternos:

⁸⁷ NASCIMENTO, op. cit., p. 89.

⁸⁸ ACIOLI; ASSIS; BARBOSA, op. cit., p. 31.

⁸⁹ PEREIRA. Regimento do governo das Praças. In: RIAHGP, op. cit., p. 290.

Quadro 1 – Salários dos conselheiros políticos e dos seus funcionários ⁹⁰

Funcionários da Companhia	Salários	Verba mensal para alimentos	Gratificação semanal
Conselheiros políticos	300 florins	75 florins	21-25 florins
Promotor Público	156 florins	56 florins	
Secretário	90 florins		
Escriturário	50 florins		
Auditor	40 florins		
1ª Oficial	65 florins		
2ª Oficial	20 florins		
Carrasco	52 florins		
Ajudante do Carrasco	15 florins		
Servente do Conselho Político	15 florins		

2.3 A distribuição da esfera judicial da colônia no Regimento de 1629

Uma das principais responsabilidades do Conselho Político era com a administração judicial, que de acordo com Luize Navarro, dividia-se entre a justiça comum e a justiça militar, sendo que a primeira se desdobrava em justiça criminal e civil.⁹¹ Portanto, a justiça na colônia neerlandesa, segundo o Regimento de 1629, desenrolar-se-ia da seguinte forma: a justiça civil seria composta por três conselheiros políticos ⁹² que seriam escolhidos a cada três meses. Estes

⁹⁰ WATJEN, op. cit., pp. 308-309. Essa tabela mostra os salários dos conselheiros políticos e dos seus funcionários a partir de 1637. Infelizmente não conseguimos informações sobre os salários deles antes desse período. Nos seis primeiros anos, como os conselheiros políticos eram os responsáveis pela colônia, o seus salários deveriam ser maiores do que o valor citado, pois os Diretores Delegados em 1632 tinha um salário de 800 florins cada, além de 2.400 fls. de gratificação e 3% nos espólios. Já Mauricio de Nassau recebia um salário mensal junto com o subsídio de mesa num total de 1.500 florins. Enquanto que os altos e secretos conselheiros recebiam cada 500 florins, além de gratificações e 3% nos barcos capturados e nas mercadorias.

⁹¹ NAVARRO, op. cit., p. 80.

⁹² No Regimento eles aparecem com o nome de comissários. Charles Boxer diz que o Conselho Político era constituído inicialmente por comissários civis. BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 69. Portanto, esta era outra designação dada aos conselheiros políticos. Todavia, não devemos confundir com a função de comissário, estes trabalhavam diretamente com as embarcações e as mercadorias, sendo sua função registrar os estoques dos navios e a manutenção dos livros de registro dos empregados. Além disso, ele deveria cuidar dos livros que continham as trocas comerciais, enquanto que o capitão, era responsável pelo diário de bordo ou de viagem. HULSMAN, op. cit., p. 28. Subalterno ao comissário estava a função de Commis, ambos poderiam ser nomeados pelo Conselho Político. O Commis tinha a função de cuidar dos livros de registro dos soldados contendo o salário que tinham recebido, registrava também os gastos com os equipamentos, víveres, armas e esse registro deveria ser enviado aos diretores da WIC. O Commis também deveria entregar as rações ou interromper a sua entrega quando o funcionário era dispensado pela WIC. O comissário registrava o término do serviço e o Commis suspendia a entrega da ração. Hulsman ainda diz que alguns comissários participavam nas expedições militares em locais distantes do Recife, mas a maioria deles estavam centrados nos armazéns. Era através das atividades dessas pessoas que a WIC tinha o registro das mercadorias e de pessoas que entravam e saíam da colônia. HULSMAN, op. cit., pp. 29-30.

deveriam se basear nos processos comuns presentes nas Províncias Unidas ou naqueles que os Diretores dos XIX achariam mais convenientes.⁹³

No que se refere aos casos de testamento e as matérias relacionadas ao casamento e ao direito de ambos os parceiros, o Regimento estabelecia que todas as pessoas residentes nos povoados, vilas e propriedades pertencentes a colônia neerlandesa deveriam seguir as normas promulgadas pelos Estados Gerais em 1580,⁹⁴ assim como os usos e costumes das províncias da Holanda do Sul e da Zelândia.

Em relação à venda de propriedades, a transmissão ou a hipoteca destas, o atual proprietário deveria se apresentar perante o Conselho Político munido das escrituras ou cartas de posse dos determinados bens. Essas escrituras seriam seladas pelos conselheiros e depois registradas no livro do assessor, de acordo com os usos dos Países Baixos.⁹⁵

Por sua vez, para cuidar da justiça criminal o Conselho Político se tornava um tribunal com o título de Conselho Pleno. Os processos criminais seriam abertos neste tribunal a partir das queixas e das acusações do advogado fiscal, mas a população civil também poderia pedir no Conselho Político a condenação dos infratores.⁹⁶ Para auxiliar os conselheiros políticos seria nomeado o Escolteto ou um substituto do advogado fiscal que teria a função de efetuar as prisões, aplicar a pena sentenciada e assistir a sua execução. Como nos períodos de 1630 a 1636 não havia a figura do Escolteto, pois estes só foram nomeados no governo nassoviano, logo, quem auxiliava os conselheiros nas prisões dos delinquentes eram os militares. Estes deveriam prender os delinquentes em flagrante e entregá-los para a justiça ordinária, assim como deveriam auxiliar os conselheiros políticos nas prisões e nas execuções das sentenças.⁹⁷

As pessoas que se responsabilizariam pela justiça criminal estavam sujeitas ao Regimento que estabelecia em que normas deveriam se basear. Assim, os conselheiros

⁹³ PEREIRA. Regimento das praças 1629. In: RIAHGP, op. cit., p. 306.

⁹⁴ A data que aparece no Regimento das Praças é o ano de 1582. Contudo, segundo Luize S. Navarro, ela estaria equivocada e afirma que a data certa seria o ano de 1580, baseando-se na bibliografia consultada pela autora. NAVARRO, op. cit., p. 80.

⁹⁵ PEREIRA. Regimento das praças 1629. In: RIAHGP, op. cit., p. 307. A venda e os pedidos para reaver as propriedades confiscadas pela Companhia após a fuga da população, ocasionou um sério problema para o Conselho Político, principalmente no que se refere aos limites reais dessas propriedades. Segundo Evaldo Cabral de Mello, a estipulação desses limites foi dificultada pela destruição dos cartórios. O autor dá como exemplo o Cartório de Olinda, que havia sido destruído durante a invasão e destruição da Vila. Os conselheiros enfrentaram severas dúvidas e problemas em relação a veracidade da posse das propriedades e das terras. Em Alagoas a situação era caótica, pois não se sabia ao certo o que pertencia a quem e até onde iria os limites de uma propriedade, pois durante as fugas as pessoas levaram as cartas de posse dos bens, dificultando a tarefa do Conselho Político em saber os seus limites e o valor real da propriedade, assim como a veracidade das informações que as pessoas que pretendiam obter as terras e casas forneciam aos dirigentes da colônia. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007, p. 330.

⁹⁶ PINHO, Ruy Rebello. *A organização da justiça, o processo penal e o direito penal no Brasil holandês*. Revista da Faculdade de Direito da USP, vol. 49, p. 395-444, 1954, p. 426.

⁹⁷ PEREIRA. Regimento das praças 1629. In: RIAHGP, op. cit., p. 305.

deveriam seguir os usos ordinários dos Países Baixos e também o direito comum, para os casos de tortura, de julgamento dos processos criminais, do tipo de sentenças e as penas que deveriam ser aplicadas.⁹⁸ Esta instituição funcionava como um tribunal de primeira e de segunda instância, e este último era de apelação, ou seja, as pessoas que não concordassem com o veredito dos conselheiros poderiam recorrer da sentença, mas teria que fazê-lo ao próprio Conselho Político, mais especificamente ao Conselho Pleno. Porém, da sentença deste tribunal as pessoas não teriam direito a apelação,⁹⁹ muito menos poderiam recorrer das sentenças proferidas na colônia em tribunais nas Províncias Unidas assim como acontecia entre os portugueses, estes sim, poderiam recorrer das sentenças nas instâncias superiores. Por exemplo, os luso-brasileiros poderiam apelar das sentenças dos ouvidores nos Tribunais de Relação e da decisão destes na Casa de Suplicação em Portugal.¹⁰⁰ Tal fato não acontecia entre os neerlandeses, pois, como diz Navarro “a colônia era tida como núcleo separado das Províncias Unidas, sendo que os casos jurídicos tinham nas terras tropicais o seu começo e fim”.¹⁰¹

Diferente do que acontecia com a população civil que estava à mercê dos tribunais do Conselho Político, os militares eram julgados pelos seus próprios pares. Em outras palavras, a justiça militar pertencia ao Conselho de Guerra e Naval que julgaria os delitos cometidos entre os soldados. Esse Conselho era composto por capitães e oficiais de alta patente, inclusive o governador fazia parte dele, abarcando, portanto, as funções judiciais.¹⁰² Ser julgado pelos próprios militares não era sinônimo de um julgamento justo e nem que abusos de poder não seriam praticados.

Bruno Miranda em sua tese diz que os códigos de guerra permitiam que os capitães e os oficiais de alta patente tivessem legitimidade para punir os soldados subalternos, e estes estavam proibidos de questionar as ordens dos oficiais superiores e as punições eram aplicadas pelo Conselho de Guerra e Naval. Apesar destes oficiais superiores possuírem autoridade para punir os seus soldados, e segundo Auguste Quelen, eles eram punidos com rigor.¹⁰³ Miranda afirma que havia certa flexibilidade na aplicação da justiça militar, havendo inclusive negociações, visto que dependiam dos militares para conquistar e garantir o domínio sobre novos territórios. Caso não houvesse algum meio de negociação ou flexibilidade entre os

⁹⁸ PINHO, op. cit., p. 305

⁹⁹ PEREIRA. Regimento das praças 1629. In: RIAHGP, op. cit., p. 306.

¹⁰⁰ CAMARINHAS, Nuno. *O aparelho judicial ultramarino português*. O caso do Brasil (1620-1800). Almanack Braziliense. N. 09, maio, 2009, p 86-102, p. 86.

¹⁰¹ NAVARRO, op. cit., p. 80.

¹⁰² PEREIRA. Regimento das praças 1629. In: RIAHGP, op. cit., p. 304.

¹⁰³ QUELEN, Augusto de. Breve relação do estado de Pernambuco. Dedicada à Assembleia dos XIX Da nobilíssima Companhia das Índias Ocidentais. In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: A administração da conquista*, op. cit., p. 440.

militares, vários homens poderiam ser condenados à morte por qualquer delito.¹⁰⁴ Mas, temos que concordar que um número considerável de soldados receberam como punição a pena de morte, alguns por desertarem, outros por ter cometido roubos ou por insubordinação. Em 1630, o soldado alemão Ambrósio Richshoffer diz que no dia “20 foi enforcado um soldado que tinha penetrado em um armazém onde apenas encontrou uns bacalhaus velhos e roídos”.¹⁰⁵ Outra citação desse mesmo soldado nos apresenta como, em alguns casos, eram tratados os desertores.

Na noite de 20 foram presos outra vez três franceses que se tinham passado para o inimigo, sendo logo metidos na prisão com ferros nos pés e nas mãos. A 22 foram submetidos ao Conselho de Guerra, sendo o cabeça condenado à forca. Primeiro cortaram-lhe dois dedos e pregaram-lhe as costas uma bandeirinha branca, e foi então enforcado. (...) No dia 11 mais um francês tentou passar-se para o inimigo; sendo apanhado pela nossa gente fez-se lhe, na cidade, logo processo como aos outros atrás mencionados.¹⁰⁶

Desta forma, vimos que os delitos entre os soldados pertenciam à esfera militar, mas quando os soldados vitimavam a população por intermédio de roubo, torturas, perseguições e assassinatos a quem pertenciam o direito de julgá-los? Neste caso, o delito praticado contra os habitantes da colônia saíria da esfera militar e entraria na esfera civil, pertencendo esse caso ao Conselho Político. Todavia, no julgamento desses infratores estaria presente o general ou o governador assim como os capitães a quem o soldado ou marinheiro infrator estava sob o comando, esses oficiais teriam direito a voto nesses julgamentos.¹⁰⁷ Em vista disso, vemos claramente que a interferência do Conselho Político sobre a justiça militar era permitida e ao mesmo tempo era limitada pelo poder de decisão dado aos militares nesses julgamentos. A existência dessa separação judicial gerava dúvidas entre o Conselho Político e o de Guerra, no que se refere a autoridade de julgar o delito, ou seja, se este pertencia à esfera civil ou militar. Sendo essas disputas uma constante no período holandês, Miranda diz que “Os debates e conflitos em torno da judicatura de delitos cometidos por militares persistiram e podem ser rastreados nas atas do governo e em cartas de militares e funcionários da Companhia até mesmo nos últimos anos de ocupação”.¹⁰⁸

¹⁰⁴ MIRANDA, op. cit., p. 287.

¹⁰⁵ RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)*. Tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977, p. 79.

¹⁰⁶ RICHSHOFFER, op. cit., pp. 74-77.

¹⁰⁷ Regimento das praças 1629. IN: PEREIRA. RIAHGP, op. cit., pp. 304-305.

¹⁰⁸ MIRANDA, op. cit., pp. 291-292.

2.4 As atribuições do Conselho Político na colônia neerlandesa

As funções do Conselho Político eram diversas e abarcavam todas as esferas administrativas e consistiam em gerenciar a guerra, abastecer e garantir o sustento dos soldados, cuidar da remessa de açúcar e de pau-brasil para a Holanda. Também fazia a fiscalização das ordens da Companhia e punia as transgressões destas. Nomeava o Almirante e mestre das embarcações, os administradores dos armazéns e os capitães das embarcações, já que tinha a função de contratar e despedir os empregados.¹⁰⁹ Assim como tinha a função de proteger e de manter a ordem no território colonial, isso era estendido a toda a população civil. Era sua função “comprar víveres e açúcar, confiscar bens, além de planejar a organização da administração civil”.¹¹⁰ Faziam a distribuição das munições, dos víveres e da equipagem, ou seja, da manutenção dos barcos.¹¹¹

O Conselho Político ainda ficaria responsável pela administração da fazenda, onde seriam escolhidos dois conselheiros com o título de tesoureiro. Os dois primeiros tesoueiros seriam escolhidos pelos Diretores dos XIX e após um período de seis meses, um dos tesoueiros seria substituído por um outro escolhido pelo Conselho Político. A nomeação para esse cargo acontecia sucessivamente de seis em seis meses. Cada tesoureiro, com exceção do primeiro a ser substituído, ficaria no cargo pelo período de um ano, e ao assumirem o cargo deveriam prestar juramento ao Conselho Político.¹¹²

Os tesoueiros deveriam receber e administrar as rendas dos imóveis da Companhia e das propriedades confiscadas. Assim como os dízimos, os foros, os tributos, e todo o dinheiro e rendas em geral. O Regimento ainda estabelecia que os navios apreendidos com mercadorias e bens de comércio do inimigo seriam inventariados e entregues aos comissários para serem negociados na colônia em nome da Companhia, ao invés de serem enviados para as Províncias Unidas.¹¹³

Os tesoueiros também faziam os pagamentos dos salários dos soldados, das obras de fortificação nas cidades e nos fortes que fossem do interesse da Companhia. Além de fazer o pagamento do empreendimento, deveriam verificar se as obras estavam de acordo com o plano estabelecido para a reforma ou construção. Pagavam os salários dos construtores e inspecionavam a execução da obra de maneira que a WIC não fosse enganada. Todas essas

¹⁰⁹ HULSMAN, op. cit., p. 30.

¹¹⁰ Idem, p. 30.

¹¹¹ Idem, p. 30.

¹¹² PEREIRA. Regimento do governo das Praças. In: RIAHGP, op. cit., p. 301.

¹¹³ Idem, p. 301.

atribuições estavam previstas no Regimento das Praças.¹¹⁴ Era dado o direito ao Conselho Político de nomear porteiros, meirinhos, oficiais inferiores que deveriam auxiliá-los no cumprimento da polícia e da justiça, recebendo um salário pago pela Companhia de acordo com as funções e responsabilidades de cada um. Nomeavam provedores e inspetores para os hospitais e inspetores dos órfãos, prestavam assistência e davam abrigo as pessoas necessitadas. Os custos para a manutenção dessas pessoas eram pagos pelos tesoureiros, com as receitas provenientes das rendas e dos confiscos dos bens eclesiásticos.¹¹⁵

Podemos constatar, a partir do que foi exposto, a grande quantidade de atribuições e funções que os conselheiros políticos tinham que desempenhar na colônia. Sem mencionar o fato de que diariamente tinham que lidar com uma população hostil à presença neerlandesa e que possuíam normas e costumes diferentes, o que dificultava o desenrolar das atividades administrativas. Acrescentado o fato de que o número de conselheiros não era suficiente para realizar todas as funções que lhes eram destinadas, não estavam totalmente preparados para lidar com as dificuldades e as adversidades de uma colônia que vivia em constante estado de guerra.

2.5 Os conselheiros que faziam parte do Conselho Político (1630-1632)

O primeiro corpo de conselheiros políticos a chegarem na colônia foi formado por “três comissários da Companhia (Politieke Raden), Johan de Bruyne, Paulus Serooskercke e Horácio Calandrini. Assumiram suas funções consoante a ordem recebida pela Assembleia dos XIX, de 14 de março de 1630”.¹¹⁶

No decorrer de 1630, foram incorporados ao Conselho Político dois membros, o contra-almirante Johannes van Walbeeck e Servaes Carpentier.¹¹⁷ Esta instituição era composta por Pieter van der Hagen que por algum motivo não é mencionado pelos vários historiadores que nomeiam os cinco conselheiros de 1630. Van der Hagen assumiu o seu posto no Conselho Político em março,¹¹⁸ antes mesmo de Walbeeck que deu entrada na colônia em abril. Portanto,

¹¹⁴ PEREIRA. Regimento do governo das Praças. In: RIAHGP, op. cit., p. 302.

¹¹⁵ Idem, p. 308.

¹¹⁶ NETSCHER, op. cit., p. 103.

¹¹⁷ WATJEN, op. cit., pp. 105-106.

¹¹⁸ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 472.

eram seis conselheiros em 1630 a não apenas cinco, como Hermann Wätjen ¹¹⁹ e P. M. Netscher ¹²⁰ mencionam.

Apesar das várias informações sobre os conselheiros políticos, estas não estão totalmente completas. Por exemplo, não sabemos qual Câmara das Províncias Unidas cada um deles representava ou qual delas os nomearam. Não sabemos as atividades que eles exerciam nos Países Baixos antes de se tornarem conselheiros políticos. Porém, a partir das informações obtidas, principalmente no livro de José A. Gonsalves de Mello intitulado “Fontes para a história do Brasil holandês” Tomo II, podemos fazer uma descrição desses conselheiros, mencionar o tempo de duração deles na instituição, os cargos que ocuparam além de conselheiro político e as expedições militares que participaram. Enfim, todas essas informações estão contidas (no quadro da página 157) deste trabalho.

O primeiro presidente do Conselho Político, segundo Hermann Wätjen, foi Johan de Bruyne. ¹²¹ O tempo que ele durou na colônia foi muito curto. O motivo para tal foi porque em 1630, Johan de Bruyne, foi escolhido para informar pessoalmente os Diretores dos XIX sobre a situação da colônia, partindo, assim, no dia 23 de outubro. Após esta incumbência, não regressou mais para a colônia. ¹²²

Outro conselheiro político foi Horatius Calandrini, este havia sido nomeado para o cargo de tesoureiro e faleceu no ano de 1630 em Olinda. ¹²³ Ambos, por motivos diferentes, permaneceram apenas alguns meses na colônia, diminuindo assim consideravelmente o número de conselheiros no primeiro ano. Junto com eles, veio para a colônia o conselheiro político Paulus Serooskercke, sua nomeação foi feita pela Câmara de Zelândia. ¹²⁴ Ele pediu permissão

¹¹⁹ WATJEN, op. cit., pp. 105.

¹²⁰ NETSCHER, op. cit., p. 103.

¹²¹ WATJEN, op. cit., p. 105. Por sua vez, Gonsalves de Mello, diz que o primeiro presidente foi Pieter van der Hagen. MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: Administração da colônia*, op. cit., p. 472. Todavia, segundo o diretor da Companhia Joannes de Laet, esse cargo foi ocupado inicialmente por Johan de Bruyne, corroborando com a afirmação de Wätjen. LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Tradução de José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1915, p. 84. (B)

¹²² MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: A administração da conquista*, op. cit., p. 470. Johan de Bruyne não foi o único que partiu com essa incumbência para as Províncias Unidas. Em 1636, o conselheiro político Servaes Carpentier regressou para a República com o intuito de relatar aos XIX sobre a situação da colônia que estava completamente diferente do quadro apresentado por Bruyne em 1630. IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 08/09/1635. Apesar das constantes correspondências enviadas para a República relatando sobre todas as decisões administrativas, era de suma importância para os dirigentes da colônia, ao que parece, fornecer pessoalmente informações sobre o andamento da conquista. Inclusive o próprio governador Waerdenburch enviou em 16 de dezembro de 1630 o tenente-general Jr. Adolph Van der Elst, para apresentar verbalmente os relatórios sobre a colônia do ponto de vista militar. Missiva do governador D. van Waerdenburch, em Olinda, aos Estados Gerais, datada de 12 de fevereiro de 1631. In. Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 59.

¹²³ <https://gw.geneanet.org/horatiuscalandrini>. Acesso em 22 out. 2017.

¹²⁴ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 15/04/1636.

ao Diretores dos XIX para regressar para as Províncias Unidas em 1632. Lembrando que os conselheiros eram funcionários da Companhia e, como tal, tinham que pedir autorização dos Diretores dos XIX para deixar o cargo e a colônia. No ano de 1636, Serooskercke regressou para a colônia no cargo de conselheiro político, mas esta é uma questão que será abordada mais adiante.

Além deles havia também na colônia Johannes van Walbeeck, que segundo Joannes Laet, chegou na colônia no dia 20 de abril de 1630¹²⁵ para exercer a função militar “como comandante de navio”,¹²⁶ e, no mesmo dia foi escolhido para ocupar um cargo no Conselho Político.¹²⁷ Recebeu o título de Almirante da Costa do Brasil, essa nomeação tinha o intuito de direcionar os negócios marítimos.¹²⁸ Walbeeck participou de várias expedições militares, inclusive da captura de navios carregados com açúcar.¹²⁹ Pediu demissão do cargo de conselheiro político e partiu para as Províncias Unidas em 1633 junto com o governador Waerdenburch. No ano de 1634, participou de uma expedição militar no Caribe conquistando para a WIC a ilha de Curaçao no mar das Caraíbas,¹³⁰ onde se tornou o representante dos interesses da Companhia.¹³¹

Outro conselheiro político foi Pieter van der Hagen. Ele participou junto com Carpentier de expedições militares contra a Paraíba e o Rio Grande do Norte em 1631. Ambas foram infrutíferas. Se casou neste mesmo ano no Recife com Ana Serooskercke e pediu demissão da sua função no Conselho Político em 1633 regressando para as Províncias Unidas. Mais tarde, assim como outros conselheiros políticos, regressou para a colônia e ocupou um cargo no Conselho de Finanças.¹³²

¹²⁵ LAET, op. cit., p. 78. (B)

¹²⁶ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: Administração da colônia*, op. cit., p. 118.

¹²⁷ LAET, op. cit., p. 78. (B)

¹²⁸ Idem, p. 87. (B)

¹²⁹ Idem, p. 87.

¹³⁰ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: Administração da colônia*, op. cit., p. 118

¹³¹ WATJEN, op. cit., p. 127. No ano de 1640, regressaria para a colônia no cargo de Assessor do Alto e Secreto Conselho, lembrando que esta instituição governava junto com Maurício de Nassau (1637-1644).

¹³² Em 21 de dezembro de 1642 regressou para Pernambuco para ocupar assento no Conselho de Finanças MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: Administração da colônia*, op. cit., p. 472. Esta instituição era responsável por todas as finanças da Companhia, incluindo as de natureza fiscais. Idem, p. 21. Em 1643 por desentendimentos com os demais conselheiros de finanças, por não concordar com a cobrança das dívidas e dos impostos com valores elevados, pediu demissão do cargo. Gonsalves de Mello nos informa as suas palavras exatas sobre o motivo da sua demissão, “não quero beber nem comer o sangue de viúvas e órfãos (...) não me sentarei com velhacos.” Mello ainda diz que deixou de assinar os documentos endereçados aos XIX e por causa disso o Conselho de Justiça envia-o para as Províncias Unidas, alegando que Pieter van der Hagen vivia embriagado e caluniando a administração da colônia nas tabernas, sem o menor respeito as autoridades. MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: Administração da colônia*, op. cit., p. 472-473 Esse fato nos demonstra que o Conselho Político com o título de Conselho de Justiça tinha um papel importante no governo nassoviano. Visto que a expulsão de um funcionário da Companhia foi decidida na sua instituição, sem a interferência, pelo que podemos perceber de Nassau e do Alto e S. Conselho. Vale salientar que o governador Nassau tinha vários atritos com o

Dentre os conselheiros políticos desses primeiros anos, Servaes Carpentier¹³³ é o nome que mais aparece na documentação e nos relatos dos cronistas como Joannes de Laet e Manoel Calado. Eles focam principalmente as disputas militares, e Carpentier era, geralmente, o conselheiro escolhido para participar delas, com o intuito de auxiliar os oficiais nas tomadas de decisões. Carpentier participou das investidas contra Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Através dos relatos desses cronistas conseguimos notar que os conselheiros políticos não ficaram restritos ao Recife e Olinda, pelo contrário, alguns deles estavam presentes nas invasões dos fortes, dos engenhos e das capitanias. Estavam também nos navios que seguiam pelo litoral para atacar pontos estratégicos e debatiam junto com os militares as decisões que deveriam ser tomadas para alcançar determinados fins, mesmo que suas decisões não fossem sumariamente acatadas.

Um caso como este pode ser visto no relato de Joannes de Laet, acontecido no dia 18 de dezembro de 1630. O Conselho Político decidiu atacar a capitania de Rio Grande do Norte e para isso foram escolhidos os conselheiros políticos Servaes Carpentier e Pieter van der Hagen. A expedição partiu no dia 21 de dezembro por mar. Tentaram desembarcar as tropas num local chamado Ponta Negra cujas águas eram mais tranquilas. Todavia, não encontraram nenhum local próximo ao forte para fazer o desembarque dos soldados. O mar era bastante pedregoso, não permitindo a aproximação das embarcações de maior porte. Por conta disso, o conselheiro político Servaes Carpentier junto com alguns oficiais embarcaram em três chalupas para fazer a vistoria da costa. Após esta vistoria, regressaram para os navios. Os chefes militares disseram que não poderiam desembarcar em Ponta Negra, visto que não era seguro e não tinham nenhum conhecimento da costa. O ponto mais seguro ficava muito distante do forte e o deslocamento por terra era inviável. Servaes Carpentier sugeriu que entrassem no rio e desembarcassem um pouco acima do Forte. Essa sugestão foi sumariamente criticada pelos capitães dos navios, tendo em vista a impossibilidade de manobra no estreito canal do rio que não permitiria a entrada de todos os navios, além de correr o risco de levar os navios a pique. Após rejeitarem a

Conselho de Finanças, pois estes controlavam os recursos financeiros e Nassau fazia altos gastos na colônia. Idem, p. 472.

¹³³ Servaes Carpentier era natural de Dordreche, ele era médico e trabalhava em Utrech quando foi nomeado para ser membro do Conselho Político. Participou de várias expedições militares na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Em 1635, foi nomeado diretor da Paraíba e do Rio Grande do Norte, cargo este que ocupou até 1636 quando regressou para as Províncias Unidas onde apresentou um relatório sobre a situação da colônia. Em 1637, regressou para o Recife no cargo de Assessor do Alto e Secreto Conselho. Em 1639, pediu demissão desse cargo para administrar os seus engenhos em Goiana. MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: Administração da colônia*, op. cit., p. 51.

sugestão de Carpentier, os militares desistiram de conquistar o forte e decidiram desembarcar em outra região do Rio Grande do Norte com o objetivo de recrutar indígenas.¹³⁴

Esse caso em particular permite ter uma noção das divergências existentes entre os conselheiros políticos e os militares. Em alguns momentos ambos não concordavam com as sugestões e ideias um do outro, atrasando assim decisões e modificando as áreas que deveriam ser invadidas e as táticas de guerra.

2.6 Os desentendimentos entre os conselheiros políticos e os militares

Nos primeiros anos da conquista neerlandesa, a maioria das decisões dos conselheiros políticos estavam voltadas para as questões militares, visto que era uma época de conquista territorial onde ocorriam várias disputas que exigiam dos conselheiros políticos e dos oficiais a elaboração de táticas que fossem tanto de ataque, quanto de defesa. O Conselho Político, além de tomar decisões sobre esses assuntos em sua instituição, também tinha que enviar os seus próprios membros para as áreas de conflito. Essa interferência civil em questões militares provocavam diversos atritos entre os conselheiros políticos e os oficiais e muitas dessas querelas aconteciam nas sessões do Conselho Político.

Nas reuniões junto ao Conselho Político estavam presentes o governador e os militares de alta patente, compondo o Conselho de Guerra e Naval. Discutiam o deslocamento das tropas, as fortificações e a defesa das áreas já conquistadas e os locais que deveriam ser invadidos, entre outras questões. Através dos relatos de Joannes de Laet percebe-se que a maioria dos atritos militares e civis estavam relacionados as divergências de ideias. O próprio governador Waerdenburch se queixava que as suas sugestões eram desconsideradas e ignoradas pelo Conselho Político e de Guerra.¹³⁵ Com essa afirmação queremos dizer que as resoluções tomadas pelos conselheiros políticos eram criticadas, em alguns casos, pelos oficiais, pelos comandantes, pelos capitães dos navios e pelo governador. Estes mostravam argumentos de que tal sugestão não poderia ser colocada em prática ou defendiam o interesse de invadir outros locais. O Conselho Político defendia os locais que queriam invadir e para onde deveriam deslocar as tropas, gerando atritos entre as duas esferas. Hermann Wätjen dizia que os militares

¹³⁴ LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Tradução de José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vol. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1920, pp. 225-227. (C)

¹³⁵ Relatório do governador D. Van Waerdenburch, aos Estados Gerais, datado de 10 de julho de 1633. In: *Documentos Holandeses*, op. cit., p. 115.

desrespeitavam a autoridade do Conselho Político, não os reconhecia como a instituição superior na colônia, acrescenta ainda que os militares não davam importância às ordens vindas do Conselho Político e que estes também não ouviam as sugestões dos militares.¹³⁶ Baseando-se nesses argumentos, vemos essa mesma afirmação sendo propagada por outros historiadores como Mário Neme.

Desta forma, mencionaremos vários casos que provocaram o desgaste das relações entre os conselheiros políticos e os militares. Um desses primeiros embates se deu em novembro de 1630, que segundo Joannes de Laet, ocorreu da seguinte maneira: Os neerlandeses escutaram rumores vindos dos portugueses da preparação de uma grande esquadra comandada por Dom Fadrique de Toledo Osorio. Com receio dessa esquadra, o governador e o Conselho de Guerra decidiram aumentar a defesa da colônia reforçando as fortificações e se preparando para esse ataque. O Conselho Político, por sua vez, era de opinião contrária, acreditava que seria melhor orquestrar um ataque contra Matias de Albuquerque, antes que este recebesse alguns recursos como víveres, munições e soldados, tornando-se assim mais difícil derrotá-lo. Portanto, acreditavam que deveriam voltar todos os esforços de guerra para atacar um inimigo que estava em terra e por isso mais próximo do que uma possível armada que ainda estava na Europa. O governador e o Conselho de Guerra, após deliberarem, foram contrários a essa ideia. Defendiam que não poderiam desperdiçar os recursos da colônia com uma investida militar onde não tinham garantias de sucesso, tornando-se vulneráveis para a chegada dessa esquadra. Pelo que conseguimos entender da afirmação de Laet, ficou decidido então pela fortificação da colônia contra a invasão da esquadra que viria expulsar os neerlandeses.¹³⁷ Mas ao mesmo tempo eles não mencionam se a esquadra de Toledo, de fato, chegou na colônia. Pelo que parece foram apenas falsos rumores. Todavia, não seriam as únicas falsas informações que circulariam na colônia, principalmente pelo receio que os neerlandeses tinham em relação a um ataque orquestrado pela Espanha que, ao longo da administração do Conselho Político, era uma presença constante no litoral.¹³⁸

Outro atrito entre ambos, aconteceu na reunião no Conselho Político no dia 11 de janeiro de 1631, logo após o regresso dos soldados da expedição no Rio Grande do Norte. Nessa reunião decidiram quais ações deveriam ser feitas para derrotar os guerrilheiros luso-

¹³⁶ WATJEN, op. cit., p. 294.

¹³⁷ LAET, op. cit., pp. 86-87. (B)

¹³⁸ “Logo depois chegou uma mensagem do Cabo de Santo Agostinho dizendo que a frota espanhola passou a tarde inteira ao redor do Cabo. A partir dessa informação, nós presumimos que eles tinham a intenção de desembarcar pessoas. Por causa disto, o mestre de equipamentos mandou diretamente um grande barco em direção ao ancoradouro, para informar o que estava acontecendo ao senhor Almirante.” IAHGP. Coleção José Higyino. Dagelijckse notulen 26/11/1635.

brasileiros. O Conselho Político, através de informações obtidas com os desertores do exército de Matias de Albuquerque, ficou sabendo da situação e localização do Arraial do Bom Jesus, firmaram a opinião de que este local deveria ser conquistado, pondo fim ao principal ponto de resistência dos portugueses. Por outro lado, os oficiais superiores eram terminantemente contra, pois não tinham garantias de que iriam conseguir essa conquista.¹³⁹

Além do Arraial, o Conselho Político, discutia a possibilidade de atacar o Cabo de Santo Agostinho, pois o Arraial recebia suprimentos desta região. Diziam que conquistando o Cabo, a resistência no Arraial seria fortemente abalada, porém, até o dia 11 de janeiro nada tinha sido decidido, permanecendo a discussão entre os conselheiros políticos e os chefes militares, estes eram de opinião que deveria se conquistar a ilha de Itamaracá para obter madeira para lenha e refrescos. O Conselho Político sugeriu obtê-los no local que ficava por trás do forte de Waerdenburch, mas a madeira daquele local não serviria como lenha. Por fim, o Conselho Político decidiu atacar o Rio Formoso, tal proposta foi feita por Servaes Carpentier, visto que não chegavam a um consenso sobre atacar o Cabo, Arraial, Afogados ou Itamaracá. A investida contra o Rio Formoso foi aceita pelos militares. Nesta expedição estaria presente o conselheiro político e almirante Walbeeck.¹⁴⁰

Nesses mesmos relatos percebemos que os conselheiros políticos estavam bastante atarefados e envolvidos com a ampliação da conquista da colônia, porém, se deparavam com o entrave que era o difícil convívio com os setores militares que expressavam nessas reuniões as suas opiniões. Os militares tinham legitimidade para se expressar abertamente nas reuniões do Conselho Político, pois de acordo com o artigo 28 do Regimento das Praças, os conselheiros políticos poderiam solicitar a presença dos generais e do governador e pedir o seu parecer sobre determinada questão. Após ouvirem suas opiniões, resolveriam por pluralidade de voto as questões militares relativas ao envio de expedições por terra e por mar, assim como o deslocamento das tropas e a construção de fortificações. Esses militares também poderiam entrar livremente na sede do Conselho Político, caso quisessem comunicar algo, além de ajudá-los a deliberarem sobre os assuntos que haviam sido comunicados. Tinham assento junto ao presidente nas reuniões de cunho militar.

De fato, ao longo do governo neerlandês, vimos claramente a presença de militares de alta patente e do governador nessas reuniões, onde auxiliavam os conselheiros políticos nas tomadas de decisões que se referissem as questões militares.¹⁴¹ (Ver o quadro na pág. 63)

¹³⁹ LAET, op. cit., p. 253. (C)

¹⁴⁰ Idem, p. 254. (C)

¹⁴¹ PEREIRA. Regimento das praças 1629. In: RIAHGP, op. cit., pp. 298-299.

Podemos considerar que, apesar desses embates, havia um diálogo entre os conselheiros políticos e os militares. Rômulo Nascimento em sua tese, levanta a hipótese de que tal situação pudesse acontecer ao dizer que “por vezes, parece que autoridades civis e militares tomavam decisões em conjunto”.¹⁴² Isso de fato acontecia. Visto que o Conselho Político, para tomar decisões de cunho militar, por diversas vezes, pediu a opinião dos capitães dos navios, dos oficiais e do governador, baseando-se na experiência deles em disputas militares em terra e no mar. Numa passagem de Joannes de Laet, transcorrido no dia 21 de setembro, dizia o seguinte:

O Conselho havendo se reunido, e não sabendo o que devia fazer com os navios que ainda estavam no porto, convocou todos os capitães de navios a sua sessão e perguntou-lhes se não seria melhor para o serviço da Companhia irem com esses navios ao encontro do almirante Marten Thyssen, afim de com esse novo reforço poder atacar novamente a esquadra espanhola. Ao que o chefe da equipagem e os capitães de navio responderam unanimemente: - que, soprando o vento agora de sudeste e sul de quarta de oeste e a corrente dirigindo fortemente para o norte, havia poucos meios de ganhar o sul; e julgaram mais seguro e prudente que os navios ficassem no porto e desembarcassem todos os feridos e doentes, recebendo novas guarnições e aprontando tudo para com a primeira mudança do vento seguirem para o sul e reunirem-se ao almirante (...). Os membros do Conselho Político, achando bem fundado este parecer, resolveram unanimemente executá-lo.¹⁴³

Ao longo da administração do Conselho Político, as divergências com os militares não cessaram, mas houve tentativas na colônia para tentar saná-las. Uma dessas tentativas foi a nomeação para conselheiro político do almirante Marten Thyssen em 1631.¹⁴⁴ Ele imediatamente de posse do cargo, tomou providências com relação aos ataques vindos dos espanhóis e organizou um regime regular de vigilância da costa norte brasileira. Nesse sentido, segundo Hermann Wätjen, “entre a Bahia e Recife foram postados sete navios; entre Olinda e Rio Grande do Norte, cinco”.¹⁴⁵

De acordo com Wätjen, Marten Thyssen, foi o primeiro chefe de esquadra nomeado para o cargo no Conselho Político, mas ele não foi o único militar a compor esta instituição, antes dele já havia sido nomeado o almirante Johan Walbeeck em 1630. Neste ponto chamamos a atenção para um fato importante, o Conselho Político, teoricamente, era para ser composto por civis, mas pelo que podemos perceber, militares também ocuparam os seus assentos e ambos foram escolhidos na colônia. Logo, não foi uma escolha das Câmaras das Províncias

¹⁴² NASCIMENTO, op. cit., p. 208.

¹⁴³ LAET, op. cit., p. 211. (C). Com efeito, as correntes marítimas e a direção dos ventos determinavam o deslocamento das embarcações nas direções norte e sul. Segundo Russell-Wood: “A viagem entre Pernambuco e Salvador transcorria melhor entre o início de outubro e o fim de abril com a monção de Nordeste. Os ventos de sudeste favoreciam a navegação de Salvador a Pernambuco entre o fim de abril e o início de outubro.” RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 129.

¹⁴⁴ WÄTJEN, op. cit., p. 113.

¹⁴⁵ Idem, p. 113.

Unidas, como estava estabelecido no Regimento, mas uma escolha que atendia às necessidades da colônia, porque o conhecimento dos militares era necessário para orquestrar táticas de guerra com o intuito de obter novos territórios e possibilitar a manutenção dos neerlandeses na colônia, visto que os conselheiros civis, dos primeiros anos, não tinham total conhecimento dessas práticas.

Outra tentativa para pôr fim às divergências entre os conselheiros políticos e os militares, foi o envio, em 1631, de dois representantes, Jan de Bruijne e Pieter de Vroo, para as Províncias Unidas. O intuito dessa viagem era explicar ao Conselho dos XIX sobre as divergências entre o Conselho Político e o Conselho de Guerra e Naval.

Após a explanação de ambos, os Diretores dos XIX chegaram à conclusão de que o motivo da queixa não era suficientemente importante para justificar o deslocamento dessas pessoas. A decisão dos XIX foi que os conselhos chegassem a um acordo e não enviassem pessoas para a Pátria sem a autorização da Companhia.¹⁴⁶ Eles não ficaram satisfeitos com os gastos que essas viagens trariam para os cofres da WIC, por isso viagens de igual natureza deveriam ser evitadas, apenas as pessoas que terminaram o seu tempo de serviço ou que iriam fornecer aos XIX informações sobre o andamento da colônia, além dos relatórios e das cartas, seriam autorizadas a viajarem para as Províncias Unidas. Os demais casos deveriam ser resolvidos no território colonial poupando a Companhia desses gastos. De fato, viagens desse tipo, pelo menos na documentação e bibliografias analisadas, não foram feitas para a República.

Outro aspecto importante e que merece ser mencionado neste trabalho era que no decorrer dos anos de 1630 a 1633 nenhum outro conselheiro político foi enviado para a colônia além dos citados anteriormente, houve apenas uma nomeação no ano de 1631. Após a partida de Bryune e o falecimento de Calandrini, a Companhia manteve na administração da colônia apenas Carpentier, Thyssen, Van der Hagen, Serooskercke e Walbeeck. Eles estavam centrando os seus esforços e os recursos da colônia na guerra de conquista e pouco se dedicavam as demais atividades.

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, os anos de 1631 a 1632, a guerra entre luso-brasileiros e neerlandeses consistia em escaramuças diárias que aconteciam ao longo dos rios Capibaribe e o Beberibe.¹⁴⁷ Luize Navarro diz que “a maior parte da sua energia estava direcionada militarmente e que a organização e jurisdicionalização da colônia foram

¹⁴⁶ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Haia ao Conselho Político, datada de 15 de fevereiro de 1631, op. cit., p. 103.

¹⁴⁷ MELLO, Evaldo Cabral de (org). *O Brasil holandês*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras e Penguin, 2010. p. 76

negligenciadas nesses primeiros anos de dominação”.¹⁴⁸ Talvez negligenciadas não fosse a palavra correta, pois eles tinham um pequeno espaço de terra para governar, limitando-se a região de Olinda e Recife, como nos afirma José A. Gonsalves de Mello.¹⁴⁹ Estes territórios não estavam totalmente conquistados, tendo que lidar com ameaças diárias dos guerrilheiros portugueses e que não poderiam ser colocadas de lado caso quisessem permanecer na colônia. Portanto, tinham que se dedicar mais as questões militares do que a outras. Sem falar das fugas dos moradores, o que deixava a colônia com poucas pessoas. O predicante Johannes Baers diz que “as pessoas que ficaram em Olinda e Recife eram alguns negros, velhos, aleijados e doentes que não puderam fugir”.¹⁵⁰ Logo, essas pessoas pouco poderiam contribuir para a prosperidade da colônia neerlandesa.

Em 1632, o governo do Brasil holandês era composto, segundo Netscher, da seguinte forma:

Oficiais superiores Johannes van Walbeek, presidente do Conselho Político; Waerdenburch, coronel e governador; Carpentier e Van der Hagen, conselheiros políticos; Schutte, tenente-coronel, Jan Mast, almirante da costa brasileira, um comandante de artilharia e mais cinco majores: Redinckoven, Berstet, Rembach, Schkoppe e Artischofsky¹⁵¹

Percebe-se na citação de Netscher que Marten Thyssen e Paulus Serooskercke não compunham o quadro dos conselheiros políticos, restando apenas três dirigentes na administração da colônia. Em relação a Marten Thyssen, ele foi escolhido para participar de uma expedição militar no Caribe (Índias Ocidentais), partindo no dia 11 de abril de 1632 com uma esquadra de 19 navios. Desses navios, quatro estavam carregados com açúcar e deveria acompanhá-lo até uma parte do trajeto, rumando para as Províncias Unidas, levando junto o conselheiro político Paulus Serooskercke.¹⁵² Os demais que permaneceram na colônia deveriam gerir toda e qualquer dificuldade que surgissem nas terras conquistadas.

¹⁴⁸ NAVARRO, op. cit., P. 81.

¹⁴⁹ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 44.

¹⁵⁰ BAERS, Johannes. *Olinda Conquistada*. Tradução de Alfredo de Carvalho. São Paulo, IBRASA; Brasília, INL, 1978, p. 87.

¹⁵¹ NETSCHER, op. cit., p. 123.

¹⁵² LAET, op. cit., p. 258. (C)

2.7 A discussão entre o Conselho Político e os Diretores dos XIX por conta do abandono e destruição da vila de Olinda

A sede do Conselho Político era situada em Olinda, mais precisamente, segundo o predicante Johannes Baers, na “Casa da Câmara de Olinda”.¹⁵³

No dia 12 de setembro de 1630, os conselheiros se fixaram no Recife¹⁵⁴ e passaram a discutir junto com o governador, em oposição aos Diretores da Companhia, sobre o abandono e a destruição de Olinda. Observamos que neste ponto, os conselheiros políticos e os militares defendiam a mesma opinião. Portanto, a relação entre eles não era pautada apenas em conflitos, pois também tomavam decisões em conjunto e que estas visavam aumentar e consolidar a conquista neerlandesa e um desses momentos foi em relação a vila de Olinda. Neste caso, o pretexto dado foi a impossibilidade de fortificar os morros da vila e de manter a sua defesa. Outro motivo era a dificuldade no deslocamento de Olinda para o Recife, pois os guerrilheiros portugueses poderiam facilmente fazer emboscadas contra os neerlandeses neste trajeto.¹⁵⁵ Defendiam que os recursos da WIC deveriam ser centrados na defesa do Recife e na ampliação territorial da colônia.¹⁵⁶

Um dos primeiros problemas que aconteceu na colônia foi o embate no seio da administração entre os Senhores dos XIX e os conselheiros políticos sobre a discussão da destruição de Olinda. Seria o primeiro momento no qual o Conselho iria emitir e defender sua opinião sobre um fato que acontecia na colônia quando, de acordo com as suas instruções, deveria sempre obedecer aos XIX. Esta questão se desenrolou da seguinte forma: os conselheiros políticos discordaram de uma decisão da Companhia e enviaram cartas argumentando sobre o abandono de Olinda. Essas cartas eram enviadas todas as vezes que os XIX enviavam instruções mandando reconstruí-la e defendê-la a qualquer custo. Mesmo não concordando com a decisão dos XIX, os conselheiros políticos não poderiam abandonar a vila sem a aprovação deles, visto que os conselheiros, apesar de serem os dirigentes da colônia, estavam sob a autoridade dos diretores da WIC e, portanto, não tinham permissão nem autoridade para decidir se permaneceriam ou abandonariam a vila de Olinda.

¹⁵³ BAERS, op. cit., p. 93. O Conselho Político e os soldados aproveitaram-se das casas, conventos e igrejas, transformando-as em fortes, armazéns e de residência, o conselheiro político Elias Herckmans, por exemplo, morava no Convento São Francisco na Paraíba. HERCKMANS, Elias. Descrição geral da capitania da Paraíba In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: administração da conquista*, op. cit., p. 74 O governador Waerdenburch morava no convento jesuíta. BAERS, op. cit., p. 78.

¹⁵⁴ LAET, op. cit., p. 84. (B)

¹⁵⁵ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., 53.

¹⁵⁶ BOXER. *Os holandeses no Brasil*. op. cit., p. 69.

Por outro lado, os Diretores do XIX, em 1630, defendiam a fortificação de Olinda independente das dificuldades na defesa da vila, pois seriam enviados mais mercenários para auxiliar na defesa do território, independentemente dos gastos que a fortificação representaria para os cofres da Companhia. Foi decidido que ela só seria destruída, caso chegasse auxílio para os portugueses e estes conseguissem desembarcar em Pernambuco.¹⁵⁷ Dessa forma, a fortificação de Olinda deveria ser feita junto com a fortificação de Antônio Vaz e do Recife. Nesta última, o sistema de fortificação deveria se tornar intransponível.¹⁵⁸

Porém, não demoraria para os Diretores dos XIX perceberem a impossibilidade de defender Olinda, optando por seu abandono e destruição, isso aconteceria em 1631.

Para o governador Waerdenburch, essa decisão foi considerada tardia, e por isso enviou uma carta aos Estados Gerais demonstrando o seu desagrado. Segundo o governador, esse fato e a falta de víveres foram os principais motivos para que os neerlandeses não conseguissem adentrar no território pernambucano, pois a insistência dos Diretores da WIC em fortificar e defender Olinda possibilitou que os luso-brasileiros organizassem as suas forças e contra atacassem lugares já dominados pelos neerlandeses. O governador ainda argumentava que para conquistar novas regiões precisaria abandonar a defesa de Olinda, mesmo que temporariamente desobedecendo as ordens da WIC. Na sua opinião, isso gerou um impasse, pois, ou defendiam Olinda ou invadiam outras regiões. Ambas as situações não poderiam ocorrer por causa da pequena quantidade de soldados e mantimentos.¹⁵⁹

Os luso-brasileiros aproveitaram essas questões e frustraram as tentativas dos neerlandeses de avançar na ampliação da conquista utilizando-se de emboscadas, pois, eles tinham o controle de pontos vantajosos e conheciam os caminhos e as passagens de uma região para outra.¹⁶⁰ Por outro lado, os Diretores dos XIX discordavam totalmente da opinião do governador. Para eles, o não avanço territorial dos neerlandeses se devia às decisões e a falta de uma ação mais enérgica dos conselheiros políticos e do governador em relação aos soldados neerlandeses e aos luso-brasileiros.¹⁶¹

¹⁵⁷ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Haia ao conselho Político, datada de 15 de fevereiro de 1631, op. cit., p. 101.

¹⁵⁸ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Haia ao Conselho Político, datada de 17 de junho de 1630, op. cit., pp. 93-95.

¹⁵⁹ Missiva do governador D. van Waerdenburch, em Antônio Vaz, aos Estados Gerais, datado de janeiro de 1632. In: *Documentos Holandeses*, op. cit., p. 99.

¹⁶⁰ Relatório do governador D. van Waerdenburch, aos Estados Gerais, datada de 10 de julho de 1633. In: *Documentos Holandeses*, op. cit., p. 113

¹⁶¹ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 17 de abril de 1632, op. cit., p. 121

Com a destruição de Olinda, as forças militares foram concentradas na defesa do Recife, na conquista do Cabo de Santo Agostinho e da Paraíba, cujo objetivo era de impedir o comércio entre os portugueses.¹⁶²

Numa das cartas dos diretores da Companhia para o Conselho Político relatava que “os XIX estão satisfeitos por Olinda ter sido finalmente abandonada e queimada em 24 de novembro de 1631”.¹⁶³ Os materiais que sobraram de sua destruição seriam utilizados para construir casas em outros locais, principalmente na ilha de Antônio Vaz. Apesar dessa aprovação, os Diretores da Companhia não estavam satisfeitos com a atuação do Conselho Político na colônia. Para modificar este cenário decidiram incorporar na sua administração a Diretoria Delegada.

2.8 A Diretoria Delegada (1632-1634)

Os Diretores dos XIX se queixavam que o Conselho Político não havia feito nenhum avanço, nem ao norte e nem ao sul do Recife, e mesmo na capitania de Pernambuco, não possuíam o domínio total do território, pois o sul ainda pertencia à Coroa Portuguesa.¹⁶⁴ Juntou-se a esses fatores o problema de não terem conseguido a adesão dos moradores da colônia.¹⁶⁵

De acordo com Henk den Heijer, os conselheiros políticos agiam com pouca firmeza em relação aos portugueses e aos militares.¹⁶⁶ Segundo H. Handelman, as atividades da administração do Conselho Político eram em geral, brandas, pois tinha o objetivo de reconciliar os luso-brasileiros com os neerlandeses e, principalmente, com a dominação neerlandesa, atraindo-os para o território conquistado, tentando mantê-los com o intuito de retomar as atividades econômicas da colônia.¹⁶⁷

De acordo com a direção da WIC, os conselheiros políticos não estavam avançando em extensão territorial e nem alcançando os altos lucros que eles almejavam ao iniciar a conquista de Pernambuco. A Companhia tinha mais gastos com a colônia do que lucro e isso não era vantajoso para os comerciantes neerlandeses. Para mudar esta situação, os Diretores dos XIX,

¹⁶² XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao governador Waerdenburch datada, de 01 de novembro de 1631, op. cit., p. 105

¹⁶³ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 17 de abril de 1632, op. cit., p. 121

¹⁶⁴ XAVIER. Carta da Câmara de Haia para o Conselho Político datada, de 18 de julho de 1630, op. cit., p. 97.

¹⁶⁵ HANDELMANN, H. *História do Brasil* - Tomo I. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982, p. 177.

¹⁶⁶ HEIJER, op. cit., p. 35.

¹⁶⁷ HANDELMANN, op. cit., p. 180.

resolveram modificar a direção da colônia enviando dois diretores para compor a Diretoria Delegada, que segundo Mello, tinham a função de “dirimir as dúvidas e assumir a administração superior.”¹⁶⁸ Navarro acrescenta que o envio dos diretores delegados buscava “dar fim às disputas entre os membros do conselho político e do então governador em exercício, Diederick van Waerdenburch”.¹⁶⁹ Mas, segundo Hermann Wätjen, “após a chegada dos Diretores, as relações entre a administração civil e militar continuaram tensas”.¹⁷⁰

Os diretores enviados para compor a direção da colônia junto com os conselheiros políticos foram Mathias van Ceulen, de Amsterdã e Johan Ghijselin, da Zelândia. Eles chegaram no Recife entre 14 de dezembro de 1632 e 17 de janeiro de 1633.¹⁷¹ Aos novos nomeados caberia seguir o que se apresenta abaixo:

A Ceulen e Gijsselingh foram dadas instruções precisas e fornecidos 162 mil florins em dinheiro de contato para pagamento do pré aos soldados, das despesas de alimentação e dos soldos dos oficiais. Incumbia-lhes especialmente providenciar para que fossem atendidas pelos Comissários as reclamações dos soldados sobre insuficiência de roupa, calçado e alimentação. Deviam também empregar todas as suas artes de persuasão, (prometendo participação nos despojos), para obter o reengajamento dos soldados que houvessem completado o tempo de serviço, o que muito contribuiria para que se reduzissem ao estritamente necessário, as despesas com as remessas de reforços. Cumpria-lhes ainda colocar nas mãos de gente de confiança a administração dos armazéns, designar funcionários para guarda-livros dos mesmos, e organizar o orçamento para o Brasil Norte.¹⁷²

Com o início da administração da Diretória Delegada, houve o despacho das tropas para atacar as posições dispersas dos portugueses. Conseguiu-se, com a ajuda dos índios, que se aliaram aos neerlandeses, conquistar grande parte da costa. Segundo Heijer, esta ação isolou os guerrilheiros luso-brasileiros no interior. Os diretores expandiram o território conquistado na direção norte e sul, capturaram considerável quantidade de navios portugueses, enviando para a Holanda carregamentos de açúcar e madeira para tinturaria.

A quantidade destas mercadorias crescia gradualmente. Para Wätjen, as estimativas do açúcar enviado de janeiro de 1633 até agosto de 1634 girava em torno de 1.655.700 florins. A madeira enviada era no total de 72 mil florins. A captura de navios espanhóis e portugueses gerou para a Companhia, após a venda, uma receita de 514 mil florins.¹⁷³

¹⁶⁸ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 11.

¹⁶⁹ NAVARRO, op. cit., 77.

¹⁷⁰ Idem, p. 295.

¹⁷¹ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 28 de setembro de 1632, op. cit., p. 123.

¹⁷² WÄTJEN, op. cit., pp. 294-295.

¹⁷³ Idem, p. 127.

Neste mesmo espaço de tempo, os neerlandeses também perderam vários carregamentos de açúcar e navios, pois os luso-brasileiros ao se depararem com o exército da Companhia, terrestre ou naval, ateavam fogo ao açúcar ou afundavam os navios, para que não caíssem nas mãos dos neerlandeses.

Levando em consideração esses fatos, percebe-se que a Companhia obtinha lucros e prejuízos, pois cada expedição enviada gerava um custo enorme para os cofres da WIC e cada embarcação e engenhos contendo açúcar incendiados se configurava num grande prejuízo para os rendimentos da colônia e essa perda acontecia no governo do Conselho Político, perdurando no período da Diretoria Delegada.¹⁷⁴

Apesar disso, essa época era considerada por alguns historiadores, como a melhor fase da colônia neerlandesa antes do governo de Nassau, pois a partir dos diretores delegados, a colônia avançou territorialmente em direção a Paraíba, Itamaracá e Rio Grande do Norte, visto que, enviaram expedições que dominariam os fortes da Paraíba, Nossa Senhora de Nazaré, do Arraial Velho do bom Jesus e de Porto Calvo.¹⁷⁵ Estas conquistas, todavia, só seriam efetivadas apenas em 1635, no governo do Conselho Político.

Durante a Diretória Delegada os conselheiros políticos continuaram participando das expedições militares no sentido de auxiliá-los. Permaneceram exercendo suas funções, inclusive seus encargos judiciais e financeiros. Pieter M. Nestcher diz que as expedições militares, no ano de 1633, saíam do Recife ou de Itamaracá sendo “comandadas por Schkoppe, Byma e outros; os comissários delegados Mathias van Ceulen e Gijsselingh ou o membro do Conselho Político, Carpentier, alternativamente tomavam parte como assistentes, nesses movimentos.”¹⁷⁶ Podemos observar na afirmação de Nestcher que o Conselho Político e a Diretoria Delegada trabalhavam em conjunto para gerir a colônia culminando os seus esforços nas suas diversas atividades, principalmente nas questões militares. Nesse período, estavam presentes na capitania de Pernambuco Jhoannes van Walbeeck, Pieter van der Hagen e Servaes Carpentier, os dois primeiros como já foi dito, foram embora de Pernambuco em 1633. Mas, neste mesmo ano chegou a colônia Willen Schott e no dia 8 de março de 1634 o conselheiro político Jacob Stachouwer. O conselheiro político Walbeeck, segundo Laet, no dia 4 de fevereiro de 1633, partiu junto com o diretor delegado Gijsselingh para a região de Itamaracá, com o intuito de por em ordem a capitania, regressando para o Recife no dia 7.¹⁷⁷

¹⁷⁴ LAET, op. cit., p. 294. (C)

¹⁷⁵ Idem, p. 296.

¹⁷⁶ NETSCHER, op. cit., p. 129.

¹⁷⁷ LAET, op. cit., p. 294. (C)

Apesar do avanço administrativo e territorial conquistado pelos diretores delegados, Watjen comenta que, estas ações estavam longe de satisfazer as expectativas que os Diretores dos XIX depositavam na colônia. Estes estavam ávidos para receber os altos lucros e rendimentos prometidos pelo comércio do açúcar que em contrapartida exigiram altos investimentos por parte da Companhia.¹⁷⁸ Não é demais lembrar que a Companhia era uma empresa particular formada por acionistas que investiram capital para a conquista das capitâneas do Norte da América portuguesa, e, portanto, desejavam receber o retorno dos seus investimentos, obtendo-o através do comércio de açúcar, já que este prometia grandes lucros.

179

No dia 2 de setembro de 1634, a direção da colônia se modificou novamente com a partida dos diretores delegados Van Ceulen e Gijsselingh para as Províncias Unidas, pois o contrato de dois anos, de ambos, havia terminado. Apesar dos vários pedidos dos Diretores dos XIX para que permanecessem na colônia, transferem a administração civil para o Conselho Político, agora compostos por novos membros, exceto Servaes Carpentier. Esta instituição deveria gerir a colônia que estava crescendo com a incorporação dos territórios conquistados, necessitando, portanto, de estratégias e de tomadas de decisões para o desenrolar das suas atividades administrativas e econômicas.

2.9 A distribuição das atividades dos conselheiros políticos de 1634 a 1636

O quadro administrativo da colônia em 1634 era composto pelos seguintes conselheiros, a saber, Servaes Carpentier, Willen Schott e Jacob Stachouwer. No mesmo ano foram nomeados, Balthasar Wijntjis e Ippo Eissens. Para o cargo de governador foi nomeado Sigemundt von Schkoppe, “que, como Van Waerdenburch, continuava a ter direito de voto no Conselho Político”.¹⁸⁰ Para o cargo de fiscal e pensionário foi nomeado Nicolas de Ridder.

As incursões militares em direção as capitâneas da Paraíba e do Rio Grande do Norte continuaram sob a administração do Conselho Político. Watjen afirma que: “neste mesmo ano ficou estabelecido que um dos conselheiros deveria acompanhar os comandantes das tropas em

¹⁷⁸ WATJEN, op. cit., p. 297.

¹⁷⁹ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 137.

¹⁸⁰ HEIJER, op. cit., p. 36.

suas excursões de guerra, assim como assistir as batalhas para que não se tentasse nenhuma ação sem a autorização prévia dos conselheiros”.¹⁸¹

Na realidade, este fato acontecia desde 1630, onde as expedições militares contavam com a presença constante de um dos conselheiros políticos, isto não tem início a partir de 1634, pelo contrário, assim que o Conselho Político foi instalado em Olinda os conselheiros já estavam presentes nas expedições e eles continuaram sendo figuras atuantes junto aos militares no governo nassoviano.¹⁸²

A divisão das funções dos conselheiros a partir de 1634 ficou estabelecida da seguinte forma: um conselheiro deveria acompanhar as expedições militares, enquanto outro ficaria incumbido de cuidar da administração do sul da capitania de Pernambuco, do transporte e do armazenamento do açúcar produzido. Os outros três se dividiriam na administração das quatro capitanias conquistadas, ocupando o cargo de diretores.

Chamamos a atenção neste ponto para um esclarecimento, os conselheiros encarregados na direção passam a ser chamados na documentação de diretores, ou seja, Servaes Carpentier aparece como diretor da Paraíba e não como conselheiro político. A mesma coisa acontecia com a função de tesoureiro, apesar de ser exercida pelos conselheiros, em alguns momentos só aparece a referência a esse cargo e não quem o ocupava. Os conselheiros ocuparam os cargos de diretores na Paraíba, Itamaracá, Rio Grande do Norte, nas regiões no sul de Pernambuco como Porto Calvo, Serinhaém, na jurisdição de Alagoas, do Rio São Francisco e no Cabo de Santo Agostinho.¹⁸³

Quando eles não estavam exercendo suas funções na administração superior da colônia, administravam a prestação de serviços no Recife, como os armazéns de víveres, das munições e das casas que pertenciam a Companhia. Davam continuidade a todas as atividades que estavam estabelecidas no Regimento de 1629, nas áreas judiciais, econômicas e financeiras.¹⁸⁴

¹⁸¹ WATJEN, op. cit., p. 297.

¹⁸² A presença de conselheiros políticos junto aos militares nas expedições acontecia no espaço colonial e em locais fora do Brasil holandês, como a participação de Walbeek e Thyssen no Caribe, a participação no governo nassoviano de Elias Herckmans no Chile (1642) e de Pieter Mortamer e Cornelis Nieulant em Angola (1641). Ver quadro na página 157.

¹⁸³ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 16.

¹⁸⁴ WATJEN, op. cit., pp. 303-304

2.10 A composição do Conselho Político de 1634 a 1636

Além de Servaes Carpentier, o Conselho Político tinha como membro Jacob Stachouwer que foi nomeado pela Câmara de Amsterdã. Chegou na colônia no dia 8 de maio de 1634. Nesse período, sua atuação esteve voltada para a participação nas expedições militares nas regiões de Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Arraial e de Alagoas,¹⁸⁵ acompanhando ora o coronel Christoffel Arzciszewsky, ora o governador Sigemundt von Schkoppe ou o almirante Lichthart. Por causa disso, Stachouwer foi o único conselheiro de 1634 que não recebeu a direção de nenhum local. Mas, ao mesmo tempo não podemos afirmar que ele não se envolveu com a administração da colônia, visto que assumiu o cargo de presidente do Conselho Político, ficando no Recife entre os meses de junho a outubro. Participava das reuniões dessa instituição onde decidia sobre a defesa, o abastecimento, a aplicação das ordens e as punições, a contratação e demissão de empregados e serviços, o deslocamento das tropas, a reconstrução ou destruição dos fortes, o transporte, armazenamento e venda do açúcar, as compras e pagamentos das mercadorias, entre outras coisas de suma importância para a colônia.

Outro membro do Conselho Político era o comerciante Willen Schott, que foi nomeado pela Câmara de Zelândia no ano de 1633.¹⁸⁶ A maior parte das informações que conseguimos obter de Schott foi a partir de 1635. Ele esteve presente na campanha de assédio aos fortes portugueses nas regiões do Cabo de Santo Agostinho e recebeu a direção das regiões entre o rio Jangadas e Serinhaém. A maior parte do seu governo foi dedicado ao sul de Pernambuco, mas também tinha encargos administrativos no Recife e cuidava da justiça.¹⁸⁷ Exercia a função de tesoureiro, mas pediu demissão em 1635, alegando que já cumpriu um demasiado tempo nesta função e que estava bastante ocupado com os encargos administrativos em Ipojuca ficando impossibilitado de se deslocar para o Recife e cuidar das finanças. Por isso pediu ao Conselho Político que outras pessoas se encarregassem da tesouraria. O Conselho Político após deliberação, viu a impossibilidade de atendê-lo, mesmo concordando com as justificativas de Schott, pois apenas Balthasar Wijntjjs estava em exercício no Recife resolvendo todos os problemas da colônia e os demais conselheiros políticos estavam em locais diferentes. Decidiram contratar o contador de Schott, Bastian Keller e colocá-lo para realizar os despachos das contas, enquanto Schott cuidaria da contabilidade. Os conselheiros políticos Jacob

¹⁸⁵ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 482.

¹⁸⁶ LAET, op. cit., p. 31. (C)

¹⁸⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. 2. ed. v. 1. Recife: CEPE, 2004, p. 47.

Stachouwer e Balthasar Wijntjis ficariam encarregados das contas, liberando assim Willen Schott dessa tarefa.¹⁸⁸

Outro conselheiro político foi Ippo Eissens, ele governava a capitania de Itamaracá. O mesmo chegou na colônia em 16 de outubro de 1634 e participou ativamente das conquistas militares. Em 1635 era também diretor da Paraíba encargo que recebeu após Servaes Carpentier ser escolhido para regressar a Pátria e relatar sobre a situação da colônia. Ippo Eissens tomou posse, em 1635, do Engenho Espírito Santo na Paraíba e, de acordo com Gonsalves de Mello, estava tentando pôr a moê-lo nesse mesmo ano. Todavia, não conseguimos obter informações de que tenha conseguido produzir açúcar. Mas, sabemos que no ano seguinte, o seu engenho foi invadido pelas tropas do guerrilheiro luso-brasileiro Francisco Rebelo, chamado Rebelinho. Em 16 de outubro de 1636, Ippo Eissens foi morto na casa-grande do seu Engenho ao tentar defendê-lo.¹⁸⁹

O conselheiro político Balthasar Wijntjis chegou no Recife em 30 de setembro de 1634.¹⁹⁰ Assim como os demais, participou das expedições militares, vistoriou os fortes do Arraial e do Cabo de Santo Agostinho e cuidou do abastecimento da colônia, entre outros encargos. Foi o conselheiro político que mais esteve presente no Recife cuidando do gerenciamento da colônia. Podemos afirmar que as várias questões administrativas, econômicas e judiciais que eram despachadas do Recife provinham de suas decisões, visto que os demais estavam envolvidos na administração das outras capitanias ou auxiliando os chefes militares nas áreas de conflitos.

Estes foram os conselheiros políticos que compuseram o quadro administrativo desde setembro de 1634 quando a Diretoria Delegada se retira da colônia. O próximo membro do Conselho Político a ser enviado para o Brasil holandês só chegaria no dia 23 de dezembro de 1635, que era o comerciante, poeta e dramaturgo Elias Herckmans. Recebeu como encargo administrativo a responsabilidade pela direção de Itamaracá, substituindo Ippo Eissen em 1636. Depois assumiu a direção no Rio Grande do Norte e da Paraíba, nesta última permaneceu no cargo até 1639.¹⁹¹

No dia 20 de março de 1636, chegou ao Recife o conselheiro político Hendrick Schilt,¹⁹² ele não tinha experiência com a administração das atividades econômicas, por isso recebeu

¹⁸⁸ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 30/05/1635.

¹⁸⁹ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 472.

¹⁹⁰ Idem, p. 485.

¹⁹¹ Idem, pp. 53-54.

¹⁹² Idem, p. 480. Para Johannes Laet, Hendrick Schilt chegou na colônia no dia 24 de março de 1636. LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do*

o auxílio de Jacob Stachouwer e do fiscal Nicolas der Ridder. Eles foram a Muribeca para aconselhá-lo e por meio de ações na prática, ensiná-lo como proceder nessas questões.¹⁹³ Nesse mesmo mês, no dia 25, Paulus Serooskercke regressou para a colônia onde ocuparia seu assento no Conselho Político.¹⁹⁴ Depois dele, o último membro a ser incorporado naquele ano foi Johan Robbertsz Alma, que desembarcou na colônia no dia 11 de junho e permaneceu no Conselho Político até 1637. Nesse ínterim, ele foi designado para direção do Cabo de Santo Agostinho onde veio a falecer nesse mesmo ano.¹⁹⁵

Durante os seis primeiros anos da dominação neerlandesa, os conselheiros políticos estiveram extremamente ocupados com a administração da colônia precisando se deslocar constantemente para os diferentes lugares com o intuito de governá-la. Essa movimentação diária provocou dificuldades na administração, pois em alguns momentos apenas um deles permanecia no Recife exercendo as atividades que não eram de cunho militar. Por outro lado, esse deslocamento favoreceu o aprendizado dos mesmos nas questões administrativas, econômicas e militares. Com isso adquiriram experiência no trato das suas funções. Experiência que vão fazer com que várias de suas atividades permanecessem em suas mãos no governo nassoviano, que foi o período em que deixaram de ser a autoridade máxima da colônia. O fato de estarem excessivamente ocupados nos três anos anteriores ao governo de Nassau demonstra que estavam exercendo suas funções e que o restabelecimento da vida social, econômica e administrativa da colônia teve início durante o governo do Conselho Político, preparando assim o terreno para o governo nassoviano.

2.11 O deslocamento dos conselheiros políticos para administrar a colônia entre 1634 a 1636

Nos três anos anteriores ao governo nassoviano, os conselheiros políticos estavam envolvidos nas expedições militares ou poderiam estar no Recife ou nas capitanias resolvendo as mais diversas questões nas áreas administrativas, econômicas e judiciais.

Ao analisar esse período, percebe-se que a maioria das decisões e a realização de algumas atividades eram desempenhadas, geralmente, pelo presidente do Conselho Político,

ano de 1636. Traduzido por José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vol. 4. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1925, p. 152. (D)

¹⁹³ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 29/04/1636.

¹⁹⁴ LAET, op. cit., p. 152. (D)

¹⁹⁵ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 479.

pois os demais membros estavam dispersos na colônia envolvidos em outras atividades. Por exemplo, entre os dias 5 e 10 de abril de 1635, os conselheiros políticos estavam distribuídos da seguinte forma: Ippo Eissens estava em Itamaracá, Servaes Carpentier na Paraíba, Jacob Stachouwer e Willem Schott estavam em expedição no Cabo de Santo Agostinho e Balthasar Wijntjjs, cumpria sua função no Recife ocupando o cargo de presidente. Este, dentro desse período, precisou se deslocar até os fortes para fazer a vistoria e para os acampamentos próximos ao Arraial a fim de verificar a situação dos soldados e os avanços militares naquele local, além de cuidar dos encargos administrativos no Recife.¹⁹⁶

Observa-se que por alguns curtos períodos de tempo apenas um conselheiro estava no Recife gerenciando a colônia de forma geral, enquanto que os outros gerenciavam a nível local, ou seja, nas áreas onde eram diretores, cabendo ao presidente a responsabilidade da administração do território colonial. Vê-se que isso não acontecia o tempo todo, pois o presidente também era auxiliado pelos demais conselheiros que se deslocavam pela colônia cumprindo uma ordem do presidente. Exemplo disso era o conselheiro político Willem Schott que exercia a função de tesoureiro e auxiliava o presidente. Era solicitado para as vistorias dos fortes e dos acampamentos militares para ver se precisavam de reparos, de víveres, de armamento ou de soldados. Às vezes, chegava nos fortes com autorização para destruí-los, como no caso datado do dia 22 de outubro de 1635: “Hoje de manhã partiu por terra o senhor Jacob Stachouwer para resolver alguns negócios junto com o senhor Schott e para mandar demolir o forte Nazaré e outros pequenos fortes nos arredores”.¹⁹⁷ Estavam na realidade cumprindo ordens do presidente do Conselho Político.

Verifica-se, contudo, que os conselheiros políticos revezavam constantemente a execução de suas atribuições. Os que estavam nas expedições vinham para o Recife cuidar dos encargos administrativos e quem estava realizando essas tarefas assumia o lugar junto aos militares. Portanto, os conselheiros ora estavam com os militares ora estavam indo e vindo para o Recife e para as demais capitânicas.

Assim que foi conquistada a capitania de Itamaracá, Willem Schott e Ippo Eissens partiram para essa região no intuito de administrá-la. Schott partiu para o Recife e Eissens permaneceu na capitania como diretor.¹⁹⁸

As participações em investidas militares e o exercício dos encargos administrativos de Ippo Eissens restringiam-se a Itamaracá e posteriormente a Paraíba quando se tornou diretor

¹⁹⁶ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 05/04/1635 e 10/04/1635.

¹⁹⁷ Idem, 22/10/1635.

¹⁹⁸ LAET, op. cit., p. 49. (D)

dessa região.¹⁹⁹ Porém, assim como os demais conselheiros políticos, tinha a obrigação de ir para o Recife participar das reuniões do Conselho Político. Em alguns períodos, as capitâncias ficavam sem o seu dirigente, essa ausência implicava no adiamento das questões administrativas, judiciais e econômicas que ficavam aguardando o retorno do diretor. Percebe-se nas Atas Diárias o pedido de Ippo Eissens (diretor de Itamaracá) ao presidente do Conselho Político, na época Balthasar Wijntjjs, para liberá-lo da reunião onde decidiam a estratégia de defesa do Cabo de Santo Agostinho contra a investida militar dos espanhóis que estavam com navios atracados perto do litoral. Eissens pediu autorização para retornar a Itamaracá com o objetivo de resolver os problemas que estavam pendentes na região que governava. O pedido fora negado, pois precisavam de todos os conselheiros que estivessem no Recife para poder tomar a melhor decisão sobre o caso. Não só Eissens, mas Willen Schott fez o mesmo pedido e ambos tiveram que permanecer na reunião.²⁰⁰

As reuniões do Conselho Político eram essenciais para o gerenciamento da colônia e por isso tinha, às vezes, a presença do governador, do coronel Christoffel Arzciszewsky e do almirante Jan Cornelis Lichthart, que auxiliavam os conselheiros nas questões militares, isso acontecia desde 1630. Também tinha a presença do fiscal Nicolas de Ridder para resolver questões financeiras, entre outras coisas. Essas reuniões abriam espaço para um diálogo com a população, tornando-se acessíveis para os moradores,²⁰¹ os comerciantes e os demais funcionários da Companhia.²⁰²

A diversidade de funções e atividades desempenhadas pelos conselheiros políticos exigia que se movimentassem de um local para outro, mostrando assim que eram ativos na colônia, pois quando conquistavam uma região partiam para outra.

Dessa forma, adquiriam experiência nas funções ao longo da jornada em que geriam a colônia. Alguns conselheiros políticos ao partirem para as Províncias Unidas foram novamente recrutados para regressar a colônia como Servaes Carpentier que assumiu o cargo de assessor do Alto e Secreto Conselho, cargo depois assumido por Johannes Walbeeck, assim como Pieter van der Hagen e Paulus Serooskercke, ou tiveram seu pedido de demissão negado como aconteceu com Willem Schott.²⁰³

¹⁹⁹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 1635 e 1636.

²⁰⁰ Idem, 26/11/1635.

²⁰¹ Idem, 16/09/1635.

²⁰² “Na reunião compareceu Lucas van Veene, responsável pela prestação de todas as contas, e mostrou ao Conselho que ele não estava sendo gratificado de acordo com suas tarefas e difíceis trabalhos. Assim, foi decidido (...) que ele, a partir de agora, receberá 50 florins por mês.” Idem, 19/06/1635.

²⁰³ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 48.

Para um melhor entendimento e visualização desse constante deslocamento dos conselheiros políticos, deve-se observar o quadro que segue logo abaixo que contém informações sobre a data e os locais para onde os mesmos se locomoviam nos anos de 1634 a 1636. Essa época foi escolhida porque a administração da colônia ainda pertencia ao Conselho Político e estes foram os anos que mais tiveram atividades para desempenhar em diferentes lugares. Vale lembrar que nos primeiros anos da conquista de Pernambuco, os neerlandeses estavam restritos a Recife e Olinda, controlando poucos locais além dessas duas regiões. Portanto, o quadro mostra a dispersão dos conselheiros políticos nos três anos que antecederam ao governo nassoviano.

Quadro 2 – DESLOCAMENTO DOS CONSELHEIROS POLÍTICOS ENTRE AS CAPITANIAS E SUAS JURISDIÇÕES (1634-1636)²⁰⁴

DATA: 1634	LUGAR E MOTIVO DO DESLOCAMENTO
8 de maio	Jacob Stachouwer chegou no Recife vindo de Amsterdã.
23 de setembro	Jacob Stachouwer e o coronel Christoffel Arzcziszewsky foram enviados para Rio Grande do Norte para ver as vantagens que poderiam tirar dos tapuias e fazer alianças.
30 de setembro	Balthasar Wijntjjs chegou ao Recife vindo das Províncias Unidas.
10 de outubro	Willem Schott estava no Cabo de Santo Agostinho vistoriando o forte Gijsselingh para reparar os danos causados por uma inundação.
17 de outubro	Ippo Eissens chegou ao Recife vindo das Províncias Unidas nomeado pela Câmara de Groningen.
26 de outubro	Jacob Stachouwer foi enviado para o Rio Grande do Norte para fazer alianças com os tapuias e junto com o coronel Arzcziszewsky e o almirante Smient foram para o rio Mamanguape para espionar um carregamento de um navio português.
6 de novembro	Jacob Stachouwer chegou ao Recife, vindo do Rio Grande do Norte, trazendo tapuias.
11 de novembro	Willem Schott e Ippo Eissens foram para Itamaracá por a administração em ordem e para armar os civis. Eissens ficaria em Itamaracá no cargo de diretor.
24 de novembro	Servaes Carpentier e Jacob Stachouwer estavam em expedição militar junto com o governador Sigemundt von Schkoppe e o coronel Arzcziszewsky para conquistar a Paraíba.
? de dezembro	Jacob Stachouwer e Servaes Carpentier estavam na Paraíba em expedição militar junto com o coronel Arzcziszewsky.
26 de dezembro	Willem Schott estava na Paraíba.
28 de dezembro	Willem Schott chegou em São Miguel, no sul de Pernambuco.
DATA: 1635	LUGAR E MOTIVO DO DESLOCAMENTO
? de janeiro	Willem Schott e Jacob Stachouwer chegaram ao Recife vindo de uma expedição militar junto com o governador Schkoppe.
10 de janeiro	Jacob Stachouwer deveria ir, junto com o coronel Arzcziszewsky, para Goiana e conseguir a rendição e o juramento de obediência dos moradores.

²⁰⁴ IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen 1635-1636*; LAET, op. cit., p. 33-66 (D); SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco: feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador do guerra*. Recife: FUNDARPE, 1984, pp. 26-120.

3 de março	Servaes Carpentier, Jacob Stachouwer e o coronel Arzciszewsky partiram, depois da ocupação do povoado de São Lourenço, para o cerco no Arraial Velho do Bom Jesus.
5 de abril	Servaes Carpentier estava na Paraíba e Ippo Eissens estava em Goiana (Itamaracá), eram os diretores destas capitânicas.
10 de abril	Jacob Stachouwer estava em expedição militar com o coronel Christoffel Arzciszewsky, junto com Willen Schott no Cabo de Santo Agostinho. Chegou nesse mesmo dia Balthasar Wijntjis (presidente) no forte do Arraial.
13 de abril	Ippo Eissens estava em Itamaracá.
14 de abril	Willen Schott chegou ao Recife e no mesmo dia partiu junto com Jacob Stachouwer e o coronel Arzciszewsky para o Cabo de Santo Agostinho para se juntar ao governador Sigemundt von Schkoppe.
17 de abril	Balthasar Wijntjis (presidente) visita Jacob Stachouwer e coronel Arzciszewsky no Arraial velho do Bom Jesus.
20 de abril	Willen Schott viajou para Muribeca.
24 de abril	Balthasar Wijntjis (presidente) estava no Recife.
28 de abril	Balthasar Wijntjis (presidente) foi para o forte do Arraial.
29 de abril	Willen Schott passou rapidamente em Ipojuca para visualizar e relatar a situação dos víveres no Cabo.
30 de abril	Willen Schott visitou o engenho de Miguel Paes em Ipojuca. Ippo Eissens partiu de Itamaracá para a Paraíba onde estava Servaes Carpentier e juntos foram para o engenho de Manuel Pires Correia para confiscar os barris de pólvora que estavam escondidos no engenho.
4 de maio	Balthasar Wijntjis (presidente) visitou o forte do Arraial e partiu para o Recife no mesmo dia.
7 de maio	Willen Schott estava no Cabo junto com o Governador von Schkoppe
9 de maio	Balthasar Wijntjis (presidente) estava no forte do Arraial visitando o exército.
16 de maio	Balthasar Wijntjis (presidente) visitou o forte do Brum.
19 de maio	Servaes Carpentier e Ippo Eissens foram convocados a irem para o Recife, ambos estavam em Itamaracá. Durante a noite chegou ao Recife vindo do Arraial, Jacob Stachouwer para a reunião no Conselho Político.
20 de maio	Servaes Carpentier e Willen Schott chegaram ao Recife para reunião no Conselho Político, esta deveria resolver algumas questões, e esperavam pela chegada de Willen Schott.
23 de maio	Willen Schott estava em expedição militar junto com o governador von Schkoppe no Cabo.
27 de maio	Chegaram ao Recife vindos do exército no Cabo de Santo Agostinho, Servaes Carpentier, Ippo Eissens e o governador von Schkoppe. Jacob Stachouwer partiu para o forte do Arraial onde estava o exército.
28 de maio	Jacob Stachouwer e o coronel Arzciszewsky foram para o Recife.
29 de maio	Estavam presentes na reunião do Conselho Político, no Recife, Servaes Carpentier (presidente), o governador von Schkoppe, o coronel Arzciszewsky, Ippo Eissens, Balthasar Wijntjis, o almirante Jan Cornelis Lichthart e Jacob Stachouwer. Willen Schott estava em Ipojuca.
30 de maio	Willen Schott chegou ao Recife. Após a reunião Balthasar Wijntjis e Jacob Stachouwer permaneceram no Recife para cuidar das finanças substituindo Willen Schott que havia pedido demissão do cargo de tesoureiro, além de verificar o livro de contas dele.
9 de junho	Chegaram ao Recife vindos do forte do Arraial Balthasar Wijntjis e o governador von Schkoppe.
13 de junho	Estavam no forte do Arraial Jacob Stachouwer, Servaes Carpentier e Ippo Eissens. À noite do mesmo dia Servaes Carpentier e Ippo Eissens chegaram ao Recife.
16 de junho	Ippo Eissens estava em Itamaracá

19 de junho	Estavam no Recife e partiram por terra Servaes Carpentier para a Paraíba e Ippo Eissens para Itamaracá.
28 de junho	Partiu do Recife Balthasar Wijntjis para visitar a guarnição do coronel Arzcziszewsky no Cabo e para dar assistência ao coronel von Schkoppe com seus conselhos, em seu lugar no Recife ficaria Jacob Stachouwer.
10 de julho	Jacob Stachouwer partiu do Recife para o Cabo de Santo Agostinho para revezar com Balthasar Wijntjis que voltaria para o Recife. Durante a noite chegaram ao Recife Balthasar Wijntjis, o coronel Arzcziszewsky e Jacob Stachouwer que haviam se encontrado no caminho.
15 de julho	Balthasar Wijntjis partiu junto com o coronel Arzcziszewsky para o Cabo de Santo Agostinho. Jacob Stachouwer (presidente) permaneceu no Recife.
4 de agosto	Willen Schott chegou ao Recife vindo de Barra Grande (Alagoas) para ficar apenas de 3 a 4 dias para cuidar de alguns negócios.
13 de agosto	Balthasar Wijntjis estava no forte de Barra Grande.
8 de setembro	Servaes Carpentier e Ippo Eissens chegaram no Recife. Carpentier iria partir para as Províncias Unidas para relatar aos Diretores dos XIX sobre a situação da colônia.
13 de setembro	Balthasar Wijntjis chegou ao Recife vindo de Porto Calvo. Jacob Stachouwer (presidente), Servaes Carpentier, Balthasar Wijntjis, Ippo Eissens, o almirante Lichthart e Willen Schott haviam regressado do Cabo. Partiram do Recife, estavam em Serinhaém.
30 de setembro	Ippo Eissens partiu por terra para Itamaracá.
8 de outubro	Partiram do Recife para o Cabo Servaes Carpentier, Willen Schott e o coronel Arzcziszewsky.
12 de outubro	Estavam reunidos no Conselho Político Balthasar Wijntjis (presidente), Servaes Carpentier, Jacob Stachouwer e o coronel Arzcziszewsky.
22 de outubro	Jacob Stachouwer e Willen Schott partiram do Recife para o Cabo de Santo Agostinho para demolir o forte de Nossa Senhora de Nazaré e os fortes adjacentes.
25 de outubro	Jacob Stachouwer regressou ao Recife vindo do Cabo.
31 de outubro	Estavam em reunião no Conselho Político Balthasar Wijntjis (presidente), Servaes Carpentier, Jacob Stachouwer, o governador von Schkoppe e o almirante Lichthart, para resolver questões judiciais.
3 de novembro	Estavam na reunião no Conselho Político para tomar algumas decisões Balthasar Wijntjis (presidente), Servaes Carpentier e Jacob Stachouwer.
16 de novembro	Chegaram no Recife Balthasar Wijntjis (presidente) e Jacob Stachouwer vindos de São Lourenço.
19 de novembro	Jacob Stachouwer partiu para o exército para auxiliar o coronel Arzcziszewsky.
20 de novembro	Jacob Stachouwer partiu para o Cabo e dali partiria para o exército em São Gonçalo. Durante a noite chegou ao Recife Ippo Eissens vindo da Paraíba.
23 de novembro	Estavam em reunião no Conselho Político Balthasar Wijntjis (presidente), Servaes Carpentier, Willen Schott, Ippo Eissens, o almirante Lichthart e o governador von Schkoppe.
26 de novembro	Em reunião no Conselho Político estavam Balthasar Wijntjis (presidente), Servaes Carpentier, Willen Schott, Ippo Eissens e o almirante Lichthart. Carpentier e o almirante. São escolhidos para perseguir a armada espanhola no Cabo. Foi decidido enviarem Schott e Eissens para o Cabo.
28 de novembro	Willen Schott foi para o sul da colônia e Ippo Eissens partiu para o Norte. Para reafirmar a fidelidade dos moradores, por causa da ameaça da armada espanhola. Servaes Carpentier partiu do Recife por navio e a noite foi por terra para Goiana. Eissens chegou em Goiana.
5 de dezembro	Servaes Carpentier chegou no Recife.
17 de dezembro	Chegou no Recife Ippo Eissens.
23 de dezembro	Vindo de Amsterdã para o Recife o novo conselheiro político Elias Herckmans.
27 de dezembro	Reunidos no Conselho Político estavam Balthasar Wijntjis (presidente), Servaes Carpentier, Elias Herckmans, o almirante Lichthart e o governador von Schkoppe. Willen Schott havia sido escolhido para partir em direção ao Cabo e

	Porto Calvo para fazer o acordo das Capitulações da Paraíba com a população e conseguir o juramento de fidelidade.
28 de dezembro	Se reuniram no Conselho Político Balthasar Wijntjjs (presidente), Servaes Carpentier e o almirante Lichthart. Resolveram problemas de mau conduta de funcionários (embriaguez) e aumento de salário.
DATA: 1636	LUGAR E MOTIVO DO DESLOCAMENTO
3 de janeiro	Estavam reunidos no Conselho Político no Recife Balthasar Wijntjjs, Elias Herckmans, Servaes Carpentier e o governador von Schkoppe. Ippo Eissens deveria partir para Goiana e Paraíba para recrutar Tapuias.
7 de janeiro	Elias Herckmans partiu para o Cabo de Santo de Agostinho e depois deveria ir para Barra Grande (Alagoas).
17 de janeiro	Chegou no Recife vindo de Goiana e da Paraíba Servaes Carpentier. Willem Schott e Elias Herckmans estavam no Cabo. No mesmo dia Herckmans partiu para Barra Grande.
18 de janeiro	Partiram do Recife Balthasar Wijntjjs (presidente) e Servaes Carpentier para inspecionar o forte do Brum e o reduto Senhorita do Brum. Ambos regressaram para o Recife à noite. Willen Schott chegou ao Recife vindo do Cabo.
19 de janeiro	Se reuniram no Conselho Político Balthasar Wijntjjs (presidente), Servaes Carpentier, Willen Schott, o almirante Lichthart. Elias Herckmans estava em Barra Grande junto com o governador von Schkoppe. Schott inspecionou os fortes em Afogados e os redutos da ilha de Antônio Vaz.
20 de janeiro	Estavam no Recife reunidos no Conselho Político Balthasar Wijntjjs, Servaes Carpentier, Willen Schott e o almirante Lichthart. Ippo Eissens estava viajando pela colônia recrutando Tapuias, passou por Goiana (onde fez a escolha para a Câmara de Goiana) e cogitou a possibilidade de contratar tapuias no Rio Grande do Norte.
21 de janeiro	Elias Heckmans estava em Barra Grande e Ippo Eissens em Goiana.
24 de janeiro	Estavam no Recife Balthasar Wijntjjs, Servaes Carpentier e Willen Schott.
28 de janeiro	Estavam no Recife Balthasar Wijntjjs (presidente), Servaes Carpentier e o almirante Lichthart. Ippo Eissens estava na Paraíba.
8 de fevereiro	Jacob Stachouwer estava com o exército em Barra Grande junto com o almirante Lichthart.
4 de fevereiro	Preparam o navio para a partida de Servaes Carpentier para as Províncias Unidas.
12 de fevereiro	Elias Herckmans chegou ao Recife vindo de Barra Grande (Alagoas).
22 de fevereiro	Servaes Carpentier partiu do Recife para as Províncias Unidas.
3 de março	Willem Schott foi para o acampamento militar em Sirinhaém onde estava o governador von Schkoppe e o coronel Arzciszewsky.
6 de março	Jacob Stachouwer chegou ao Recife vindo de Alagoas para informar a situação da região aos conselheiros políticos.
7 de março	Balthasar Wijntjjs (presidente), Elias Herckmans estavam vistoriando o forte em Afogados.
20 de março	Estavam reunidos no Conselho Político Balthasar Wijntjjs, Jacob Stachouwer, Ippo Eissens, Elias Herckmans e o fiscal Nicolas de Ridder.
24 de março	Chegou no Recife um novo conselheiro político Hendrick Schilt vindo das Províncias Unidas.
25 de março	Jacob Stachouwer saiu de Afogados com uma tropa para Ipojuca deixando-a sob o comando de Maulpas e partiu para o Recife.
8 de abril	Jacob Stachouwer chegou ao Recife vindo de Ipojuca.
15 de abril	Um novo conselheiro político chegou a colônia vindo da Zelândia Paulus Serooskercke.
17 de abril	Jacob Stachouwer partiu do Recife em direção a Várzea.
19 de abril	Balthasar Wijntjjs conduziu uma tropa de tapuias do Recife para Sirinhaém.
21 de abril	Ippo Eissens estava em Itamaracá.
22 de abril	Jacob Stachouwer e o almirante Lichthart partiram para São Lourenço.

28 de abril	Estavam reunidos no Conselho Político Elias Herckmans (presidente), Jacob Stachouwer e Paulus Serooskercke.
29 de abril	Jacob Stachouwer e o fiscal Der Ridder partiram do Recife para Muribeca, para auxiliar Hendrick Schilt. Elias Herckmans partiu para o Arraial.
2 de maio	Partiu de Serinhaém Willem Schott junto com o governador von Schkoppe e o coronel Arzciszewsky, para a expedição militar em Ipojuca e no Cabo de Santo Agostinho.
5 de maio	Ippo Eissens estava em Goiana e partiu para a Paraíba.
12 de maio	No Conselho Político em Recife estavam Elias Herckmans (presidente), Willen Schott, Hendrick Schilt, Paulus Serooskercke e o almirante Lichthart. Balthasar Wijntjis estava com o exército em Serinhaém e Schilt recebeu ordens para auxiliá-lo.
19 de maio	Balthasar Wijntjis estava em expedição militar junto ao coronel Arzciszewsky. Jacob Stachouwer e Paulus Serooskercke estavam no Recife e ficaram encarregados de comprar víveres e enviar para Wijntjis.
11 de junho	Chegou à colônia um novo conselheiro político Johan Robbertsz Alma.
21 de junho	Jacob Stachouwer estava em expedição militar com o governador von Schkoppe.
1 de julho	Estavam reunidos no Conselho Político Jacob Stachouwer (presidente), Balthasar Wijntjis. Ippo Eissens, Elias Herckmans e Paulus Serooskercke.
3 de julho	Ippo Eissens partiu junto com o almirante Lichthart em direção ao exército no sul da colônia.
4 de julho	Reunidos no Conselho Político estavam Jacob Stachouwer (presidente), Elias Herckmans, Balthasar Wijntjis, Paulus Serooskercke e o coronel Arzciszewsky. Decidiram questões militares referentes ao deslocamento das tropas e abastecimento de víveres. Ippo Eissens estava em Goiana.
14 de julho	Reunidos no Conselho Político estavam Jacob Stachouwer, Willen Schott, Hendrick Schilt, Paulus Serooskercke, Johan Robbertsz, o coronel Arzciszewsky e o almirante Lichthart. Resolveram problemas internos no Conselho Político e o problema de alojamento no Recife.
22 de julho	Estavam em reunião no Conselho Político Jacob Stachouwer (presidente), Elias Herckmans, Hendrick Schilt, Paulus Serooskercke, Johan Robbertsz e o almirante Lichthart. Ippo Eissens estava em Itamaracá. Resolveram questões judiciais, abastecimento de víveres na Paraíba e a preparação da defesa do Cabo.
27 de julho	Johan Robbertsz estava no Recife resolvendo algumas questões judiciais.
1 de agosto	Elias Herckmans junto com o coronel Arzciszewsky partiu para Muribeca para auxiliar a expedições militar enviada a essa região.
3 de agosto	Ippo Eissens partiu da Paraíba com um grupo de soldados para atacar Goiana onde estava entrincheirado D. Felipe Camarão.
14 de agosto	Balthasar Wijntjis estava em expedição militar junto ao governador von Schkoppe.
20 de agosto	Ippo Eissens estava em Goiana junto com o coronel Arzciszewsky
28 de agosto	Johan Robbertsz estava no Recife resolvendo a divisão dos armazéns separando o açúcar da Companhia do açúcar dos particulares.
2 de setembro	Hendrick Schilt (presidente) estava no Recife resolvendo assuntos financeiros.
4 de setembro	Willem Schott estava no Cabo de Santo Agostinho sendo porta-voz dos portugueses, lavradores e senhores de engenho, para pedirem empréstimo a Companhia.
10 de setembro	Estavam em reunião no Conselho Político Hendrick Schilt (presidente), Elias Herckmans e Johan Robbertsz. Decidiram sobre problemas sociais dos moradores de Goiana que alegaram terem sido levadas a força por D. Felipe Camarão.
11 de setembro	No Recife reunidos no Conselho Político estavam Hendrick Schilt (presidente), Elias Herckmans, Paulus Serooskercke, Johan Robbertsz e o almirante Lichthart. Resolveram assuntos comerciais e problemas de saque da população.
22 de setembro	Reunidos no Conselho Político estavam Hendrick Schilt (presidente), Jacob Stachouwer, Willen Schott, Ippo Eissens, Elias Herckmans, Johan Robbertsz e

	o almirante Lichthart. Paulus Serooskercke e Johan Robbertsz deveriam vistoriar o forte do Brum.
6 de outubro	O Conselho Político enviou Elias Herckmans e Ippo Eissens para Itamaracá para cuidarem do seu governo, depois seguiriam para Igarassu para capturar os escravos que pertenciam da WIC, mas eles foram levados pelos padres para o sul de Pernambuco. Portanto partiram de Igarassu para Goiana.
7 de outubro	Elias Herckmans e Ippo Eissens chegaram no Capibaribe (Várzea) vindos de Goiana.
28 de outubro	Willem Schott estava no Cabo e informou que havia prendido dois frades franciscanos, acusados de traição, no convento de Ipojuca.
14 de novembro	Hendrick Schilt estava em Itamaracá.
16 de novembro	Willem Schott foi enviado para o Rio Grande do Norte junto com o comandante Villem para interrogar o padre Vigário e o comandante Garsman acusados de traição.
29 de novembro	Willem Schott estava no Rio Grande do Norte e enviou uma carta ao Conselho Político relatando da prisão do padre e do comandante.

2.12 Os motivos que levaram os Diretores dos XIX a substituírem o Conselho Político na direção da colônia

Apesar dos conselheiros políticos serem bastante ativos na colônia realizando suas funções, além de terem dado início a retomada da produção açucareira e de aumentarem as áreas conquistadas partindo de Pernambuco até o Rio Grande do Norte, os Diretores da Companhia continuavam insatisfeitos com a sua atuação na colônia. Vários historiadores relatam-nos os motivos que fizeram a Companhia modificar os dirigentes da colônia, sendo um deles a relação conflituosa com a população civil, acrescido ao fato de que os desentendimentos com os militares eram constantes. Estes problemas dificultavam a administração e espalhavam o medo entre a população civil que se via vítima da ação violenta dos soldados do exército da WIC.²⁰⁵ Boxer diz que os “conselheiros viviam (...) muito atarefados e só de vez em quando podiam reunir-se em Recife, para deliberarem conjuntamente”.²⁰⁶ Na maioria das vezes, essas reuniões tinha apenas entre dois e três conselheiros políticos, (como podemos perceber no quadro da página 63). O predicante espanhol Vicent Soler dizia que nesse período a colônia estava na mais completa confusão e desordem. “Cada um só pensava em si e pouco ou nada no bem da Companhia”.²⁰⁷ De acordo com Wätjen, as falhas da administração na colônia estavam muito além dos conflitos com a população e os militares. Na realidade estava ligada ao

²⁰⁵ NASCIMENTO, op. cit., p. 87.

²⁰⁶ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 92.

²⁰⁷ SOLER, Vicente Joaquim. *Brasil holandês: dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler, 1636-1643*. Tradução de B. N. Teesma. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1999, p. 11.

(...) governo frouxo do Conselho Político, a permanente tensão de relações entre as autoridades civis e militares, bem como a discórdia reinante entre os funcionários administrativos, em conexão com a situação política, de aspecto verdadeiramente ameaçador até o fim de 1636, - tudo isso criou um estado de coisas, o Recife, a zombar de toda e qualquer descrição. Cada um fazia o que bem lhe aprazia: ordem e disciplina eram termos estranhos; uma espantosa corrupção de costumes fazia-se sentir, particularmente nas tropas. Furto, roubo, assassinatos e homicídios, embriaguez e excessos desordenados com mulheres faziam parte da ordem do dia.²⁰⁸

Para Charles Boxer, a substituição do Conselho Político na administração geral da colônia se deu por motivos financeiros, pois a WIC possuía uma dívida de 18 milhões de florins.²⁰⁹ A Companhia tinha grandes despesas com a defesa da colônia, com “os custos das frotas, tropas e suprimentos”.²¹⁰ Estes, de acordo com Boxer, excediam os rendimentos da Companhia, os mesmos eram obtidos com a captura e venda de navios portugueses, a venda das mercadorias obtidas nesses navios e nos armazéns da colônia e com a comercialização do açúcar que já era feita antes do governo nassoviano.²¹¹ Porém, a colônia só poderia dar mais lucro dentro de um patamar que satisfizesse o Conselho dos XIX, quando o território estivesse completamente defendido e pacificado. O aumento territorial não garantia retorno do dinheiro investido, pois teria que se investir mais dinheiro para reativar uma produção que, em grande parte, havia cessado.

É importante lembrar que, de acordo com o artigo 16 do regulamento da Companhia, os Diretores dos XIX, após passado um período de seis anos, deveria fazer um balanço geral sobre os equipamentos e retornos da mesma, assim como os seus lucros e perdas.²¹² Ao analisar as atividades na colônia, os diretores constataram uma dívida muito alta e os lucros que conseguiram com a exportação de açúcar e madeira saqueados, assim como a venda dos navios portugueses capturados não foram suficientes para suprir os gastos que tiveram com a invasão

²⁰⁸ WATJEN, op. cit., p. 149.

²⁰⁹ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 93.

²¹⁰ Idem, p. 93.

²¹¹ Durante a ausência dos moradores as propriedades foram confiscadas pelo Conselho Político, tornando-se propriedade da Companhia. Alguns moradores ao regressarem encontraram os seus engenhos e casas destruídas ou vendidas para outras pessoas. E para reavê-las ou adquirir outras propriedades seria necessário se dirigir até o Conselho Político e comprá-las. A venda dos engenhos foi autorizada pelos Diretores dos XIX, ficando o Conselho Político encarregado de vendê-los ou alugá-los. XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político, datada de 12 de novembro de 1635, op. cit., p. 143. Os Diretores pediram os conselheiros que lhe enviassem uma lista das propriedades que foram abandonadas e confiscadas. “Porém, para a surpresa dos XIX, mesmo sem essa lista, o Conselho já vendera algumas propriedades e alguns engenhos estavam sendo recuperados para produzirem.” XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político, datada de 01 de agosto de 1635, op. cit., p. 137 A venda dos engenhos geralmente era feita por leilão ou por posses temporárias.

²¹² LAET, op. cit., p. 10. (A)

e com a sua permanência na colônia. Para a Companhia e seus acionistas, no governo do Conselho Político, eles não receberam o retorno dos seus investimentos.

Portanto, para conseguir uma administração e economia eficientes na colônia, do ponto de vista dos Diretores dos XIX, seriam necessárias mudanças radicais na administração, já que, para a Companhia, o Conselho Político não estava conseguindo administrar uma colônia que vivia em constante estado de guerra. Por conta disto, foi nomeado em 1636, como governador da colônia, João Maurício de Nassau e junto com ele o Alto e Secreto Conselho.

2.13 Conclusão do primeiro capítulo

Neste capítulo, vimos que os conselheiros políticos possuíam várias atribuições e responsabilidades. Algumas delas estavam previstas no Regimento das praças de 1629, enquanto que outras foram enviadas pelos Diretores dos XIX através das instruções que foram enviadas no decorrer da administração.

Foi visto que algumas resoluções foram tomadas pelos conselheiros políticos atendendo às necessidades do momento, principalmente as de caráter militar. Em outras situações, os conselheiros seguiam as ordens que o Conselho dos XIX enviavam para a colônia.

Buscou-se mostrar os conselheiros políticos que governaram a colônia entre os anos de 1630 a 1636. Enfatizando a época em que chegaram na colônia e as atividades e cargos por eles desempenhados. Fica visível que a rotatividade dos conselheiros políticos era muito grande e que eles permaneciam pouco tempo na colônia. Apenas Servaes Carpentier permaneceria por seis anos. A maioria deles estava dispersa na colônia exercendo as mais variadas funções, entre elas podemos citar o assessoramento aos soldados nas expedições militares, ocupavam cargos de diretores, cuidavam das questões financeiras e comerciais.

A historiografia clássica considera que os primeiros anos da dominação neerlandesa foi baseada nos conflitos entre as autoridades civis e militares, porém, buscamos mostrar nesse trabalho que havia diálogo entre os conselheiros e os militares, não apenas atritos. Ambos escutavam as sugestões do outro, pediam aconselhamento na tomada de algumas decisões, pois também levavam em consideração o fator experiência que oficiais possuíam nas disputas militares, mas também a experiência que os conselheiros iriam adquirindo no decorrer da realização de suas atividades na colônia. Lembrando que o Conselho Político também tinha entre seus membros alguns militares como Martin Thyssen e Johannes Walbeek.

Detectamos que mesmo com o que foi alcançado pelo Conselho Político nos anos de 1634 a 1636, os Diretores da Companhia não estavam satisfeitos com a administração dos mesmos. Esta insatisfação estava atrelada ao aumento crescente da dívida da Companhia que contabilizava 18 milhões de florins. Essa dívida tinha sua raiz na própria situação econômica da colônia, pois como veremos mais adiante, as atividades econômicas se desenrolavam através de compras e vendas de mercadorias a crédito, pois colônia estava com escassez de dinheiro. Além disso, houve pedidos de empréstimo aos comerciantes por parte do Conselho Político para na maioria dos casos, abastecer de víveres a colônia, pois o que era enviado pela Companhia não era suficiente para o abastecimento. Logo, boa parte dessa dívida estava relacionada a movimentação da economia, ao abastecimento da colônia e gastos com as expedições militares.

Outro motivo para a insatisfação dos Diretores dos XIX era o fato de não terem conseguido exportar açúcar em quantidade suficiente para que os acionistas da Companhia recebessem o retorno dos seus investimentos.

Deve-se levar em consideração que grande parte dos engenhos foram abandonados ou destruídos, portanto grande parte da produção de açúcar havia cessado. Lembramos que o açúcar que era exportado em sua maioria, provinha dos engenhos e armazéns que foram abandonados ou de navios saqueados. Deste modo, para se obter açúcar em número suficiente a ponto de satisfazer os diretores da Companhia e seus acionistas, os conselheiros políticos precisariam colocar os engenhos para funcionar, além de esperar que os engenhos vendidos iniciassem sua própria produção. Esta se dá a partir de 1637, no período nassoviano. Portanto, os conselheiros políticos precisariam de mais tempo para aumentar o número de açúcar exportado.

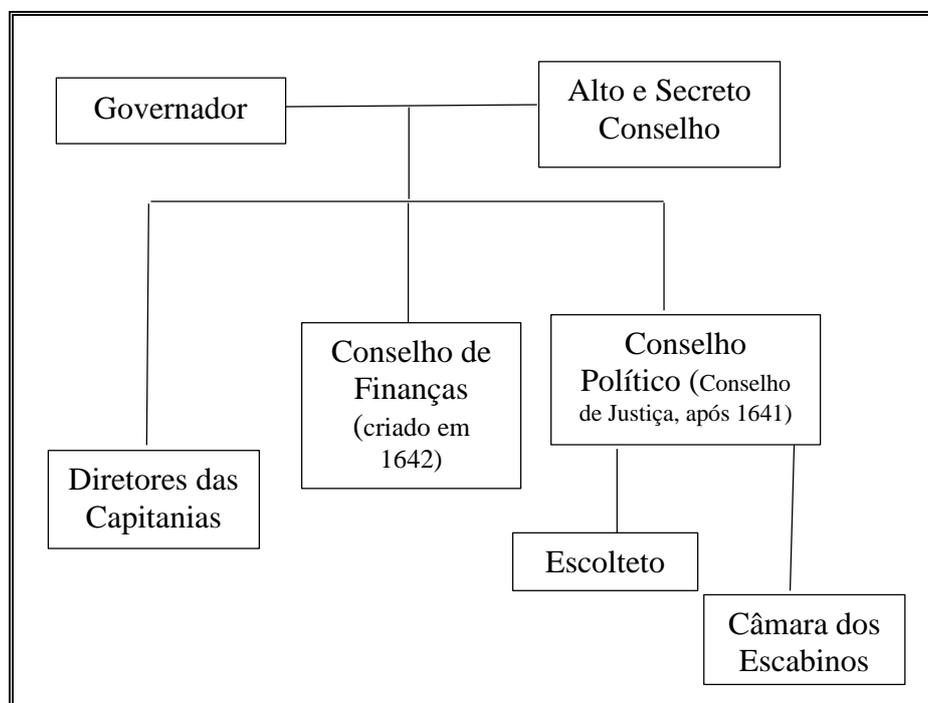
Outro fato que temos que levar em consideração era que a administração da colônia, a movimentação da economia, o retorno, em parte, da população luso-brasileira que habitava o território colonial neerlandês e a conquista das capitânicas se dá a partir de 1634. Portanto, as atividades do Conselho Político se ampliam num curto espaço de tempo, pois até essa data as funções e decisões dos conselheiros políticos, em sua maioria, giravam em torno das questões militares. Mesmo assim, os Diretores dos XIX, desconsiderando o que foi feito na colônia pelo Conselho Político, decidem modificar a estrutura administrativa da colônia, dando amplos poderes a um militar com o título de governador e alterando assim a posição do Conselho Político na hierarquia do Brasil holandês.

3 O FUNCIONAMENTO E A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO POLÍTICO DE 1637 A 1644

3.1 A modificação da posição do Conselho Político na administração da colônia no período nassoviano

A colônia neerlandesa, a partir de 1637, passou a ser gerida pelo governador João Maurício de Nassau.²¹³ Este, diferente dos anteriores, reuniria em suas mãos o controle administrativo da colônia, que pertencia, anteriormente, ao Conselho Político. Nassau governaria junto com o Alto e Secreto Conselho. Este seria composto por Mathijs van Ceulen, Johan Ghijselin e Adrian van de Dussen, os dois primeiros já estiveram na colônia de 1632-1634, formando a Diretoria Delegada. Abaixo do Conselho Político estava o Escolteto e a Câmara dos Escabinos que exerciam funções judiciais. Entre os anos de 1637 a 1644, a hierarquia administrativa era da seguinte forma:

Quadro 3 – Estrutura administrativa neerlandesa 1637 a 1644



²¹³O governador Maurício de Nassau que era na realidade chamado de “Johann Mortiz, conde de Nassau-Siegen, assumiu o supremo governo do império colonial batavo-brasileiro, por escolha da Companhia e com aprovação dos Estados Gerais, recebeu o título de governador-geral, capitão-general e almirante. Nas suas mãos se enfeixava todo o poder militar; quando da administração civil, porém foi lhe dada a assistência de um Conselho Secreto, de três membros, no qual todavia, ele presidia e tinha dois votos” WATJEN, op. cit., p. 182.

O Conselho Político tornou-se um órgão subalterno deixando de ser a partir de 1637 a autoridade máxima administrativa da Colônia, mas continuaram tendo poder localmente, pois permaneceram ocupando os cargos de diretores das capitâneas e das regiões no sul de Pernambuco. Após a modificação da estrutura administrativa, a Companhia elaborou um novo regimento para a colônia, intitulado de Instruções de 1636, criada exclusivamente para o Brasil holandês, como afirma Luize Navarro.²¹⁴

Nas Instruções de 23 de agosto de 1636, o Conselho Político foi transformado num tribunal de jurisdição civil e penal, “instituído para a administração da justiça”.²¹⁵

Constata-se que não houve alterações nas Instruções sobre a quantidade de conselheiros e a forma como seriam escolhidos em relação ao que estava estabelecido no Regimento das Praças. Inclusive, até própria divisão hierárquica dentro do Conselho Político não se modificou tendo ainda o cargo de presidente e este sendo ocupado por um dos seus membros por um determinado período.²¹⁶ Apesar de algumas permanências, as Instruções de 1636 traziam uma nova roupagem para a atuação dos conselheiros políticos e sua posição na nova hierarquia administrativa.

Dessa forma, o artigo 24, estabelecia o seguinte: o Conselho Político estava subordinado ao governador Maurício de Nassau e ao Alto e Secreto Conselho, devendo prestar contas das suas ações na colônia, exceto no que se concerne à justiça,²¹⁷ dado que esta pertencia diretamente ao Conselho Político.

Esta instituição era mantida como o tribunal supremo da colônia, atuando no civil e no crime como tribunal de segunda instância. As atribuições da primeira instância passaria a pertencer à Câmara dos Escabinos, sendo o Conselho Político o tribunal de apelação das sentenças dos escabinos e de suas próprias decisões.

Outro ponto que sofreu alteração do Regimento para as Instruções foi justamente as sentenças de Apelações, antes estas não poderiam ser recorridas quando tivessem sido sentenciadas na segunda instância. Todavia, de acordo com o artigo 50 das Instruções, alguns casos poderiam ser levados ao governador Nassau e ao Alto e Secreto Conselho, neste caso o artigo diz o seguinte:

²¹⁴ NAVARRO, op. cit., p. 84.

²¹⁵ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitâneas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 96.

²¹⁶ A divisão permanece pós governo nassoviano. Por exemplo, em 1645, Paulus de Linge, aparece nos relatos de Joan Nieufoh, como presidente do Conselho de Justiça. NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1981, p. 110.

²¹⁷ NAVARRO, op. cit., p. 126.

Aqueles que tiverem objeção a sentença ou decisão interlocutória proferida pelos escabinos, em casos por eles conhecidos, podem apelar ao Colégio dos Conselheiros Políticos, os quais deverão também proceder de acordo com os costumes, dar conhecimento a causa e sentenciar, de forma que julguem condizente com o direito, sem isso, a mesma sentença poderá cair nas implicações da provocação. Nesse caso, o Governador e o Alto Conselho devem ser procurados pelas partes que se julgarem agravadas e aconselhadas pelo Mandamento de Revisão, para que lhe conceda uma proposição de erro. Os revisores e adjuntos devem ser em mesmo número dos Conselheiros Políticos que deram a sentença ²¹⁸

Outra mudança importante sofrida pelos conselheiros políticos, dava a Nassau e ao Alto e Secreto Conselho o direito de deslocá-los e nomeá-los para os lugares, cargos e funções que desejassem. Em vista disso, o artigo 27 das Instruções de 1636 dizia o seguinte: dos conselheiros que estavam na colônia, cinco deveriam residir próximo à sede do Alto e Secreto Conselho, com o intuito de cuidar da justiça cotidiana. Portanto, deveriam dar continuidade aos processos judiciais já iniciados neste Conselho, dar o veredito e executar as sentenças. Enquanto que os outros quatro, seriam distribuídos em lugares diferentes, de escolha dos conselheiros secretos e do governador Nassau.

Os conselheiros deveriam se alternar nesses locais com os que estavam no Recife, assim como acontecia anteriormente, essas mudanças ocorreriam anualmente. Todos eles, de posse das suas funções e nos locais designados, deveriam cumprir todas as suas atribuições e não poderiam deixar nenhuma decisão e atividade pendente antes da troca anual. ²¹⁹

De acordo com o artigo 27 dessas Instruções, vemos que os cargos de diretores permaneceram nas mãos dos conselheiros políticos, a nomeação pertenceria ao governador e aos conselheiros secretos, mas isso demonstra que eles permaneceram atuantes na administração da colônia, mesmo que fosse restrita a capitania ou região em que gerenciavam como diretor.

As Instruções de 1636, em teoria, estavam se referindo aos nove que deveriam ser nomeados pelas Câmaras das Províncias Unidas, mas na prática, tinha apenas sete conselheiros na colônia, sendo, Elias Herckmans, Willen Schott, Robbertsz Alma, Hendrick Schilt, Jacob Stachouwer, Balthasar Wijntjjs e Paulus Serooskercke. No entanto, o número de conselheiros políticos não era suficiente para cumprir todas as obrigações, inclusive eles se queixavam desse fato. ²²⁰

²¹⁸ NAVARRO, op. Cit., p. 128.

²¹⁹ Idem, p. 126.

²²⁰ IAHG. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 07/07/1639.

Outra atribuição dada pelas Instruções de 1636 aos conselheiros políticos era a elaboração de uma lista de eleitores que escolheriam os membros da Câmara dos Escabinos. Em Pernambuco, mais precisamente em Olinda, essa escolha ficava nas mãos do Conselho Político. Nas demais capitanias e no sul de Pernambuco as pessoas responsáveis em elaborar essa lista eram os diretores. Os eleitores deveriam ser pessoas honradas e seriam responsáveis, pelo resto da vida, em escolher os escabinos. Os conselheiros elaboravam uma lista contendo de vinte a trinta nomes entre luso-brasileiros e neerlandeses. Os eleitores, assim que fossem convocados pelos conselheiros políticos ou pelos diretores, deveriam elaborar uma lista contendo de 6 a 9 nomes. Essa lista seria entregue a Nassau e aos conselheiros secretos e ambos escolheriam os escabinos.²²¹ Após a aprovação assumiriam suas funções que eram temporárias e sem remuneração.²²²

Os escabinos deveriam reconhecer a autoridade do Conselho Político, pois estavam a eles subordinados e deveriam prestar-lhes juramento de obediência para o cumprimento de suas funções.

As câmaras que estavam nas capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Itamaracá, dispensaram os escabinos de irem para o Conselho Político, uma vez que poderiam se dirigir aos diretores para prestar-lhes juramentos e receberem as instruções sobre os seus direitos e deveres.²²³

Um fato importante que merece ser destacado era que os diretores das capitanias, no período nassoviano, atuavam como juízes. Segundo Mario Neme, eles tinham conhecimento das sentenças proferidas pelos escabinos e julgavam-nas em grau de recurso, ou seja, as pessoas para apelar dessas sentenças primeiro se dirigiam aos diretores e caso desejassem apelar das sentenças recorriam ao Conselho Político no Recife. Logo, estes diretores, funcionavam como um tribunal de primeira instância em sua capitania ou distrito.²²⁴ Assim como os diretores, os conselheiros políticos também teriam autoridade na primeira instância em assuntos que se referissem a Companhia, como os casos de contrabando e traições, por exemplo.

A Câmara dos Escabinos era responsável pelas pessoas. Os assuntos que envolvessem os interesses da Companhia eram de competência do Conselho Político.

De acordo com Pierre Moreau, os diretores na primeira instância julgavam os casos “(...) das fraudes à percepção de seus direitos; de todos os crimes, roubos, assaltos à mão armada,

²²¹ LUCIANI, op. cit., p. 100.

²²² BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício conde de Nassau*. São Paulo: Edusp, 1974. p. 324.

²²³ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 02/07/1637.

²²⁴ NEME, op. cit., p. 201.

assassinatos”.²²⁵ E diz ainda que os processos de apelação das sentenças desses diretores eram decididos coletivamente pelos membros do Conselho Político que estivessem exercendo suas atividades no Recife.²²⁶

Depois da abordagem sobre as atribuições dos conselheiros políticos que estavam estabelecidas nas Instruções de 1636, Hermann Wätjen, nos mostra uma série de atividades que não estavam englobadas no novo regulamento das normas para o governo nassoviano, mas que eram praticadas pelos conselheiros políticos. Portanto, como atividade assessoria exerciam a função de comissariado superior e cuidavam do abastecimento de víveres, da administração do dinheiro público, da edificação da cidade, do depósito dos armazéns e munição, cuidavam da exportação de açúcar, de madeira e dos bens de comércio em geral.²²⁷

Além dessas, outras atividades também eram delegadas aos conselheiros políticos, por exemplo, Elias Herckmans foi escolhido para exercer atividades de caráter emergencial, fazia a repartição do açúcar descarregado na Paraíba, visto que os conselheiros secretos estavam levando muito tempo para fazê-lo, devido à demora na entrega da documentação atrasando assim os navios.²²⁸

Daniel Alberti e Johan Bodecher Banning foram escolhidos para fazer a avaliação da paliçada que contornava o Recife a fim de verificar os locais que precisavam de reparos.²²⁹

Dessa forma, entendemos que a participação do Conselho Político foi crucial para o crescimento da colônia, pois os seus membros podem ser vistos em todas as esferas administrativas, econômicas, militares e judiciais, além de permanecerem no exercício de algumas funções que praticavam antes do governo nassoviano e algumas dessas atividades, de acordo com as Instruções de 1636, não faziam parte de suas responsabilidades.

3.2 Os conselheiros políticos do início do governo nassoviano

Nos primeiros anos do governo de Nassau, os sete conselheiros que estavam na colônia no ano de 1636 foram os mesmos, a saber, Balthasar Wijntjjs, Elias Herckmans Hendrick Schilt, Jacob Stachouwer, Paulus Serooskercke, Robbertsz Alma e Willen Schott. Pois, apesar de não

²²⁵ MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*. Tradução de Lêda Boechat. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 25.

²²⁶ MOREAU, op. cit., p. 25.

²²⁷ WATJEN, op. cit., pp. 303-304.

²²⁸ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 12/07/1638.

²²⁹ Idem, 13/10/1638.

serem mais a autoridade máxima na colônia, não houve modificações dentro do Conselho Político. A instituição permaneceu de um período para o outro com os mesmos membros. Os cargos que ocuparam na direção das capitânicas (Itamaracá, Rio Grande do Norte e Paraíba), incluindo a tesouraria não sofreram alterações, pelo contrário, eles receberam a direção das regiões no sul de Pernambuco como Porto Calvo, Alagoas, Cabo de Santo Agostinho, entre outras (Ver o quadro da pág. 157). Neste caso, levou-se em consideração a experiência que os conselheiros políticos adquiriram na colônia e esta foi aproveitada pelo governador Maurício de Nassau e pelo Alto e Secreto Conselho na administração da colônia neerlandesa.

No decorrer dos anos de 1637 a 1638 houve uma drástica mudança no quadro dos membros do Conselho Político. Wätjen diz que “o Conselho Político constituiu o tormento da administração novo-holandesa. Os conselheiros pediam demissão, faziam aquisição de uma propriedade e iniciavam a cultura da cana-de-açúcar no vale do Capibaribe e no do Paraíba”.²³⁰ Além dessas regiões, eles compraram engenhos no Rio Grande do Norte e em Itamaracá. Havia a presença deles como proprietários de engenhos nas quatro capitânicas.

Outro ponto que Wätjen afirma era que “diversos Conselheiros Políticos por não terem capacidade para o desempenho no cargo, buscaram outras profissões mais remunerativas, juntaram-se aos plantadores de cana e fazendeiros”.²³¹ Todavia, não seria justa tal afirmação de Wätjen, que desconsidera o fato de que esses conselheiros governavam a colônia antes de Nassau e conseguiram anexar várias conquistas para os neerlandeses, além de reativar a vida econômica e social da colônia. Rômulo Nascimento diz em sua tese que “(...) o clima de relativa estabilização no Brasil holandês começa antes da chegada de Nassau”.²³²

Através de um levantamento de dados coletados nas Atas das Nótulas Diárias, dos relatos de Joannes de Laet e de Diogo Lopes Santiago, consegue-se visualizar que os conselheiros políticos foram bastante ativos na colônia. Resolviam várias questões de caráter militar, social, administrativo, comercial e judicial. (Ver quadro na pág. 63). Por isso, não seria justo afirmar que eles não tinham capacidade para desempenhar suas funções, visto que eles já as desempenhavam entre 1634 a 1636, pois foi no governo do Conselho Político que a conquista da colônia foi, em grande parte, consolidada.

Não desmerecendo o governo nassoviano, que foi de suma importância para a colônia, porém, não podemos ignorar a participação do Conselho Político que foi uma constante no período anterior e durante o governo de Nassau.

²³⁰ WATJEN, op. cit., p. 303.

²³¹ Idem, p. 302.

²³² NASCIMENTO, op. cit., p. 91.

Os conselheiros políticos, ao adquirirem experiência com o exercício das atividades financeiras, com a administração das propriedades da Companhia e o conhecimento do território, passaram a se interessar pela produção açucareira.

Na época em que os conselheiros compraram os engenhos, várias pessoas estavam fazendo o mesmo e assim como a população civil, os conselheiros políticos se interessavam pelos lucros e pelo status social que a obtenção de um engenho e o pertencimento a elite açucareira representava na colônia, uma vez que o açúcar prometia fortunas, como afirma Gonsalves de Mello.²³³

Os Diretores dos XIX apoiavam e incentivavam o interesse dos funcionários da colônia com a produção açucareira,²³⁴ mas não esperavam que os conselheiros pedissem demissão por causa dos seus engenhos. Um desses conselheiros foi Jacob Stachouwer, que pediu dispensa do seu cargo em 1637 para cuidar do seu Engenho do Meio situado na Várzea, cujo dono fora Carlos Francisco Drago. Ele, em 1638, comprou os engenhos de Ilhetas e Sant'Ana em sociedade com o antigo fiscal Nicolas de Ridder. Nesse mesmo ano, regressou para as Províncias Unidas, deixando seus engenhos nas mãos do seu feitor João Fernandes Vieira que se tornou o seu procurador. Este ainda comprou em nome de Stachouwer um partido de cana que pertencia a Luís Barbalho Bezerra no valor de 28.500 florins. Jacob Stachouwer voltou para colônia em 1647 ocupando o posto de Sargento-mor e depois foi promovido para Tenente-coronel.²³⁵

A mesma situação ocorreu com o conselheiro político Balthazar Wijntjjs, que associado ao civil Georges Garstmann, pediu ao Conselho Político, em 1636, a posse temporária do engenho em Cunhaú, que pertencia ao antigo governador da Paraíba Antônio Albuquerque. Os dois senhores prometeram aos conselheiros que reparariam o moinho colocando-o para funcionar na safra seguinte. O Conselho Político permitiu a posse temporária do engenho sob as condições acima citadas, e quando o engenho fosse vendido eles teriam a preferência, mas se o engenho fosse vendido a outra pessoa, os senhores Balthazar Wijntjjs e Georges Garstmann seriam restituídos pelas melhorias que haviam feito na propriedade.²³⁶ No ano de 1637, o Engenho Cunhaú foi comprado por eles oficialmente por 60 mil florins.²³⁷

Em 1639, associado a Jacobus Corderus, Wijntjjs iria comprar o Engenho Guerra que pertencia ao conselheiro político Hendrick Schilt. Antes disso, Balthasar Wijntjjs pediu

²³³ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 137.

²³⁴ HULSMAN, op. cit., p. 31.

²³⁵ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., pp. 482-483.

²³⁶ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 04/02/1636.

²³⁷ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 485.

demissão alegando que o seu tempo de serviço havia terminado, mas só poderia deixar o seu cargo quando fosse substituído por outro conselheiro. Mesmo assim, o governador Maurício de Nassau atendeu ao seu pedido em 1637, autorizando a sua demissão.²³⁸

Com relação ao tempo de serviço dos conselheiros políticos, não foi possível conseguir informações exatas. O que sabe-se é que os soldados e os demais funcionários tinham um contrato de três anos com a Companhia. Acredita-se que este seja o mesmo período que os conselheiros políticos deveriam permanecer na colônia, pois, se levarmos em consideração que Wijntjjs iniciou suas atividades em 1634 e em 1637 pediu demissão, podemos ver que a duração do contrato deles girava em torno de três anos.

Mesmo tendo como base esses três anos, verifica-se que o tempo de serviço dos conselheiros na colônia variou bastante. Alguns ficaram poucos meses como Johan de Bruyne (1630), outros ficaram apenas um ano como Robbertsz Alma (1636-1637), enquanto que outros ficaram entre quatro a seis anos como Servaes Carpentier (1630-1636), já outros ficaram mais tempo, Gijsbert de With, por exemplo ficou 16 anos a serviço da WIC no Conselho Político/Justiça (1638-1654).²³⁹

Outro conselheiro político que também pediu demissão foi Willen Schott. Em 1638, comprou o Engenho Três Reis Magos do comerciante Cristoffel Eyerschettel. O engenho ficava na Várzea e tinha pertencido ao coronel de milícia de Olinda Ambrósio Machado de Carvalho.²⁴⁰ Schott comprou no dia 20 de agosto deste mesmo ano, um pedaço de terra de 1.320 metros, no Arraial, na região ao sul do rio Beberibe, pelo preço de 7 mil florins que deveria ser pago em três parcelas de 8 em 8 meses. Ele adquiriu junto com a terra, “14 negros entre velhos e crianças, com roça e pastos, era uma terra boa para plantar mandioca”.²⁴¹ Depois, o mesmo alegou que seu tempo de serviço havia cessado e ficou aguardando a aprovação do seu pedido de demissão. Comprometeu-se a permanecer no cargo até a chegada dos novos conselheiros que iriam substituí-lo.²⁴²

Diferentemente de Wijntjjs que obteve sua demissão, Willem Schott não teve êxito e seu pedido foi negado. Por causa disso, em maio de 1638, regressou para as Províncias Unidas devido ao fim de seu contrato.²⁴³

²³⁸ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 485.

²³⁹ Para saber o tempo de serviço dos conselheiros políticos na colônia, ver o quadro na página 163.

²⁴⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *Bagaço da cana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 39.

²⁴¹ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 48.

²⁴² Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 96-97.

²⁴³ Idem, p. 49.

Esses conselheiros têm em comum o fato de que compraram engenhos e passaram a fazer parte diretamente da produção açucareira, porém, alguns conselheiros políticos pediram demissão ou foram demitidos por motivos diferentes, por exemplo, Hendrick Schilt foi afastado do cargo no Conselho Político por intermédio de uma decisão judicial, relacionada a sua participação na morte de um clérigo. Enquanto que Paulus Serooskercke, pediu demissão por causa de um desentendimento com o Conselho Eclesiástico devido ao casamento do seu filho com a filha do predicante Vincent Joaquim Soler. A documentação sobre este prisma não deixa a informação muito clara, porém, sabe-se que, Serooskercke teve que se retratar perante o Conselho Eclesiástico. A Ata das Nótulas nos informa que “(...) visto a grande insatisfação do Conselho da Igreja sobre o assunto e a falta de respeito para com ele mesmo e para com todo o Colégio do Conselho Político, foi decidido dizê-lo que ele estava licenciado para partir na primeira ocasião para a pátria.”²⁴⁴ Tal decisão atendia ao próprio pedido de demissão de Serooskercke. Ele partiu para as Províncias Unidas em agosto de 1637.²⁴⁵

3.3 Os conselheiros políticos – senhores de engenhos

Os engenhos não eram apenas a indústria onde se produzia o açúcar, mas também um espaço social para onde convergiam e abrigavam várias pessoas. Sendo elas, livres e escravos ligados direta e indiretamente a plantação de cana e a fabricação do açúcar.²⁴⁶

Além de um espaço social, o engenho era um aparato que demandava altos investimentos, pois além da propriedade, “(...) era preciso que o senhor de engenho adquirisse muito material pesado para as instalações, além de contratar pessoal para poder colocá-los em funcionamento. Era necessário técnicos experimentados e escravos”,²⁴⁷ como afirma Charles Boxer. Tudo isso foi necessário para reconstruir os engenhos que, em sua maioria, haviam sido destruídos e incendiados durante a guerra de conquista. Por isso as pessoas recorreram a empréstimos, contraindo-os principalmente com a Companhia.²⁴⁸ Alguns conselheiros

²⁴⁴ IAHGP. Coleção José Hígyno. Dagelijckse notulen 27/07/1637.

²⁴⁵ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 481.

²⁴⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 37.

²⁴⁷ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 200.

²⁴⁸ SCHWARTZ, Stuart B. O Nordeste açucareiro e o Brasil colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Brasil colonial (1580-1720)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 337-378, p. 346.

políticos para custear a compra e os reparos dos seus engenhos se associaram a outras pessoas, sendo elas comerciantes ou funcionários da WIC.

Além desses conselheiros citados acima, um ex-conselheiro que comprou engenho foi Servaes Carpentier. Em 1637, comprou o Engenho Nossa Senhora da Conceição, situado em Santo Amaro do Jaboatão em Pernambuco. Adquiriu em Goiana na Capitania de Itamaracá, o Engenho Capibaribe ou Três Paus e o Engenho Mussumbu. Para administrar esses engenhos pediu demissão do cargo de assessor em 1640.

Apenas Servaes Carpentier e Ippo Eissens permaneceriam com os seus engenhos até o fim da sua vida, os demais venderam as propriedades. Os engenhos de Jacob Stachouwer foi vendido em 1639 para João Fernandes Vieira,²⁴⁹ o Engenho Guerra de Balthasar Wijntjis, foi vendido a Amador de Araújo,²⁵⁰ enquanto que o Engenho Cunhaú foi vendido em 1638 para os comerciantes Willen Beck e Hugo Graswinckil.²⁵¹

Os conselheiros políticos donos de engenhos podem ser vistos no quadro²⁵² que se segue:

²⁴⁹ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 482.

²⁵⁰ MELLO. *O bagaço da cana*, op. cit., p. 65.

²⁵¹ Idem, p. 91.

²⁵² Idem, pp. 33-92. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: CEHA, 2002, p. 45. Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., pp. 137-176; Tarefa é o volume de cana que seria moído em 24 horas. Pode ser também uma medida agrária destinada a terra onde se cultiva cana. Em Pernambuco se utiliza a tarefa baiana que equivale 4.356 m² ou 0,44 hectares ou 66x66 metros. Uma arroba de tarefa é aproximadamente 14,689 Kg. Partido da fazenda é a produção de açúcar feita pelo senhor de engenho.

ENGENHOS DE CONSELHEIROS POLÍTICOS NO BRASIL HOLANDÊS												
CAPITANIAS	JURISDIÇÕES	FREGUESIAS	ANO	CONSELHEIROS POLÍTICOS	NOME DOS ENGENHOS	PREÇO PAGO PELO ENGENHO	PRESTAÇÕES ANUAIS DO ENGENHO	TIPOS DE ENGENHO	MOAGEM	LAVRADORES	AÇÚCAR DOS LAVRADORES E PARTIDOS DA FAZENDA	
											TAREFAS	ARROBAS
PERNAMBUCO	Olinda	Ipojuca	1637	Hendrick Schilt	Engenho Guerra	21.777 florins	5 parcelas (aprox.) de 4 mil florins	Bois	Mói	Não indica	—	—
			1639	Baltasar Wijntjins associado a Jacobus Corderus (civil)	Engenho Guerra	—	—	Bois	Mói	Major Henderson	—	—
		Santo Amaro do Jaboatão	1637	Servaes Carpentier	Engenho Nossa Senhora da Conceição	37.500 florins	6 parcelas de 6, 25 mil florins	D'água	Mói	Gerard Carpentier, Gaspar Francisco de Oliveira	95	4.750 mil
			1638	Jacob Stachouwer e Nicolas de Ridder (antigo fiscal e promotor público)	Engenho Sant'Ana	30.000 florins	5 parcelas de 6 mil florins	D'água	Não moerá	Não indica	—	—
		Várzea	1637	Jacob Stachouwer	Engenho do Meio	62.000 florins	6 parcelas de 10, 3 mil florins	D'água	Mói	Hugo Graswinckel Allaert Hoel, Antonio Pereira	135	6.750 mil
			1637	Willem Schott associado a Christoffel Eyerschettel (civil) comerciante	Engenho Três Reis Magos (substituído para Straetsburch)	20.000 florins	4 parcelas de 5 mil florins	Bois	Mói	Lourenço Nunes, Jan Barentsz, Domingos Martins	72	2.520 mil

ENGENHOS DE CONSELHEIROS POLÍTICOS NO BRASIL HOLANDÊS

CAPITANIAS	JURISDIÇÕES	FREGUESIAS	ANO	CONSELHEIROS POLÍTICOS	NOME DOS ENGENHOS	PREÇO PAGO PELO ENGENHO	PRESTAÇÕES ANUAIS DO ENGENHO	TIPOS DE ENGENHO	MOAGEM	LAVRADORES	AÇÚCAR DOS LAVRADORES E PARTIDOS DA FAZENDA	
											TAREFAS	ARROBAS
PERNAMBUCO	Sirinhaém		1638	Jacob Stachouwer e Nicolas de Ridder (antigo fiscal e promotor público)	Engenho das Ilhetas	27.000 mil florins	5 parcelas de 5,4 mil florins	Bois	Não moerá	Não indica	_____	_____
ITAMARACÁ		Goiana	1637	Servaes Carpentier	Engenho Capibaribe ou Três Paus	60.000 florins	6 parcelas de 10 mil florins	D'água	Mói	Cornelis Stalpaetet Vander Wyel, Jan Carpentier, Ângela da Mota, Maria Gomes, Noel Mabel Garone	162	8.100 mil
					Engenho Mussumbu	60.000 florins	6 parcelas de 10 mil florins	Bois	Mói	Reynier M. Meyens, Manuel da Silva, Bento Rodrigues Saldaen, Cosmo de Torres, João Siqueira	140	4.900 mil
PARAÍBA			1635	Ippo Eissens	Engenho Espírito Santo	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
			1639		Engenho Tiberi-Santiago	_____	_____	D'água	Não moerá	Elias Herckmans (conselheiro político)	12	
RIO GRANDE DO NORTE		Cunhaú	1637	Balthasar Wijntjís associado a George Gartzman	Engenho Cunhaú	60.000 florins	6 parcelas de 10 mil florins	D'água	Mói	_____	_____	_____

O conselheiro político Elias Herckmans foi o único membro do Conselho Político que adquiriu um partido de cana e permaneceu exercendo sua função para a Companhia. Herckmans era lavrador no Engenho Tiberi-Santiago de Jorge Homem Pinto.

Em 1640, fez parte da expedição militar comandada pelo almirante Lichthart para o Recôncavo Baiano. Essa expedição foi enviada “em represália aos incêndios causados nos canaviais e engenhos de Pernambuco pelos campanhistas que foram enviados pelo conde da Torre”.²⁵³

Observa-se na afirmação de Gonsalves de Mello que os conselheiros políticos continuaram fazendo parte das expedições militares. Eram escolhidos por Nassau e pelo Alto e S. Conselho. Assim, participavam das expedições como anteriormente. Junto com os militares, o governador Nassau participou da guerra de conquista e ao longo do governo nassoviano foram vários os conselheiros políticos que participaram com os oficiais de alta patente das escaramuças militares, tanto na colônia, como em outros lugares na África e na América Espanhola. (Ver o quadro na pág. 157)

Elias Herckmans, em 1640, de acordo com Gonsalves de Mello, não estava satisfeito com o pouco reconhecimento que a Companhia demonstrava pelos cinco anos dos seus serviços na colônia. Esperava, por causa disso, obter um cargo no Alto e S. Conselho, pois neste mesmo ano novos conselheiros secretos assumiriam funções nesta instituição. Pois, Mathias van Ceulen e Johan Ghijselin partiram para as Províncias Unidas em 1640 e Adriaen van der Dussen havia regressado a Pátria no ano anterior.²⁵⁴

Adrian van Bullestrate e Dirck Codde vander Burgh assumiram os cargos no Alto e S. Conselho o que não agradou a Herckmans.²⁵⁵ Nesse mesmo ano, Herckmans foi designado para a direção da região que ficava entre Igarassu e Goiana, apesar das queixas assumiu imediatamente o cargo.²⁵⁶ Seria oportuno lembrar que Herckmans assim como os demais conselheiros eram funcionários subalternos ao governador Nassau e ao Alto e S. Conselho e, de acordo com as Instruções de 1636, deveriam atender as suas ordens e exercer as funções designadas por ambos.

Em 1642, Herckmans fora escolhido para participar da expedição militar no Chile, onde seria responsável pelo seu governo.²⁵⁷ O objetivo era fixar uma base neerlandesa no Chile e a descoberta de minas de Ouro. O comando dessa expedição coube a Henrick Brouwer, mas no

²⁵³ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 55.

²⁵⁴ Idem, pp. 488-489.

²⁵⁵ Idem, p. 493.

²⁵⁶ Idem, p. 55

²⁵⁷ NIEUHOF, op. cit., p. 69.

decorrer da mesma, veio a falecer, cabendo a Elias Herckmans o comando dessa expedição. Porém, ela não teve êxito e Herckmans voltaria para Pernambuco em 28 de dezembro de 1643.

258

3.4 Os conselheiros políticos do período nassoviano 1637-1644

Vimos, assim, os conselheiros políticos que governaram a colônia antes do período nassoviano e que permaneceram na instituição até 1638. No ano de 1637, o único conselheiro político que chegou ao Recife foi Cornelis Adriaensz Jongknechr. Porém, ele permaneceria por pouco tempo. Gonsalves de Mello diz que em agosto de 1637 Cornelis Jongknechr já era falecido.²⁵⁹ Mas antes disso, participou de expedições no sul de Pernambuco.²⁶⁰

Em conformidade com o que vimos anteriormente, pode-se afirmar que no ano de 1638, apenas estavam em exercício no Conselho Político, Elias Herckmans e Willen Schott, porém, em maio, este último deixou a colônia, ficando apenas Herckmans a cargo desta instituição. Ele estava ocupado com a direção da Paraíba e por conta disso, algumas decisões foram adiadas para esperar a chegada dos novos conselheiros nomeados pelos Diretores da Companhia. Como exemplo temos o caso do luso-brasileiro André Dias de Figueiredo, habitante da Paraíba. Este pediu a revisão de uma sentença proferida pelo diretor Elias Herckmans onde a favorecida foi Dona Lúcia de Albuquerque, desfavorecendo assim Figueiredo.

O Conselho Político responsável pelo julgamento das apelações estava sem membros. Por causa disso, o Conselho Secreto decidiu que a revisão da sentença seria adiada, aguardando a chegada dos novos conselheiros políticos.²⁶¹ O primeiro deles chegaria ao Recife em junho e os demais desembarcariam na colônia no decorrer de 1638.

Antes de abordarmos sobre os conselheiros do período nassoviano, seria importante mencionar que, antes da saída de Willem Schott os diretores da Companhia já haviam nomeado os novos conselheiros nas Províncias Unidas, um deles foi nomeado desde janeiro, mas por algum motivo, que infelizmente não conseguimos averiguar, só viriam para a colônia a partir de junho.²⁶²

²⁵⁸ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 56

²⁵⁹ Idem, p. 474.

²⁶⁰ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitânicas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 96.

²⁶¹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 03/06/1638.

²⁶² O conselheiro político Sebastien van Hoogeveen teve sua nomeação aprovada pelos Estados Gerais em 11 de março de 1638 e chegou na colônia em 10 de julho. Nunno Olpherdi foi aprovado em 11 de março de 1638, chegou na colônia em 01 de outubro. Gijsbert de With foi nomeado em 11 de janeiro de 1638, mas só chegou ao Recife

No dia 13 de junho de 1638, o Dr. Johan Bodecher Banning foi o primeiro conselheiro político a chegar na colônia. Este era professor da Universidade de Leiden onde lecionava física. No dia 9 de fevereiro de 1638 recebeu dos curadores da Universidade a permissão para integrar o Conselho Político. A sua nomeação foi aprovada pelos Estados Gerais em 11 de março, um mês depois chegou na colônia.

Em 25 de junho de 1638, Bodecher foi escolhido junto com o assessor do Alto e Secreto Conselho Servaes Carpentier e o conselheiro político Sebastiaen van Hoogeveen, para comporem uma comissão onde redigiriam instruções para orientar os escabinos e os escoltetos no cumprimento da ordem na colônia, nas matérias civis e criminais.²⁶³ Em 19 de setembro de 1639, essas instruções estavam em poder de Carpentier que estava encarregado de traduzi-las para o português. No entanto, em 13 de maio de 1642 as instruções ainda não estavam traduzidas sendo passada para o encarregado seguinte o conselheiro político o Sr. Daniel Alberti.²⁶⁴

A elaboração dessas instruções passou pelas mãos de vários conselheiros, desde a elaboração até a tradução para o português, visto que as Câmaras eram formadas por luso-brasileiros e neerlandeses, e as normas eram destinadas para uma população que falava, em sua maioria, o português. Por isso havia necessidade de tradução para ser compreendida por todos os habitantes. De acordo com Gonsalves de Mello, vários editais foram publicados pelo Alto e Secreto Conselho contendo instruções sobre casamento, prostituição e incesto.²⁶⁵ Nas Atas das Classis²⁶⁶ vimos que o pedido para se fazer os editais foram feitos pelos conselheiros

em 4 de dezembro, Pieter Jansz Bas foi nomeado em 11 de março de 1638 e só chegou na colônia em 2 de novembro. Por último Daniel Alberti, ele foi aprovado em 11 de março de 1638, mas chegou na colônia em 01 de outubro junto com Olpherdi. MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., pp. 461-484.

²⁶³ Idem, p. 464.

²⁶⁴ Idem, pp. 24-25.

²⁶⁵ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 131.

²⁶⁶ As Classis se refere ao Conselho Eclesiástico e eles se reuniram em vários momentos e discutiam o pedido de mais predicantes, a regiões em que eles deveriam fazer a pregação, pediram a elaboração dos editais, falam dos salários, de autorizações e dúvidas que surgiam de ordem religiosa, as queixas sobre a liberdade dos católicos chamados de papistas e da desobediência em relação a proibição dos cultos em ocais públicos, a realização dos casamentos sem ter feito os proclamas, em relação também aos judeus que construíram as suas sinagogas, entre outros assuntos. Um fato curioso era que na primeira reunião das Classis estava presente três conselheiros políticos, a saber Willen Schott, Robbertsz Alma e Paulus Serooskercke. SCHALVIWIJK, Frans Leonard. *A Igreja Cristã Reformada no Brasil holandês. Atas de 1636 a 1648*. In: RIAHGP n. 58, Recife, 1993, p. 147. Mas, a partir de 1637, nenhum outro conselheiro político aparece relatado nessas reuniões, apenas dois ex-conselheiros, mas em 1647 que seria Johannes van Walbeek e Jacob Alrichs, mas como presbítero. SCHALVIWIJK, op. cit., p. 257;274. As reuniões eram compostas na sua maioria pelos predicantes. A participação dos conselheiros políticos nas reuniões das Classis em 1636 estava relacionada ao fato de que esta instituição tinha autoridade sobre os predicantes, assim como tinha para com eles reponsabilidades como o pagamento dos seus salários, a entrega das suas rações, autorizavam os seus pedidos de aumento salarial e ou o pedido para que fizessem parte da folha de pagamento da Companhia e para isso tinha que ter a autorização dos conselheiros políticos, assim como os pedidos

eclesiásticos desde o ano de 1636. Nas reuniões dos anos posteriores esses pedidos foram sempre renovados, citando a urgência da elaboração dos editais relacionados aos casamentos ilegais e incestuosos, assim como sobre a prostituição, ao adultério e a blasfêmia.²⁶⁷ No ano de 1640, o governador Nassau e o Alto e Secreto Conselho delegaram para o assessor Johannes van Walbeeck a responsabilidade de elaborar os editais e afixá-los para conhecimento e cumprimento por parte da população. No dia 21 de novembro, desse mesmo ano, os editais foram publicados e nos anos seguintes foram apenas renovados.²⁶⁸

As Classis (Conselho Eclesiástico) se queixava que, apesar da publicação desses editais, a população continuava cometendo delitos, logo exigiam que fossem cumpridas as leis com as punições dos infratores.²⁶⁹ Nas Atas das Classis, nos anos de 1636 a 1647, nota-se que era responsabilidade do Conselho Político julgar e tomar providências em relação aos casamentos incestuosos, ao adultério e ao concubinato. Um exemplo disso foi o pedido de expulsão, por parte dos deputados das Classis, de Sara Hendrincks, pois ela já possuía um marido nas Províncias Unidas e, mesmo assim, se casou com outra pessoa na colônia, ou seja, esse segundo casamento era ilegal. O pedido para sua expulsão foi feito em 15 de janeiro de 1638 e, como em 22 de novembro do mesmo ano, Sara Hendrincks ainda não havia sido deportada, o governo neerlandês decidiu manter a decisão da sua expulsão e colocar esse caso nas mãos do Conselho Político para que pudesse examiná-lo, e de acordo com a decisão dos conselheiros, iniciar o processo de anulação do casamento e mandá-la em seguida para as Províncias Unidas.²⁷⁰ Ao longo do período nassoviano, algumas mulheres foram enviadas para a República dos Países Baixos acusadas de bigamia e prostituição.

Visto que várias mulheres aqui no Recife levam uma vida escandalosa e o Conselho da Igreja disto se queixou, por isso o fiscal foi encarregado de mandar as seguintes mulheres embora: Janneke Jans, dona de casa de um homem livre, morando em Serinhaém, partirá logo após seu marido. Maria Roothaer, esposa de um sujeito que partiu para a pátria com o último navio. (para a pátria mãe) Agniet, alias 'Cypertjen', diz que seu esposo é um homem livre, mas não sabe onde ele se encontra (para a pátria mãe). Assim como uma mulher casada que era servente das três mulheres supracitadas da qual seu marido é soldado em algum lugar. Elisabeth, alias Admiral, esposa de um soldado que serve para o Capitão Robert Herwaij, partirá para a Paraíba. Maria, alias 'Krack', esposa de um sujeito que partiu para a pátria mãe também para lá será mandada.²⁷¹

de demissão. No período nassoviano o Conselho Político não tinha autoridade sobre os predicantes e muito menos sobre o Conselho Eclesiástico esse cabia ao Alto e secreto Conselho e o governador.

²⁶⁷ SCHALVIWIJK, op. cit., pp. 148-178.

²⁶⁸ Idem, p. 200.

²⁶⁹ Idem, p. 206.

²⁷⁰ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 22/11/1638

²⁷¹ Idem, 01/08/1639.

Os conselheiros políticos também foram encarregados pelas Classis de realizar a anulação dos casamentos.²⁷² Segundo Navarro, o casamento, no governo civil da Holanda, não era considerado um sacramento, pelo contrário, ele fazia parte da justiça civil. Por isso, na colônia, os casos relacionados aos casamentos pertenciam a instância do Conselho Político.²⁷³

Além da elaboração dos editais, no ano de 1638, Bodecher foi escolhido junto com Daniel Alberti para verificar a prestação de contas das obras públicas, lembrando que a vistoria das obras e os encargos financeiros estavam a cargo dos conselheiros políticos. Bodecher, em 1639, foi nomeado para ser o diretor dos armazéns de víveres que pertenciam a WIC, mas devido a desentendimentos com os demais membros do Conselho Político, foi demitido do seu cargo. O desentendimento teve início com sua nomeação para diretor, função que não o agradou.

Gonsalves de Mello diz que Bodecher não estava familiarizado com essa função, pois as atribuições dentro do Conselho Político não condiziam com suas atividades profissionais. Por esse motivo, o conselheiro entrou em depressão e, apresentava “sintomas de ‘uma bizarra melancolia, com imaginações estranhas’”.²⁷⁴ Ao se recuperar desse problema, passou a apresentar um comportamento desrespeitoso com os demais conselheiros, tanto que eles passaram a não aceitar sua presença nas reuniões do Conselho Político.

Baltasar van der Voorde, conselheiro político, enviou uma carta para os diretores da Câmara de Zelândia relatando o comportamento impróprio de Bodecher e a sua tendência a embriaguez, pedindo, assim, a sua demissão. Segundo Mello, Bodecher já havia pedido dispensa do cargo. Em agosto de 1639 foi enviado para as Províncias Unidas.²⁷⁵

O próximo a chegar na colônia em 1638 foi Dr. Sebastien van Hoogeven. Desembarcou no Recife em 1^a de julho e em 7 de dezembro foi nomeado para o cargo de governador da Paraíba para substituir Elias Herckmans. Todavia, não assumiu o cargo, pois ficou debilitado por conta de uma febre, falecendo em 27 de fevereiro de 1639.²⁷⁶

No dia 01 de outubro de 1638, dois conselheiros políticos chegariam na colônia, Daniel Alberti e Nuono Olpherdi. O primeiro foi nomeado para o cargo de diretor da Paraíba, substituindo finalmente Herckmans, este se mudou para o Recife onde ocupou o cargo de tesoureiro e a contadoria de finanças.²⁷⁷ Em 1642, Daniel Alberti, deixou o cargo no Conselho

²⁷² SCHALVIWIJK, op. cit., p. 230-252.

²⁷³ NAVARRO, op. cit., p. 81.

²⁷⁴ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 465.

²⁷⁵ Idem, pp. 465-466.

²⁷⁶ Idem, p. 474.

²⁷⁷ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 193.

Político para assumir a função de secretário do governador, passando a ocupá-lo em junho depois de aceitar o convite de Maurício de Nassau feito após a demissão do seu secretário Johan Carl Tolner.²⁷⁸

Em 10 de dezembro de 1638, o conselheiro político Nuono Olpherdi, foi nomeado para o cargo de diretor de Alagoas e do distrito do Rio São Francisco. Em 1640, ocupou o cargo de tesoureiro e em 1641 foi escolhido para participar de uma expedição militar que iria para a Bahia com o objetivo de fazer negociações com o governador-geral. Essa comitiva foi liderada pelo alto e secreto conselheiro Dirck Codde vander Burgh.

Entre os anos de 1641 a 1642, Olpherdi dedicou seus esforços para convencer os Diretores dos XIX a autorizá-lo a povoar a região de Sergipe.²⁷⁹ A proposta tinha o apoio do governador Maurício de Nassau que consistia no envio para essa região de 80 famílias neerlandesas. Por sua vez, os Diretores dos XIX desaprovaram esse pedido devido a impossibilidade de povoar esse local,²⁸⁰ visto que os camponeses neerlandeses não se sentiram atraídos em deixar as suas terras na Pátria e se deslocarem para uma colônia onde não possuíam garantias de riqueza e nem de sobrevivência.²⁸¹ Portanto, a quantidade de famílias que Olpherdi necessitava para povoar Sergipe não poderia ser alcançada.

No dia 2 de novembro de 1638, chegou na colônia o ourives Pieter Jansz Bas. No ano seguinte receberia a direção do distrito de Serinhaém e de Porto Calvo. Em 1640 foi nomeado para diretor das construções da WIC e no ano de 1641, após a conquista do Maranhão, foi nomeado para exercer o cargo de diretor nesta capitania, permanecendo neste cargo até 1643. Ao regressar para o Recife assumiu assento no Conselho de Justiça, mas com o falecimento do conselheiro secreto Dirck Codde vander Burch (7 de outubro de 1644), foi escolhido pelos demais membros do Alto e S. Conselho para assumir o seu lugar por ser o membro mais velho do Conselho Político, sendo empossado em 5 de julho de 1645.

Percebe-se um período considerável para realizar sua nomeação, talvez estivessem esperando a vinda de outra pessoa nomeada pelos XIX ou estavam aguardando a aprovação deles para nomearem Bas, pois esse cargo era escolhido pelos diretores da WIC. Pieter Jansz Bas permaneceu no Recife até março de 1647. Foi o responsável pela cunhagem de moedas na colônia, os chamados “ducados brasileiros”, pois as moedas estavam escassas, sendo necessário produzi-las no próprio território colonial.²⁸²

²⁷⁸ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 461.

²⁷⁹ Idem, p. 478.

²⁸⁰ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 127.

²⁸¹ WATJEN, op. cit., p. 380.

²⁸² MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 468.

Para completar o quadro de conselheiros políticos que chegaram em 1638, temos o Dr. Gijsbert de Witt, diferente dos conselheiros anteriores, este era formado em Direito e passou a exercer suas funções no próprio Conselho Político do Recife, foi o responsável pela administração do armazém de víveres secos e molhados, das mercadorias e da artilharia.²⁸³

Em 1640 foi nomeado para ser diretor de Alagoas e do Distrito de São Francisco, ficando neste cargo até 1641. Em 1643, passou a ocupar o cargo de governador da Paraíba. Assim como os demais conselheiros políticos, também foi escolhido para se juntar a uma expedição militar, cujo destino foi à Bahia. Segundo Gonsalves de Mello, “em fevereiro e março de 1645, ele foi à Bahia em missão oficial, para, sob falso pretexto, observar algum preparativo militar para uma tentativa contra o Brasil holandês”.²⁸⁴ Foi o conselheiro político que mais tempo permaneceu na colônia ocupando essa função.

No ano de 1645, pediu permissão ao Alto Conselho, que governava a colônia em substituição ao governo de Nassau, para se casar com D. Ana Paes. Permaneceu na colônia até 1654 e fez parte das negociações para a rendição da colônia neerlandesa aos portugueses.²⁸⁵

Em 1639, foram incorporados mais três novos conselheiros políticos: Baltasar van der Voorde, Jacob Alrichs e Pieter Mortanmer. Este último chegou na colônia em 21 de janeiro de 1639 e logo em seguida foi nomeado para ser diretor em Itamaracá. No ano seguinte foi nomeado diretor dos armazéns de munições, mas em 1641 sua função no Conselho Político foi encerrada porque foi escolhido para participar da expedição militar de conquista de Angola. Foi escolhido junto com o conselheiro político Cornelis Nieulant, para ser governador de Angola. No dia 24 de outubro de 1642, regressou para o Recife e entregou um relatório a Nassau sobre a conquista dessa região. Ele fez uma inspeção da região de Sergipe que pertencia à WIC e em 1643 regressou para a Holanda.²⁸⁶

Junto com Mortanmer, desembarcou no Recife o conselheiro político Baltasar van der Voorde. Foi diretor de Porto Calvo e foi o principal porta-voz do Conselho Político perante o governador Nassau e o Alto e S. Conselho nas queixas contra seu colega de instituição Bodecher.

De acordo com Gonsalves de Mello, Van der Voorde se dedicou a aprender português, pois alegava que na ocupação do cargo de juiz era importante aprender o idioma das pessoas cujos processos tinha que julgar, assim como “para leitura das escrituras que lhes eram

²⁸³ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 193.

²⁸⁴ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 486.

²⁸⁵ Idem, p. 486.

²⁸⁶ Idem, p. 476.

submetidas para exame”.²⁸⁷ Em agosto de 1645, regressou para as Províncias Unidas com o intuito de relatar aos diretores da WIC sobre a situação da colônia, apresentando-lhes um relatório no dia 16 de novembro.²⁸⁸

No governo nassoviano, a primeira nomeação de conselheiro político na colônia foi do Srs. Jacob Alrichs que chegou no Recife em 1637 para ocupar o cargo de contador-geral da Companhia. Com o falecimento de Sebastiaen van Hoogeveen e a partida de Jóhannes Bodecher Banning, o governador Nassau e o Alto e Secreto Conselho indicaram para o cargo no Conselho Político os senhores Jacob Alrichs, Willem Piso, que era doutor em medicina, e o Sr. Theodosius l’Emperreur, comerciante no Recife.²⁸⁹ A indicação de Jacob Alrichs foi aprovada pelos Diretores dos XIX, ele continuaria ocupando o cargo de contador geral acumulando-o com o de conselheiro. Segundo o alto e secreto conselheiro Adriaen van der Dussen, o mesmo deveria exercer esses cargos por um período de três anos.²⁹⁰ Jacob Alrichs teve a ideia de cunhar moedas na colônia, tendo em vista sua escassez. Sua sugestão foi posta em prática por Pieter J. Bas, em 1646.²⁹¹

Em 1639, quatro novos conselheiros políticos foram nomeados para compor esta instituição, foram: Jan Alewijn, Cornelis Nieuwlandt, Adriaen Becker e Abraham Struijs. Estes chegaram em março de 1640. Para o cargo de advogado-fiscal foi nomeado Hendrick de Moucheron²⁹² em substituição a Nicolas de Ridder. Esses conselheiros permaneceram na colônia por um curto período de tempo, dois deles ficaram 2 anos, enquanto que um permaneceu apenas 1 ano.

Jan Alewijn, desembarcou no Recife em 17 de março de 1640 e neste mesmo ano assumiu o cargo de diretor das mercadorias. No ano seguinte ocupou o cargo de diretor de Porto Calvo, substituindo Baltasar van der Voorde. Alewijn veio faleceu em 1642.²⁹³ Junto com ele no mesmo navio estava o conselheiro político Cornelius Nieulant, este foi nomeado diretor dos armazéns de víveres e ficou na Companhia apenas 3 anos. Como conselheiro político ficou 1 ano. Em 1641, partiu para Angola onde assumiu o cargo de diretor. Antes disso fez parte da expedição de conquista do Espírito Santo. Veio a falecer em Angola em 1643.²⁹⁴

²⁸⁷ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 484.

²⁸⁸ Idem, p. 484.

²⁸⁹ Relatório sobre o Estado das Capitâneas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 193.

²⁹⁰ Idem, p. 194.

²⁹¹ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 462.

²⁹² XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã para o governador Nassau e ao Alto e Secreto Conselho datada, de 24 de outubro de 1639, op. cit., p. 155.

²⁹³ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., pp. 461-462.

²⁹⁴ Idem, p. 477.

Outro conselheiro foi Abraham Struijs. Sobre ele não conseguimos obter muitas informações, apenas que chegou na colônia no dia 7 de março de 1640 e foi nomeado para o cargo de tesoureiro. No começo de 1642, mais precisamente no dia 21 de fevereiro havia falecido.²⁹⁵

É importante salientar que nem todos os conselheiros do ano de 1640 permaneceram por um curto período de tempo nos cargos. Houve uma exceção que seria Paulus de Linge, ele chegou na colônia em maio de 1640 e assumiu a direção do armazém de víveres. Nos anos de 1640 a 1642 foi diretor na Paraíba. Após esse período voltou para o Recife onde assumiu assento no Conselho de Justiça. Com o início da Insurreição Pernambucana, voltou a assumir a direção da Paraíba até 1646.²⁹⁶

Em 1645, foi convocado pelo Alto Conselho para ser consultado sobre algumas medidas que deveriam ser tomadas em relação ao recebimento de cartas anônimas contendo ameaças de insurreição, principalmente na Paraíba, além do pedido de prisão de Fernandes Vieira.²⁹⁷ E assim, para evitar revoltas na Paraíba, De Linge foi nomeado diretor.²⁹⁸

Percebe-se que os períodos em que a maioria dos conselheiros políticos chegou na colônia se deu nos anos de 1630, 1634, 1638 e 1640 e entre essas datas poucos conselheiros foram nomeados. A partir do que foi exposto tem-se uma noção do que de fato aconteceu.

No ano de 1630, os neerlandeses iniciariam a conquista da colônia e por isso o envio desses conselheiros era essencial para cuidar dos encargos administrativos. No ano de 1634, apenas três conselheiros estavam gerindo a colônia e com o aumento territorial a partir da incorporação das demais capitanias, havia a necessidade do envio de mais funcionários.

Enquanto que, no ano de 1638, vários conselheiros pediram demissão dos cargos, ficando apenas um responsável por todas as atividades na colônia. A diminuição desses conselheiros era o principal impulso para a nomeação de outras pessoas por parte da Companhia.

Em 1640, os Diretores dos XIX atenderam um pedido do governador da colônia Maurício de Nassau que pediu o envio de mais conselheiros políticos, pois os que estavam na colônia não eram suficientes para dar conta de todas as suas atividades, principalmente das

²⁹⁵ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 483.

²⁹⁶ Idem, p. 475.

²⁹⁷ NIEUHOF, op. cit., p. 110.

²⁹⁸ Idem p. 113. Não apenas Paulus de Linge era solicitado pelo Alto Conselho, mas Nieuhof nos informa que algumas das decisões no Alto Conselho eram tomadas com a aquiescência do Conselho de Justiça, como no caso da publicação da proclamação de uma anistia geral em 1645 para as pessoas que se rebelaram, exceto os líderes dos revoltosos, estes estavam com as prisões decretadas. Idem p.119. Isso mostra que após o período nassoviano os conselheiros políticos, chamados de conselheiros de justiça continuaram sendo essenciais para a colônia.

funções judiciais.²⁹⁹ “(...) conviria que VV. SS. Mandassem mais quatro conselheiros políticos, um ou dois dos quais poderiam ser aproveitados em lugares distantes, onde são necessários, para ali estabelecerem residência e dirigem os negócios da Companhia”.³⁰⁰

Depois desse período, apenas três conselheiros foram nomeados para a colônia durante o governo nassoviano que é o limite do corte temporal deste trabalho.

No período posterior a Nassau, apenas mais quatro conselheiros políticos chegariam na colônia, sendo eles: Jacques van Ceulen, Edmond de Fosse, Mathias Grausius e Samuel Halters.

³⁰¹ Atentaremos apenas aos conselheiros de 1630 a 1644.

Em junho de 1642, Hendrick de Moucheron foi nomeado para ser conselheiro político, ele era advogado fiscal e trabalhava junto com o Conselho Político nas questões judiciais, visto que era formado em direito e exercia a função judicial nas Províncias Unidas. No ano de 1643 foi nomeado diretor de Alagoas, ficando nesta região até o início da Insurreição Pernambucana, voltando para o Recife em 1645, onde assumiu o cargo no Conselho de Justiça.³⁰²

No ano de 1643, o próximo conselheiro foi Willem van Alphen, infelizmente sobre ele não obtivemos nenhuma informação.³⁰³ No ano seguinte, quem assumiu o cargo no Conselho Político foi Johan van Raesvelt. Este chegou no Recife em 11 de abril de 1644. Serviu na colônia como conselheiro de justiça até 1650, quando por motivos de doença deixou a instituição.³⁰⁴

Esses foram os conselheiros políticos que desempenharam funções no período nassoviano. A partir da descrição de cada um deles, podemos ver que participaram de expedições militares, como acontecia antes de 1637 e que estavam em constante movimento na colônia, ocupando diversos cargos e funções.

3.5 A disputa entre os escabinos de Olinda e os conselheiros políticos pela jurisdição dos processos judiciais no Recife

A partir do governo nassoviano, o Conselho Político teve que dividir suas funções judiciais com a Câmara dos Escabinos, porém o limite da jurisdição não estava claramente definido na justiça civil e nem na criminal. Isso gerou algumas divergências na colônia,

²⁹⁹ WATJEN, op. cit., p. 304.

³⁰⁰ PEREIRA, José Higino Duarte. Batalha Naval de 1640. In: RIHGB, n. 33, Recife, 1895, p. 1-58, p. 44.

³⁰¹ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 487.

³⁰² Idem, p. 119.

³⁰³ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã para o governador Nassau e ao Alto e Secreto Conselho datada, de 21 de maio de 1643, op. cit., p. 185.

³⁰⁴ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 479.

culminado com a transferência da Câmara dos Escabinos de Olinda para a ilha de Antônio Vaz. Essa foi uma decisão dos Diretores dos XIX para solucionar este conflito.

A Câmara dos Escabinos tinha sua sede em Olinda e nesta vila deveria conceder as audiências. “(...) sendo que a alçada dessas Câmaras atingia os papéis civis e criminais em primeira instância, podendo multar sem apelação até 120 florins”.³⁰⁵ Todavia, as pessoas não gostavam de se dirigir até Olinda para realizar as queixas e os processos judiciais, pois preferiam levar para o Conselho Político sediado no Recife.

Os conselheiros políticos defendiam que os moradores estavam subordinados ao seu colegiado e não a Câmara dos Escabinos. Baseavam-se, para isso, no art. 27 das Instruções Gerais, eles alegavam que não havia motivo para os moradores se deslocarem até Olinda com grandes gastos e perda de tempo para resolver processos de pequena importância, quando isso poderia ser decidido no Recife junto ao Conselho Político. Eles diziam que os processos judiciais do Recife pertenciam a sua instituição.

Essa disputa entre os escabinos e os conselheiros políticos foram levadas ao conhecimento dos conselheiros secretos e do governador Nassau. Os camarários escabinos se queixavam das atitudes dos moradores que não os reconheciam como tribunal de primeira instância. Foi ouvida também a versão dos conselheiros políticos sobre esta questão. Desta forma, foi sugerido o desmembramento da jurisdição de Olinda, separando o Recife. Alegou-se que a maioria dos moradores residia no Recife e, portanto, não precisariam se deslocarem para Olinda e abrir processos de pouca importância.³⁰⁶

Neste caso, a nova Câmara ficaria sediada no Recife e sua jurisdição seria limitada de um lado por Olinda no reduto do Bruyn, abarcando os rios e fortes, inclusive o forte Waerdenburch, Afogados e Antônio Vaz.³⁰⁷

Esta medida foi adotada pelo Alto e Secreto Conselho e pelo governador, portanto, o Conselho Político ficaria sobrecarregado de funções, pois além de resolver os processos de apelação das sentenças da Câmara dos Escabinos também deveria cuidar de “outras cargas particulares cada uma delas tendo relação às finanças e meios da companhia e suas bolsas de valores, de acordo com a nossa instrução”.³⁰⁸

Foi cogitada a criação de um colégio subalterno de escabinos e de escoltetos para o Recife. O desmembramento da jurisdição de Olinda, de acordo com os conselheiros secretos e

³⁰⁵ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 69

³⁰⁶ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 23/11/1638

³⁰⁷ MELLO. *Tempo dos flamengos*. Op. Cit., p. 69

³⁰⁸ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 23/11/1638

Nassau, iria favorecer os habitantes do Recife que poderiam ser nomeados eleitores e escabinos dessa nova câmara, situação esta que, do ponto de vista de ambos, não seria possível antes da separação, pois os escabinos deveriam morar no mesmo local onde estava sediada a câmara. Este critério não era seguido à risca, pelo menos não em Olinda, já que a maioria dos escabinos moravam no Recife.

O governador e os conselheiros secretos não possuíam autoridade para modificar a jurisdição da colônia, logo, para fazê-lo, tiveram que pedir autorização aos dirigentes da Companhia. Por fim, o governador e os conselheiros secretos enviaram uma carta para os XIX relatando sobre a disputa pela jurisdição do Recife e aguardaram sua decisão relacionada a criação de uma jurisdição separada de Olinda que seria composta por Recife acrescida de Antônio Vaz e as zonas circunjacentes.

Por causa da disputa da jurisdição do Recife, os Escabinos de Olinda não estavam executando as audiências. Logo, estavam chegando até Nassau e ao Alto e Secreto Conselho várias reclamações contra os escabinos por parte dos moradores. Os Escabinos de Olinda alegavam que o Conselho Político estava dificultando suas atividades e por isso não poderiam administrar a justiça de maneira satisfatória, a menos que se mantivesse a autoridade que caberia aos escabinos nos processos judiciais no Recife.

O Conselho Político recusara-se a aceitar a criação de uma jurisdição especial, alegando que de acordo com as suas instruções, as competências sobre a jurisdição dos processos do Recife lhe pertenciam e que nenhuma Câmara dos Escabinos e nenhuma justiça subalterna seria instalada no Recife. Em relação a este caso, ficou decidido não fazer modificações até a chegada da resposta dos Diretores dos XIX sobre o desmembramento da jurisdição de Olinda.

Como medida provisória, Nassau e o Conselho Secreto autorizaram os conselheiros políticos a receberem os processos judiciais dos moradores do Recife. Estes, seriam julgados apenas em uma instância e não teria direito a apelação. Caso os moradores decidissem levá-los até a Câmara dos Escabinos, teriam que se dirigir até Olinda e poderiam apelar da decisão no Conselho Político. Os habitantes do interior deveriam se dirigir apenas a Câmara dos Escabinos de Olinda para apresentar suas queixas em primeira instância, dirigindo-se ao Conselho Político para recorrer da sentença, ou seja, inicialmente deveriam ter os seus processos julgados pelos escabinos. Só as pessoas do Recife poderiam se dirigir aos conselheiros políticos na primeira instância. A Câmara dos Escabinos de Olinda também teria

(...) todos os casos, que anteriormente ou daqui em diante, foram apresentados também deverão ser tratados e sentenciados pelos mesmos, a não ser que os partidos por intermédio de um interlocutor por definição não se opusessem, ou que sejam casos

privilegiados, de acordo com o artigo 8 das instruções da corte de justiça holandesa. Em seguida nos casos a baixo da soma de 120 florins serão aceitos pelos Escabinos, mas que tais apelos não sugerem uma execução, mas a sentença será executada. ³⁰⁹

Finalmente em 14 de novembro de 1639, o Conselho dos XIX proibiu o desmembramento da jurisdição de Olinda, mas autorizou Mauricio de Nassau e o Alto e Secreto Conselho a transferirem a sede da Câmara dos Escabinos de Olinda para a ilha de Antônio Vaz, alegando que no Recife ³¹⁰ não teria espaço para a construção de uma Câmara, porque todos os terrenos estavam ocupados. Defendiam o desmembramento da sede do Conselho Político inferindo que, “(...) também seria melhor que o Conselho político tivesse várias sedes diferentes”. ³¹¹ Em Olinda, ao contrário, a vila estava pouco construída e não havia segurança, portanto, estava mais sujeita a ataques de bandidos.

Antônio Vaz era o local mais propício para a nova sede da Câmara dos escabinos que passava a se chamar Câmara Maurícia. Sobre as vantagens de Maurícia, Gonsalves de Mello diz o seguinte: “Antônio Vaz, pelo contrário, é um lugar muito bem situado, o qual se pode atingir, de todos os pontos do país, mais facilmente para os holandeses do Recife do que Olinda e para os moradores do interior do que Olinda ou o Recife”. ³¹²

A resolução da reunião dos Diretores dos XIX que continha esta proibição, de acordo com os conselheiros secretos, demonstraram desconhecer algumas questões levando em consideração equivocadamente que os escabinos de Olinda residiam neste local, o que não seria verdade. Pois, a maioria morava no Recife e deveriam se deslocar diariamente para resolver os processos em Olinda da mesma forma que a população civil. ³¹³

Com a transferência da Câmara, as causas civis e criminais do Recife da primeira instância passaram a pertencer aos escabinos. ³¹⁴ Todavia, esse não seria o único caso de divergência entre escabinos e conselheiros políticos, estes por sua vez se queixavam que os membros do escabinato desobedeciam suas ordens, desrespeitavam sua autoridade e executavam funções que eram de sua competência, por exemplo, os escabinos estavam prendendo pessoas acusadas de blasfêmia, ou seja, eles estavam se excedendo em suas funções.

³⁰⁹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 12/02/1639

³¹⁰ Com o abandono e a destruição de Olinda, as pessoas passaram residir no Recife, junto com o aparato administrativo holandês. Em 1637, Recife tinha uma população de 7.000 habitantes que viviam no Recife e em Antônio Vaz. O território recifense estava ocupado por armazéns e por lojas comerciais, portanto haviam poucas casas e a maioria das propriedades tinham sido incendiadas. O aumento da cidade foi de forma rápida, pois a maioria das pessoas que imigravam para a colônia preferiam residir no Recife, gerando assim o problema de alojamento. MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 53

³¹¹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 14/11/1639.

³¹² MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p.72.

³¹³ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 14/11/1639.

³¹⁴ LUCIANI, op. cit., p. 90.

Os dirigentes da colônia recorreram a intervenção dos Diretores dos XIX e estes disseram que o julgamento desses casos deveria ser feito pelo Conselho Político e não por um órgão subalterno, pois estes não tinham autoridade para solucionar estas questões.³¹⁵

3.6 O desrespeito às autoridades superiores na colônia

A Câmara dos Escabinos era uma instituição composta por neerlandeses e luso-brasileiros e estes em sua maioria era formada pelo poder local, ou seja, pelos senhores de engenho e os lavradores que fizeram parte das Câmaras Municipais Portuguesas. Os escabinos perceberam que as novas instituições possuíam autonomia, atribuições e autoridades inferiores às suas antigas Câmaras, por isso desejavam ter os mesmos poderes que os magistrados portugueses e os escabinos nas Províncias Unidas.

Gonsalves de Mello diz que o Conselho Político enviou uma carta para os Diretores dos XIX se queixando dos escabinos e nela dizia o seguinte: “Esses Escabinos parecem ter por máxima que eles devem ser iguais à magistratura de suas respectivas cidades na Holanda, procurando, nesse pressuposto, segurar nas suas mãos não apenas as matérias de justiça, mas ainda as de polícia e, conseqüentemente, todo o governo,”³¹⁶ Mello ainda nos diz que os Escabinos

(...) querem debater as questões, mas só com o Conde e o Alto e Secreto Conselho como também o Conselho de Justiça; e, mais grave, pretendem às vezes contrapor-se aos mandatos, desprezando ou tentando ridicularizar o poder e a jurisdição deste último junto ao povo.³¹⁷

Esse fato pode ser visto nas Atas das Nótulas Diárias datada de 12 de maio de 1639. Nessa documentação, os Escabinos de Igarassu se queixaram a Nassau e ao Alto e Secreto Conselho de que o Conselho Político multou e prendeu um dos seus membros sem motivo justo e por isso pedem a libertação dele além da restituição do seu dinheiro.

Esta questão teve início por causa de uma desavença entre o secretário Paulo Gomes de Lima e os escabinos de Igarassu sobre o envio de uma carta para os conselheiros secretos que não foi enviada pelo secretário. Ele, em momentos diferentes, se dirigiu ao governador Nassau,

³¹⁵ WATJEN, op. cit., pp. 369-370.

³¹⁶ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., pp. 27-28.

³¹⁷ Idem, p. 28.

aos conselheiros secretos e por último aos conselheiros políticos. O parecer do governo, foi de perdão, contanto que pedisse desculpas aos Escabinos de Igarassu.

Em relação aos conselheiros secretos, seu requerimento foi recusado e os conselheiros políticos pediram que o escabino Francisco Dias de Oliveira viesse ao Recife para dar esclarecimento sobre o caso. Como o problema havia sido resolvido por Nassau, o Escabino não cumpriu as ordens dos conselheiros políticos deixando-os insatisfeitos. O não comparecimento do Escabino à convocação dos conselheiros políticos mostra claramente o descumprimento das suas ordens e o desrespeito a sua autoridade. Como o caso havia sido levado pelo secretário ao conhecimento dos conselheiros políticos, eles também teriam que dar seu parecer sobre a questão, por isso, quando Francisco D. de Oliveira veio para o Recife foi imediatamente convocado. Ao comparecer perante os conselheiros foi multado em 50 florins e preso até que pagasse a multa. Ao invés de pagar a multa, o escabino saiu do cárcere e foi para Olinda. Ao regressar ao Recife, foi preso novamente e multado a pagar 100 florins.

Os conselheiros políticos, quando questionados sobre o caso, informaram que a prisão e multa de Francisco Dias de Oliveira não tinha nenhuma relação com o processo iniciado pelo secretário Paulo Gomes de Lima, mas sim pela falta de respeito com que o escabino tratou os conselheiros políticos. Ao ter sido preso pela primeira vez, ele disse que tinha a mesma autoridade que o Conselho Político, inclusive o mesmo poder e nível hierárquico e por causa disso não iria responder as questões levantadas por eles. Por causa desse claro desrespeito a uma autoridade superior, ele foi multado.

Na segunda vez em que foi preso reiterou o que havia dito, acrescentando que, “ele era tão bom quanto eles, que tinha o mesmo poder jurídico, e mesmo que lhe condenassem a forca, ele não estava preocupado e que ele não tinha a intenção de responder”.³¹⁸ Por conta disso, o Conselho Político lhe deu uma segunda multa de 100 florins.

Maurício de Nassau e o Alto e Secreto Conselho, após deliberarem sobre este assunto e levando em consideração a autoridade do Conselho Político que havia sido desrespeitada, não podendo permitir que tal atitude fosse copiada pelos demais subordinados, decidiu que a sentença dada pelos conselheiros políticos permaneceria. Mas como todo o problema foi iniciado pelo secretário Paulo Gomes de Lima, este foi demitido do cargo, foi sentenciado a pagar uma multa de 200 florins e também deveria pagar ao escabino Francisco Dias de Oliveira uma soma de 250 florins.³¹⁹

³¹⁸ IAHG. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 12/05/1639

³¹⁹ Idem, 12/05/1639

Esse caso em particular também nos mostra que o governador Nassau e os conselheiros secretos possuíam legitimidade para alterar uma decisão judicial dos conselheiros políticos e que eles eram ainda chamados a prestarem esclarecimentos de suas decisões. Portanto, o Conselho Político, em algumas situações, tinha que prestar contas de suas ações na justiça, contradizendo, em parte, o que estava estabelecido no artigo 24 das Instruções de 1636.³²⁰

Em outro momento vemos que alguns conselheiros políticos desobedeciam às ordens do governador Nassau e do Alto e Secreto Conselho. Esse caso específico aconteceu no dia 7 de julho de 1639. Os conselheiros políticos Gijsbert Witt, Elias Herckman e Van der Voorde informaram aos dirigentes da colônia que sua instituição estava com poucas pessoas para cuidar da justiça diária, devido a morte de Hogeveen e a saída de Bodecheer da colônia.

Os conselheiros que estavam no Recife como Herckmans e Van der Voorde, estavam ocupados com a tesouraria e com o pagamento dos particulares e não poderiam auxiliar De Witt nas funções judiciais e este não poderia cuidar dela sozinho. Por isso pediram que fossem enviadas algumas pessoas para ajudá-los. As decisões judiciais deveriam ser resolvidas por três conselheiros no tribunal, neste caso era urgente o auxílio de outras pessoas, caso contrário, os processos judiciais demorariam bem mais tempo para serem solucionados.

O governador Nassau e os conselheiros secretos decidiram que o diretor de Itamaracá, Mortamer, deveria assistir os conselheiros políticos no Recife. A cada três semanas, deveria ir para o Recife por um período de 3 a 4 dias para resolver as pendências do Conselho Político. Também decidiram que Herckmans e Van der Voorde deveriam dedicar alguns dias para resolver as questões financeiras e as judiciais. Nos dias em que cuidassem das finanças De Witt e Mortamer resolveriam pequenos casos.³²¹

No dia 15 de julho desse mesmo ano, os conselheiros secretos e o governador decidiram que o conselheiro político Pieter Mortamer deveria residir no Recife e os escabinos de Itamaracá deveriam se reunir na ilha de Itamaracá para ficarem mais próximos do Recife, e com isso facilitar o deslocamento do diretor entre Recife e Itamaracá para resolver as questões judiciais e administrativas pendentes em ambos os locais.³²²

O diretor Mortamer, todavia, até a data de 8 de agosto de 1639 ainda não tinha cumprido as recomendações de Nassau e do Alto e Secreto Conselho, ou seja, não havia se mudado para o Recife para dar assistência a van der Voorde e De Witt na justiça. Desrespeitou diretamente

³²⁰ O Colégio dos Conselheiros Políticos está sujeito ao Governador e ao Alto Conselho e deverá prestar contas de todas as suas ações (à exceção de assuntos da Justiça). NAVARRO, op. cit., p. 126.

³²¹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 07/07/1639.

³²² Idem, 15/07/1639.

uma ordem dos dirigentes da colônia, que enviaram uma carta exigindo urgente a sua presença no Recife. De acordo com Luciani, essas ordens não foram cumpridas.³²³ Porém, não sabemos se ele recebeu alguma sanção.

No ano de 1640, foi nomeado diretor do armazém de munições e, em 1641, assumiu o cargo de diretor em Angola. Esse excesso de atividades que deveria ser executada pelos conselheiros políticos, dificultava a realização das atividades no âmbito judicial, fazendo com que os processos judiciais se atrasassem, e provocassem a insatisfação por parte da população e dos próprios conselheiros políticos que se viam sobrecarregados de atividades. Por isso pediam, assim como o governador, a nomeação de outros conselheiros políticos ou a nomeação de auxiliares. Inclusive, o governador Maurício de Nassau ao partir da colônia em 1644, pediu que os processos judiciais portugueses não ficassem pendentes no tribunal do Conselho Político por um tempo em demasia.³²⁴ E mesmo assim, as decisões que foram tomadas neste sentido não solucionaram os problemas com os atrasos dos julgamentos e das sentenças.

3.7 Conclusão do segundo capítulo

Neste capítulo vimos que a posição hierárquica do Conselho Político na administração da colônia sofreu modificação. Antes tinha que prestar contas da realização das suas atividades apenas para os Diretores dos XIX, mas a partir de 1637 estavam subordinados ao governador Maurício de Nassau e ao Alto e Secreto Conselho. As Instruções de 1636 deram aos novos dirigentes da colônia o direito de nomeá-los para o cargo que desejassem e enviar os conselheiros políticos para qualquer lugar da colônia e, para fora dela, a exemplo de Angola e Chile.

Foi visto no capítulo anterior que os conselheiros políticos estavam dispersos na colônia resolvendo as mais diversas atividades, ocupando os cargos de diretores e junto aos militares. No período nassoviano, nada disso fora alterado, a única diferença era que competia ao governador e aos conselheiros secretos a decisão do local, o tipo de funções e os cargos que os conselheiros políticos passariam a ocupar e desempenhar na colônia neerlandesa.

Percebe-se que o governador Maurício de Nassau e os altos e secretos conselheiros reconheceram desde o início que não poderiam, sozinhos, gerenciar a colônia nas proporções

³²³ LUCIANI, op. cit., p. 93.

³²⁴ Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO. Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista, op. cit., p. 402.

territoriais que o Brasil holandês passaria a ter em 1637. Por isso delegaram algumas funções e responsabilidades para os conselheiros políticos, mantendo-os em seus cargos e em algumas atividades, principalmente como diretores. Essa forma de distribuição administrava não seria modificada em nenhum momento. Nos anos de 1634 a 1654, os conselheiros políticos ocuparam os cargos de diretores e foram os responsáveis pela administração da colônia a nível local.

4 A ATUAÇÃO DO CONSELHO POLÍTICO NAS ESFERAS ADMINISTRATIVAS, ECONÔMICAS E JUDICIAIS E A SUA RELAÇÃO COM À ELITE AÇUCAREIRA

4.1 O acordo feito entre o Conselho Político e os luso-brasileiros em 1634

A invasão holandesa em 1630 afetou diretamente a população que vivia na capitania de Pernambuco. À medida que os exércitos neerlandeses avançavam em busca de novos territórios, a população apavorada fugia para o campo e para as regiões que estavam sob o domínio português.

O predicante Johannes Baers informa que os primeiros neerlandeses que entraram em Olinda se depararam com as casas vazias e abertas. Em algumas delas as mesas estavam postas para as refeições contendo comidas e bebidas.³²⁵ Ele ainda diz que ao fugir, as pessoas levaram os seus objetos valiosos, escondendo-os. Alguns conselheiros políticos torturaram os luso-brasileiros que estavam presos, justamente para saber onde tinham escondido o seu dinheiro e objetos de valor. Baers diz que, “fugiram com seus tesouros, e a maior parte dos bens para as aldeias, montes e engenhos do interior do país”.³²⁶

Um desses locais foi a vila de Igarassu. Joannes de Laet diz que grande parte dos habitantes de Olinda, fugiram para esta vila por causa de sua localização, consideravam-na uma região segura. Em 1632, os conselheiros políticos autorizaram uma expedição militar orquestrada pelo governador Waerdenburch e invadiram Igarassu, onde conseguiram um riquíssimo botim.³²⁷

A população fugia porque tinha receio da ação violenta dos soldados da Companhia, porém, os conselheiros políticos necessitavam do auxílio dos moradores para retomar as atividades econômicas e sociais da colônia.

Por conta disso, a relação entre o Conselho Político e a população era de benevolência, tentando atrair os moradores para o território neerlandês. Essa tática era totalmente apoiada pelos Diretores dos XIX, eles diziam que “O Conselho Político e os oficiais são exemplo para a população em geral. Por isso deveriam continuar com as relações cortesias entre eles”.³²⁸

³²⁵ BAERS, op. cit., p. 76.

³²⁶ Idem, p. 88.

³²⁷ LAET, op. cit., p. 260. (B)

³²⁸ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político, datada de 01 de agosto de 1635, op. cit., p. 135

Para atrair a população que havia fugido, os conselheiros políticos propuseram um acordo que foi firmado inicialmente com a Capitania de Pernambuco em 1632 e posteriormente no dia 26 de dezembro de 1634 com a população da Paraíba, chamado de “Capitulações da Paraíba”. Esse acordo se estenderia para o Rio Grande do Norte, Itamaracá e Pernambuco, e no ano de 1635, foi proposto aos moradores do sul de Pernambuco. O acordo prometia liberdade religiosa, proteção contra abusos dos neerlandeses e dos ataques dos guerrilheiros, prometia livre deslocamento pela colônia e o livre acesso aos navios neerlandeses caso precisassem viajar para a Europa ou se deslocar para qualquer lugar na colônia. Além disso, a população portuguesa teria os mesmos direitos e o mesmo tratamento que os neerlandeses, não havendo distinção entre ambos. A Companhia se comprometia a não aumentar os impostos, deixando-os pelo mesmo valor que pagavam ao governo português.³²⁹

O Conselho Político determinou que as pessoas que estivessem vivendo em território neerlandês sem aceitação do acordo, seriam perseguidas e consideradas traidoras, sendo severamente punidas.³³⁰

De acordo com o relato do cronista Diogo L. Santiago, um total de oito pessoas consideradas como os principais habitantes da colônia compareceram perante o Conselho Político. Juraram fidelidade ao governo neerlandês renunciando à Coroa Espanhola. Logo após a notícia de que os habitantes da Paraíba haviam aceitado o acordo com o Conselho Político, os moradores do Rio Grande do Norte também seguiram o mesmo exemplo aceitando as condições das Capitulações da Paraíba. Juraram obediência e lealdade ao Conselho Político em nome da Companhia.³³¹

Os conselheiros políticos nem sempre ficaram esperando a vinda voluntária dos moradores para o Recife. Pelo contrário, eles partiam para as regiões conquistadas na intenção de obter o juramento dos moradores.

No dia 10 de janeiro de 1635, o conselheiro político Jacob Stachouwer partiu junto com o coronel Arzciszewsky para Goiana com o objetivo de expulsar os guerrilheiros luso-brasileiros que estivessem na região assim como conseguir a subordinação dos moradores em relação às autoridades da Companhia.³³²

A aliança com a população luso-brasileira era fundamental para reativar a vida econômica e social da colônia. Mas, segundo Nascimento, os neerlandeses não confiavam

³²⁹ MELLO. *O Brasil holandês*, op. cit., pp. 126-128

³³⁰ CALADO, op. cit., p. 65

³³¹ LAET, op. cit., pp. 92-93. (D)

³³² Idem, p. 93. (D)

plenamente nos moradores, tinham receio de traições, pois alguns luso-brasileiros que estavam do lado neerlandês apoiavam os guerrilheiros portugueses repassando informações e os auxiliando nos conflitos.³³³ Os próprios Diretores dos XIX “determinam que dali em diante não mais confiassem em tais pessoas”.³³⁴

Gonsalves de Mello diz que estes [neerlandeses] “(...) parece que nunca tiveram momentos de descanso: permaneceram sempre de sobreaviso, olhando desconfiados os movimentos dos moradores da terra”.³³⁵ Por isso, precisavam que os juramentos de obediência e fidelidade fossem renovados ou garantidos.

No dia 28 de novembro de 1635, o Conselho Político decidiu enviar os conselheiros políticos Ippo Eissens e Willen Schott para percorrerem a colônia nas direções sul e norte com o intuito de renovar o juramento dos moradores em resposta a ameaça proveniente dos navios espanhóis avistados na costa, pois, com essa ameaça, os conselheiros tinham receio de que os habitantes da colônia tivessem esquecido o juramento e aderissem aos guerrilheiros portugueses. Para impedir essa situação, os conselheiros políticos deveriam perante a população, fazer “um bom governo para assim animar os cidadãos e manter os malevolentes à distância”. Para protegê-los, seria deixado na colônia um contingente de soldados.³³⁶

Mesmo com desconfianças e hostilidades entre luso-brasileiros e neerlandeses, a partir das Capitulações da Paraíba, várias pessoas iriam habitar a colônia. Sendo a imigração completamente incentivada. Porém, à imigração visava uma população bem específica, que, segundo o conselheiro político Jacob Stachouwer, não deveriam ser pessoas que possuíssem poucos recursos. Estas eram apenas um gasto a mais para a Companhia, mesmo porque seria preciso acomodá-las e sustentá-las com recursos dos armazéns. E como essas pessoas preferiam

³³³ NASCIMENTO, op. cit., p. 102.

³³⁴ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã para o Conselho Político datada de 31 de outubro de 1631, op. cit., p. 111.

³³⁵ MELLO. *Tempo dos Flamengos*, op. cit., p. 244.

³³⁶ IAHG. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 28/11/1635.

se fixar no Recife, o problema se agravava com a falta de alojamentos.³³⁷ Seria mais vantajoso a vinda de pessoas que tivessem dinheiro para serem aplicados e/ou investidos na colônia.³³⁸

Eram incentivadas a vinda de pessoas que possuíssem algum ofício ou de pessoas que tivessem capital para investimento nas atividades da colônia ou ainda de pessoas que almejassem adquirir terras para o cultivo da cana-de-açúcar. Incentivaram por fim, a vinda de funcionários da Companhia que, ao terminarem seu tempo de serviço, deveriam permanecer na colônia investindo seu salário em alguma atividade economicamente rentável que movimentasse a economia da colônia.³³⁹

O Conselho Político também incentivou a imigração e a povoação da colônia, visto que desejavam reativar as atividades comerciais e a produção açucareira. Para isso, precisavam de um número considerável de pessoas que pudessem lidar com a terra assim como capital para investir na economia. Portanto, o primeiro passo para se restabelecer os trabalhos da colônia tem início ainda no governo do Conselho Político, pois, buscaram atrair pessoas e, em nome da Companhia, investiram dinheiro para a reconstrução dos engenhos.

4.2 As dívidas dos conselheiros políticos com a Companhia das Índias Ocidentais

Para retomar o crescimento da produção açucareira foi necessário que a Companhia investisse altas somas de dinheiro na reconstrução dos engenhos destruídos.

Para isso, precisaram emprestar grandes quantias para os luso-brasileiros e vender os engenhos e as propriedades confiscadas a crédito com o pagamento sendo feito em parcelas anuais.

³³⁷ O grande fluxo de pessoas migrando para as áreas urbanas acarretava para o governo neerlandês um grave problema de alojamentos e de moradias, pois grande parte dessas pessoas objetivavam se fixar no Recife que era o centro econômico e administrativo da colônia neerlandesa. O Recife estava repleto de armazéns e casas, portanto, não tinha mais espaço para novas construções, e os aluguéis das casas no Recife eram elevados, chegando a ser seis vezes mais elevados que os aluguéis em Amsterdã. MELLO. *Tempo dos Flamengos*, op. cit., p. 88. Mello afirma que conseguir alugar um simples quarto era uma tarefa difícil no Recife. Para tentar solucionar o problema foram construídos sótãos e sobrados em cima dos armazéns da Companhia. As pessoas tinham que dividir o espaço com mercadorias e ficar em alojamentos superlotados. Idem p. 87. Segundo Wätjen, as pessoas que migraram ou permaneceram na colônia em sua maioria eram de “soldados que haviam dado baixa, pequenos artesãos, oficiais de sapateiros, mercadores e taberneiros, auxiliares de comércio, todos os quais pretendiam fazer a sua independência de vida, e uma vez por outra, também algum mestre-escola ou licenciado de medicina, afora moças e indivíduos outros sem eira nem beira.” WATJEN, op. cit., p. 380.

³³⁸ MELLO. *Tempo dos Flamengos*, op. cit., p. 58.

³³⁹ MELLO. *O Brasil holandês*, op. cit., p. 253-254.

A Companhia e os particulares acreditaram nos lucros vindo do açúcar e por isso emprestaram dinheiro para os senhores de engenho, lavradores e rendeiros.³⁴⁰ O pagamento desses empréstimos poderia ser feito através da entrega de uma parte ou de todo o açúcar produzido, isso dependeria da forma como a transação comercial havia sido acordada.³⁴¹

Gonsalves de Mello diz que: “Em 1637 foram vendidos a 23 holandeses, 21 engenhos pelo preço total de 1.026.877 florins. Para 14 portugueses, 17 engenhos pelo preço total de 437.000 florins e para os judeus 6 engenhos pelo preço total de 239.000 florins”.³⁴² Segundo Evaldo de Mello, o preço dos engenhos variava de 12 mil a 70 mil. Geralmente os menores preços ficavam entre 18 a 20 mil florins.

Nos anos de 1637 a 1638, a maioria das parcelas dos engenhos, foram divididas em seis pagamentos anuais e os novos donos teriam direito a 1 ou 2 anos de carência.³⁴³

Entre os compradores de engenhos neerlandeses a preferência foi dada as autoridades civis e aos militares, mas também foram vendidos para os comerciantes.³⁴⁴ Como já foi visto, os conselheiros políticos que adquiriram engenhos foram Servaes Carpentier, Willen Schott, Balthasar Wijntjis, Jacob Stachouwer, Hendrick Schilt e Ippo Eissens. Além deles também foram senhores de engenho, o governador Sigismund von Schkoppe, o fiscal Nicolas de Ridder, o ex-diretor dos armazéns e comerciante Wilhelm Doncker e o capitão Jan Hick.³⁴⁵

Os próprios conselheiros políticos contraíram dívidas para adquirir essas propriedades e muitos não haviam pago uma única parcela desse débito, a exemplo de Balthasar Wijntjis.³⁴⁶

A dívida dos conselheiros políticos com a Companhia era a seguinte: Servaes Carpentier devia aos cofres da WIC uma quantia de 159.429 florins,³⁴⁷ Willen Schott um total de 20 mil florins,³⁴⁸ Jacob Stachouwer tinha um débito junto com Nicolas de Ridder de 56.999 e outro sozinho de 88.612 florins.³⁴⁹ Por sua vez Hendrick Schilt tinha um saldo devedor de 72 mil florins.³⁵⁰

³⁴⁰ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 146.

³⁴¹ Idem, p. 146.

³⁴² MELLO, José A. Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Ed. Massangana, 1996, p. 196.

³⁴³ MELLO. *Olinda Restaurada*, op. cit., p. 325.

³⁴⁴ Idem, p. 324.

³⁴⁵ Relatório sobre o estado das Capitânicas no Brasil, datado de 10 de dezembro de 1639. In: MELLO. Fontes para a história do Brasil holandês: economia açucareira, op. cit., pp. 142-175.

³⁴⁶ MELLO. *O bagaço da cana*, op. cit., p. 91.

³⁴⁷ Idem, p. 78.

³⁴⁸ Idem, p. 39.

³⁴⁹ Idem, p. 35.

³⁵⁰ Idem, p. 65.

Gonsalves de Mello relata que mesmo com as elevadas dívidas que os civis tinham com a Companhia, nunca deixaram de serem ajudados e de terem empréstimos concedidos. Pode-se afirmar que a Companhia tinha interesses econômicos ao conceder esses empréstimos, pois visava a reconstrução dos engenhos e o investimento dos insumos necessários para a produção açucareira, porém, nem todo pedido era considerado pelo Conselho Político como um investimento lucrativo para a Companhia e, por isso, alguns pedidos foram rejeitados.

No dia 26 de setembro de 1636, o conselheiro político Willen Schott, defendeu o pedido de empréstimo de senhores de engenho e lavradores portugueses dizendo o seguinte: Próximo ao Cabo de Santo Agostinho havia alguns engenhos, estes pertenciam aos portugueses, mas não haviam sido vendidos pela Companhia. Os lavradores e senhores de engenho da região, alegavam que poderiam colocar os engenhos para moer naquele ano, porém não poderia fazê-lo sem a ajuda da Companhia. Estavam sem recursos por causa dos conflitos ocorridos no Cabo nos últimos dois anos. Por isso pediram um empréstimo de 2 a 3 mil florins e alguns bens de comércio. O pagamento seria feito com o açúcar da primeira colheita.

Willen Schott acreditava que tal investimento seria vantajoso para a Companhia, pois poderia ter ganhos futuros. O Conselho Político, todavia, não tinha essa mesma opinião, decidiu que não seria nem um pouco vantajoso para a Companhia emprestar dinheiro e bens de comércio para os portugueses.³⁵¹ Logo, o empréstimo foi negado.

Vê-se que no próprio Conselho Político havia divergência de ideias, mas como algumas decisões deveriam ser tomadas pela maioria, prevalecia o que a maior parte dos conselheiros políticos que se reuniam no Recife consideravam ser o mais vantajoso para a Companhia.

Não apenas as pessoas tinham dívidas com a Companhia, o contrário também acontecia, pois, os conselheiros políticos precisavam abastecer a colônia e na maioria das vezes recorriam a compras a crédito tornando-se devedores dos comerciantes e dos cidadãos livres. Alguns comerciantes se recusavam a vender mercadorias à crédito ao Conselho Político, pois não tinham garantias de receber o pagamento pelos seus produtos.³⁵²

A população civil também se recusou a vender produtos para os dirigentes da colônia. O Conselho Político justificou essas atitudes dizendo que alguns oficiais portugueses estavam influenciando a população para que não fizessem acordos comerciais com a WIC, prejudicando os interesses dessa empresa na colônia. Por causa disso, três capitães portugueses foram presos

³⁵¹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 04/09/1636.

³⁵² Idem, 13/09/1635.

e sentenciados, junto com seus oficiais e soldados, a serem presos no forte Prins Willen na região de Afogados sendo vigiados pelo comandante deste forte.³⁵³

O principal motivo para a recusa da população em negociar com o Conselho Político era a já existente dívida da Companhia com os habitantes.

Por causa das diversas dívidas, os habitantes negam fornecer farinha e animais para o mantimento de nossos soldados, o que nós compreendemos a partir de uma missiva do Coronel do exército, que precisava dessas provisões, e ele requer que isto seja resolvido de qualquer maneira. Assim foi decidido pedir um empréstimo com Issac de Rassierè, comerciante livre desta cidade, e reembolsá-lo com açúcar, que está pronto no Cabo ou que ainda terá que ser recebido.³⁵⁴

Segundo Hermann Wätjen, o Conselho Político sentia-se envergonhado quando os lavradores vinham cobrar suas dívidas com a Companhia e voltavam para casa sem ter recebido um único centavo.³⁵⁵ A população civil também tinha dívidas para quitar e mantimentos para comprar. Esta situação só poderia gerar insatisfação por parte dos moradores e comerciantes.

Geralmente, essas dívidas eram contraídas na compra de víveres para serem distribuídos na colônia, inclusive numa reunião no Conselho Político, no dia 13 de setembro de 1635, o único ponto debatido foi sobre a falta de farinha e de animais para abastecer os soldados e de insumos que estavam faltando em outros lugares. Isso demonstrava o quão importante e preocupante era para o Conselho Político o abastecimento da colônia.³⁵⁶

4.3 As mercadorias que eram comercializadas na colônia e na Europa

Era função da Companhia das Índias Ocidentais abastecer a colônia com víveres, armamento, munições, materiais de equipagem, matérias de construção, tecidos para confecções de roupas, enfim, deveria prover a colônia de tudo que fosse necessário para garantir o sustento dos soldados, da população civil e dos seus próprios funcionários.

Os víveres deveriam ser enviados para os soldados nos fortes e nos campos de batalhas, deveriam abastecer os mercados, os navios da frota neerlandesa que defendia o litoral e os

³⁵³ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 29/09/1635.

³⁵⁴ Idem, 16/11/1635.

³⁵⁵ WATJEN, op. cit., p. 311

³⁵⁶ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 13/09/1635.

navios que partiam em direção as Províncias Unidas.³⁵⁷ Esse abastecimento deveria ser feito, pelo menos, até que a colônia pudesse se auto sustentar.³⁵⁸

Os víveres que abasteciam a colônia vinham da Holanda desde o início da conquista da capitania de Pernambuco em 1630 e estavam destinados não apenas aos moradores dos centros urbanos, mas também aos moradores da zona rural, incluindo nesse abastecimento os indígenas aliados dos neerlandeses.³⁵⁹

Gonsalves de Mello diz que da Holanda vinha tudo o que era necessário para a subsistência da população da colônia como: “a carne de boi e de carneiro salgada, toucinho, presunto, língua, salmão, bacalhau salgado e seco, arenque, farinha de trigo, vinho de Espanha, francês e do Reno, cerveja, queijo, manteiga, azeite, azeitonas, alcaparras, figo, passas, amêndoas etc.”³⁶⁰ Além dos gêneros alimentícios também eram enviados para a colônia, tijolos, tábuas e armas.

Segundo o soldado alemão Richshoffer, “A 31 entraram no porto dous hyates, chamado *Pernambuco* e *Curae*, junto com um navio mercante, trazendo, além de 80 soldados e víveres, carrinhos de mão, pallissados, pranchões e toda sorte de materiais próprios para entrincheiramento e edificações”.³⁶¹ Trouxeram artigos de luxo, que eram apreciados pelos senhores de engenho, como as velas de cera holandesas, tecidos flamengos, panos de linho, chapéus enfeitados com plumas.³⁶² Além desses artigos, foram enviados da Holanda alguns animais para criação, como porcos, galinhas, gansos, patos. Vieram gatos para caçar os ratos nos armazéns, já que esses davam grandes prejuízos para a Companhia ao consumir as mercadorias armazenadas, além de ser transmissores de doenças.³⁶³

Produtos procedentes de outros países também foram exportados para a colônia como a madeira dos Países Bálticos, os sapatos e chapéus importados da Inglaterra, especiarias provenientes das Índias Orientais e também o marfim e o ouro vindos da Guiné.³⁶⁴

O abastecimento de víveres na colônia não tinha como rota apenas Holanda e Recife, também era feito no sentido Recife, interior e Capitánias. O Conselho Político era encarregado

³⁵⁷ Relatório sobre o Estado das Capitánias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 212

³⁵⁸ WATJEN, op. cit., p. 448.

³⁵⁹ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 163.

³⁶⁰ Idem, p. 129.

³⁶¹ RICHSHOFFER, op. cit., p. 75.

³⁶² MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 165.

³⁶³ Idem, p. 165.

³⁶⁴ Idem, p. 166.

de fazer a distribuição e atender aos pedidos dos diretores e dos fortes, enviando os víveres necessários.³⁶⁵

Por outro lado, nem todos os víveres eram importados, alguns eram obtidos na própria colônia. Com as dificuldades de abastecimento por parte da Companhia, os víveres produzidos no território colonial tornaram-se importantes para o abastecimento da população e dos soldados. Esses víveres também serviam de alimento para as tripulações dos navios que iam para a Europa e para a África, entre eles, de acordo com Claude G. Papavero, estavam “a farinha de mandioca, as frutas em conserva, a carne salgada e os legumes”.³⁶⁶ Dos víveres que Gonsalves de Mello intitula de “víveres da terra”, o mais importante era a farinha, tornando-se a base alimentar da colônia neerlandesa.

A WIC enviou um carregamento de farinha de trigo, mas o conselheiro político Jacob Stachouwer, por causa da falta de dinheiro para comprá-la, propôs trocar o trigo pela farinha de mandioca. Essa troca seria feita com os portugueses pela mesma quantidade de trigo.³⁶⁷

Em 1636 os neerlandeses perceberam as vantagens da farinha de mandioca que já era altamente consumida pelos colonos. Ippo Eissens pediu aos conselheiros no Recife o envio de um cruzador com carregamento de víveres para ser utilizado como rancho e na negociação para se obter farinha.³⁶⁸ A farinha, portanto, tornou-se um produto essencial para o consumo dos neerlandeses. Estes, em alguns momentos, trocaram os víveres que eram de extrema importância para a colônia, a fim de obter farinha.

Com a necessidade de víveres, o governo neerlandês obrigou a população do campo a plantar mandioca. A mandioca produzida deveria ser vendida para a Companhia pelo preço de 6 *schelins*³⁶⁹ por alqueire de mandioca.

O Conselho Político percebeu que alguns portugueses estavam se recusando ou não estavam fornecendo farinha suficiente. Para solucionar este problema, enviou o português, o

³⁶⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 05/04/1635.

³⁶⁶ PAPAVERO, Claude G. *Mantimentos e víveres: o domínio colonial holandês no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. São Paulo: Ed. USP, 2002, p. 97.

³⁶⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 08/04/1636.

³⁶⁸ Idem, 20/01/1636.

³⁶⁹ Na colônia, costumava-se, calcular o preço do açúcar na moeda holandesa o schelin. Portanto, 1 schelin valia 0,30 de florim. WATJEN, op. cit., p. 436. O stuivers valia a vigésima parte do florim da Holanda. PEREIRA. Batalha Naval de 1640. In: RIAGHB, op. cit., p. 30 Ou ainda, o stuivers era uma valor variável que em geral valia 1/48 de um rijksdaalder, também moeda holandesa que valia 48 stuivers. O Schelin tinha o valor de 6 stuivers. BLOKLAND, Ann; GALLINDO, Pablo Marcy B. *Glossário*. In: IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen. p. 56

Senhor Gonçalo de Souza, com ordem e autorização para procurar a farinha nas propriedades dos colonos e comprá-la, trazendo-a para a Companhia.³⁷⁰

A preocupação para se obter farinha era visível no governo do Conselho Político estendendo-se também no período nassoviano, culminado com a obrigatoriedade de se plantar mandioca.³⁷¹

Além da farinha, Gonsalves de Mello fala sobre os demais víveres da terra que abastecia a população:

Além da mandioca tem o Brasil muitos outros gêneros alimentícios como: arroz, milho, batatas, inhames, abóboras, melões, limões d'água, pepinos, favas grandes e pequenas, pacovas, bananas, jerimuns, mamões e muitas árvores de frutos como coqueiros, cajueiros com seus cajus e castanhas, araticuns, maracujás, mangabas, etc., e ainda couve, rabanete, alface, beldroegas e muitos outros legumes.³⁷²

Além desses gêneros, havia outros produtos que deveriam ser exportados para serem comercializados na Europa. No caso da América portuguesa e posteriormente da colônia neerlandesa, era o açúcar a principal mercadoria de exportação e de negociação, porque esta era uma mercadoria de grande aceitação no mercado europeu, além de uma importante moeda de troca e de comercialização que representava o status social da colônia.

As pessoas que o produzia formavam a elite colonial privilegiada e detentora do poder social e administrativo na América portuguesa. Porém, este não era o único produto comercializado pelos luso-brasileiros e posteriormente pelos neerlandeses, como afirma Pedro Calmon, não “(...) era só o açúcar a fortuna da terra”³⁷³ também eram exportados em larga escala o pau-brasil e em menor escala o fumo. Em uma quantidade considerável também eram exportadas frutas cristalizadas como laranjas, gengibres, sidra, ananás e os doces.³⁷⁴

Gonsalves de Mello diz que “Em cartas particulares, do Recife, encontram-se muitas vezes referências a presentes de ‘caixas de doces’, para amigos, para os diretores, para as esposas distantes”.³⁷⁵ A maioria dos doces era consumido na própria colônia.³⁷⁶ Além das frutas cristalizadas também eram exportadas frutas naturais como laranjas, abacaxis, cocos, entre outros.

³⁷⁰ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 30/01/1636.

³⁷¹ Idem 14/12/1637.

³⁷² Relatório sobre o Estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 198

³⁷³ CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XVI – as origens (conclusão) século XVII – formação brasileira V. 2*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959, p. 612.

³⁷⁴ WATJEN, op. cit., p. 438.

³⁷⁵ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 155.

³⁷⁶ WATJEN, op. cit., p. 438.

Outra mercadoria com grande aceitação no mercado europeu era o pau-brasil. Este era destinado as tinturarias com a função de tingir tecidos.³⁷⁷ Nos primeiros anos da ocupação neerlandesa, grande parte da madeira enviada para as Províncias Unidas, foi por intermédio das atividades corsárias, porém, o fluxo de madeiras saqueadas não satisfazia às necessidades do mercado da República pelo pau-brasil, exigindo um número cada vez maior dessa madeira.

A comercialização do pau-brasil era monopólio da Companhia, porém não tinha como fazer a extração e o deslocamento da área de corte para os armazéns. Por isso eram feitos contratos com os particulares para que fizessem todo esse trabalho.³⁷⁸

Além dessas mercadorias, havia o sal. Este era de fundamental importância para a conservação dos alimentos. Os Diretores dos XIX, ordenaram que os conselheiros políticos investigassem as salinas na Costa brasileira para extração do sal, além de cuidar dos direitos de extração e da comercialização do produto.³⁷⁹

Um contrato para se fazer a extração do sal e comercializá-lo com a Companhia utilizando os seus próprios recursos e tripulação dizia o seguinte: O capitão do cruzador ‘De Gijsseling’, Claes Cornelisz, durante uma reunião do Conselho Político, relatou que estava faltando sal para a população na colônia, mas ele poderia obtê-lo navegando pelo litoral com os seus próprios recursos e tripulação. Todavia, para isso, precisaria ser dispensado de seus serviços na Companhia e em seguida contratado por ela. Depois que estivesse de posse do sal, poderia vendê-lo aos habitantes ou a Companhia.

Para realizar essa atividade, Cornelisz deveria pagar um determinado valor que seria determinado pelo Conselho Político.³⁸⁰ A proposta foi aceita, pois era lucrativa e ao mesmo tempo necessário para a Companhia que, assim como os moradores, também necessitava de sal.

Outra mercadoria negociada na colônia, foi o gado. Este era destinado para consumo, mas também para o trabalho nos engenhos e para o transporte das mercadorias nas estradas.³⁸¹

³⁷⁷ Todavia, havia outras maneiras de se utilizar essa madeira nas Províncias Unidas. De acordo com Simon Schama, o pau-brasil era utilizado nos reformatórios, chamado de Casa de Amsterdã ou Casa de Correção ou ainda as Tugthuis para onde eram enviados os delinquentes e mendigos. Nesse local as pessoas trabalhavam serrando as madeiras para as tinturarias, ou seja, faziam trabalhos de marcenaria. Os detentos trabalhavam em turnos de quatorze horas e serravam um total de vinte a trinta quilos de madeira, recebiam oito e meio stuivers por dia. A Tugthuis recebeu o monopólio da madeira, segundo Schama, os trabalhos nos reformatórios dependiam da quantidade de madeira exportada e extraída na colônia. SCHAMA, op. cit., p. 29.

³⁷⁸ MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., p. 155.

³⁷⁹ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã para o Conselho Político datada de 01 de agosto de 1635, op. cit., p. 137.

³⁸⁰ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 24/10/1635

³⁸¹ RIBEIRO, Joaquim; RODRIGUES, José Honório. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 128

A região que mais era citada como criadora de gado foi Porto Calvo, mas seus habitantes também produziam: farinha, açúcar, fumo e pescado da terra.³⁸²

Os locais em que os produtos estavam distribuídos na colônia no tempo português perdurando no governo holandês pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 5 – Distribuição da produção comercial na colônia neerlandesa ³⁸³

Capitanias	Artigos comercializados	As localidades de onde provinham as mercadorias
Pernambuco	Açúcar	Várzea, Ipojuca, Igarassu, Sirinhaém, Cabo de S. Agostinho, Santo Amaro do Jaboatão, Porto Calvo, São Lourenço e Muribeca.
	Farinha	Jaboatão-Muribeca, São Lourenço, Ipojuca, Sirinhaém, Várzea, Cabo de S. Agostinho, Una, Porto Calvo, Alagoas e São Francisco.
	Pau-brasil	São Lourenço, Zona da Mata e ao longo da bacia do Capibaribe (oeste)
	Gado	Porto Calvo, Una, São Francisco, Cabo de S. Agostinho, Alagoas e ao longo da bacia do Capibaribe (oeste)
	Frutas Tropicais	Jaboatão-Muribeca, São Lourenço, Várzea e Cabo de S. Agostinho
	Fumo	Sirinhaém, Ipojuca, Cabo de S. Agostinho, Porto Calvo, Una e São Francisco
	Peixes ou pescado ³⁸⁴	Jaboatão-Muribeca, Cabo de S. Agostinho, Várzea, São Lourenço, Una, Porto Calvo, Alagoas e São Francisco

³⁸² RIBEIRO; RODRIGUES, op. cit., p. 128

³⁸³ MELLO. *Olinda Restaurada*, op. cit., pp. 72-74; Relatório sobre o estado das Capitanias no Brasil, datado de 10 de dezembro de 1639. In: MELLO. Fontes para a história do Brasil holandês: economia açucareira. Op. Cit., p. 141-176; NASCIMENTO. op. cit., pp. 168-171; Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630. In: MELLO. Fontes para a história do Brasil holandês: economia açucareira, op. cit., pp. 35-46; RIBEIRO; RODRIGUES, op. cit., p. 128.

³⁸⁴ O peixe era uma grande fonte de sustento e de renda para colônia. Na colônia holandesa, a pesca era vista como uma complementação da alimentação dos soldados, como assinala Miranda. MIRANDA, op. cit., p. 146 Ainda diz que a WIC tentava estimular a pesca para abastecer a colônia de alimentos que estavam em falta. Idem p. 146. Afirma-nos Nascimento, que a utilização dos peixes na dieta dos soldados e dos holandeses eram totalmente favoráveis em face a pouca diversidade que a monocultura da cana propiciou para a agricultura. NASCIMENTO, op. cit., p. 159.

Paraíba	Açúcar, legumes, pescado de rio e de mar, caça e frutas tropicais	Paraíba
Rio Grande do Norte	Açúcar	Cunhaú, Potigi
	Gado	Cunhaú, Potigi, Guajana, Natal
	Farinha	Cunhaú, Potigi e Natal
	Peixe ou pescado	Cunhaú e Natal
	Sal	Cunhaú e Natal
Itamaracá	Açúcar	Goiana, Abiaí e Taquara, São Lourenço de Tejupano e Araripe
	Pau-brasil	Goiana
	Peixe ou pescado	Goiana, Taquara, São Lourenço de Tejupano e Araripe
	Frutas tropicais	Goiana, São Lourenço de Tejupano e Araripe
	Farinha	Goiana, Araripe

Essas mercadorias foram importantes para o crescimento econômico da colônia e grande parte da negociação delas era feita pelo Conselho Político, assim como o seu transporte. Discutiremos em seguida como o traslado das mercadorias era feito na colônia.

4.4 Transporte das mercadorias na colônia e no Atlântico

Nos primeiros anos de conquista, por causa das ações das guerrilhas, o transporte por terra tornou-se impraticável devido aos riscos de emboscadas e furtos.³⁸⁵ Também era dificultado no período do inverno, por causa da ação das chuvas, pois o solo ficava encharcado.

³⁸⁵ NASCIMENTO, op. cit., p. 97.

As mercadorias precisavam ser escoltadas por grandes comboios de soldados para atravessar caminhos estreitos cercados pela vegetação.³⁸⁶

Segundo Nascimento, o transporte do açúcar nos engenhos que ficavam ao norte e ao sul do Recife era regularmente feito por vias fluviais, sendo levados para os portos através de pequenos barcos,³⁸⁷ que além do açúcar levavam madeira, sal e frutos tropicais.³⁸⁸

Esses barcos eram essenciais para garantir um rápido transporte das mercadorias. Se fosse feito por terra levaria muito mais tempo saindo do interior para o Recife e vice-versa, sem falar no fato de que a demora do transporte acarretava o aumento do preço das mercadorias.³⁸⁹ Portanto, as vias fluviais eram essenciais para os neerlandeses. Porém, constatamos na documentação analisada que nem sempre o traslado do açúcar poderia ser feito pelos rios. Em alguns momentos, devido a impossibilidade de navegação, por causa das enchentes, o transporte do açúcar tinha que ser feito por via terrestre.

Nas Nótulas Diárias de 1635, foi visto um exemplo desse caso: o conselheiro político Willem Schott enviou uma missiva para o Conselho Político pedindo o envio de um barco pelo rio Jangada para o transporte de açúcar. Os conselheiros políticos deliberaram sobre o assunto junto com o mestre de equipamento e decidiram que o deslocamento do açúcar deveria ser feito por terra em carroças até a região de Barreta que ficava ao sul do Recife. Essa decisão foi tomada, por causa da demora no envio de um barco e pela impossibilidade de se trafegar nesse rio nos períodos de chuva.³⁹⁰

De acordo com Laet, os períodos das chuvas iniciavam no mês de abril e se estendiam até setembro.³⁹¹ Nesse período as disputas militares diminuía ou cessavam por conta da dificuldade no deslocamento das tropas assim como para preservação dos armamentos e munições.³⁹² Mas também impossibilitava o traslado das mercadorias tendo que pensar em meios para burlar as intempéries na colônia, isso tornava as rotas terrestres, com o passar dos anos e, principalmente, com a conquista de algumas regiões, num caminho viável.

³⁸⁶ Fragmento ou post-scriptum achado com uma carta do governador Waerdenburch, em Antônio Vaz, aos Estados Gerais, e a ela pertencente, datado de 31 de maio de 1631. In: Documentos holandeses, op. cit., p. 69.

³⁸⁷“As fontes batavas os denominam *baercqiens* ou *baerquiens*. Eram as mesmas descritas por Gilberto Freyre como *barcaças*” NASCIMENTO, op. cit., p. 97.

³⁸⁸ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004, p. 68.

³⁸⁹ Outro motivo para o aumento do preço se devia a uma safra ruim que poderia ter sido alvo de pragas, enchentes ou poderia ter produzido em pouca quantidade e só o suficiente para o consumo local e também da ação humana como o ataque de inimigos portugueses. WATJEN, op. cit., p. 482.

³⁹⁰ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 30/04/1635.

³⁹¹ LAET, op. cit., p. 258. (C)

³⁹² IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 12/05/1635

De acordo com Rômulo Nascimento, com o transporte terrestre, a vida social e econômica da colônia começava a se refazer³⁹³ e o apaziguamento da região se inicia durante o governo do Conselho Político, pois com as guerrilhas se concentrando no sul, o deslocamento dos conselheiros políticos e das pessoas que viviam na colônia era relativamente seguro, a partir de 1635, nos poucos caminhos conhecidos e traçados pelos neerlandeses, principalmente nas regiões que ficavam ao norte de Pernambuco.³⁹⁴ Por exemplo: em 19 de junho de 1635, o conselheiro político Servaes Carpentier partiu por terra para a Paraíba e Ippo Eissens partiu para Itamaracá.³⁹⁵ Também se deslocavam por terra onde os exércitos estavam acampados nas áreas ao sul do Recife.

No dia 4 de agosto de 1635, o senhor Willen Schott partiu de Barra Grande, em Alagoas, para o Recife por terra e no caminho comprou farinha e animais que eram destinados para o exército.³⁹⁶ Portanto, o deslocamento para o Sul de Pernambuco também poderia ser percorrido por terra, na medida em que o território pouco a pouco estava sendo conquistado pelos neerlandeses, o que permitiria essa via de locomoção. (Sobre a movimentação dos conselheiros ver o quadro na página 63).

Ao analisarmos a documentação e a bibliografia, vê-se que à medida em que a Companhia conquistava cada vez mais territórios, aumentava a necessidade dos meios de deslocamentos para regiões cada vez mais distante do Recife. Isso elevava os gastos da Companhia com os meios de locomoção, pois os neerlandeses ficavam à mercê dos luso-brasileiros que controlavam os pequenos barcos. Esse fato era agravado porque os neerlandeses não poderiam dispor totalmente de suas embarcações, pois os barcos estavam ocupados transportando os soldados.³⁹⁷ Isso levou o Conselho Político a buscar outros meios para a circulação de mercadorias. Contando, para isso, com a ajuda da população civil.

Levando em consideração que tanto as mercadorias, quanto a população necessitava de meios seguros para se deslocarem, algumas pessoas, aproveitando dessa oportunidade, pediram permissão ao Conselho Político para fazer o transporte de passageiros em vias fluviais.

Em 31 de dezembro de 1636, o cidadão livre Andries Pietersz Mansveld pediu autorização ao Conselho Político para construir uma casa próximo ao rio Jangada, utilizaria a casa para acomodar as pessoas que transitavam pelo rio ou nas proximidades. Requereu, também, o direito de fazer a travessia das pessoas nesse rio. Os conselheiros políticos

³⁹³ NASCIMENTO, op. cit., p. 117.

³⁹⁴ Idem, p. 115.

³⁹⁵ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 19/06/1635.

³⁹⁶ Idem, 04/08/1635.

³⁹⁷ NASCIMENTO, op. cit., p. 97.

autorizaram os pedidos, mas a travessia dos passageiros seria pelo período de um ano e deveria pagar a Companhia 60 florins, além disso, deveria se comprometer a fazer a travessia de qualquer funcionário da Companhia, independente do seu cargo, de forma gratuita sem qualquer recusa. Em relação as demais pessoas, sendo cidadãos livres, luso-brasileiros, judeus ou negros, tinha permissão de cobrar 3 *stuivers* por pessoa e 6 *stuivers* por animais, sobretudo os cavalos.
398

Essa medida demonstra as oportunidades que o Conselho Político encontrou para locomoção dos seus funcionários sem gastar os recursos da Companhia e sem desviar as chalupas e os iates do transporte dos soldados e das mercadorias.

Segundo Bruno Miranda, os víveres eram deslocados do Recife para as demais regiões pelo mar ou pelos rios, enquanto que mercadorias como a farinha e carne eram transportadas por terra, sendo levadas para as guarnições que também possuíam seus depósitos e para os armazéns de onde seriam despachados para as áreas conquistadas que estavam com escassez de recursos, assim como as zonas de conflito.³⁹⁹

Grande parte dessas mercadorias tinha como destino os navios que iam para as Províncias Unidas. Geralmente, os navios só poderiam partir em direção a pátria quando estivessem completamente abastecidos e carregados. Por isso demoravam longo tempo atracados nos portos à espera das mercadorias que na maioria das vezes vinha do interior.

Segundo Watjen, essa espera poderia durar de 8 a 16 semanas (2 a 4 meses), pois os capitães deveriam esperar os períodos das safras da cana para serem feitas as colheitas. Charles Boxer diz que a colheita tinha início em setembro e findava em abril.⁴⁰⁰ Junto com a colheita da cana, havia a fabricação do açúcar e o seu transporte do campo para o Recife e tudo isto demandava um certo tempo.

Um exemplo disso foi o contrato do Conselho Político com o capitão Jacob Jansz Peen do cargueiro o “De Zeeuw”, este deveria transportar o açúcar e o pau-brasil pelo valor de 7800 florins, sob a condição de que ficaria ancorado por três meses para que fosse carregado de acordo com o que estava estabelecido no contrato.⁴⁰¹ Neste entretanto, os navios ficavam fazendo a patrulha da costa, tanto para vias de defesa de possíveis hostilidades, quanto de oportunidades de apressamento dos navios portugueses.⁴⁰²

³⁹⁸ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 31/12/1636.

³⁹⁹ MIRANDA, op. cit., p. 122.

⁴⁰⁰ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 198.

⁴⁰¹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 08/10/1635.

⁴⁰² WATJEN, op. cit., p. 532.

Em 1636, houve queixa do Conselho Político em relação a demora desses navios nos portos e que pela falta de manutenção estavam ficando deteriorados, então foi solicitado que partissem o mais rápido possível.⁴⁰³

Ao mesmo tempo em que era benéfico para a colônia a permanência desses navios nos portos por motivos de defesa, também representavam um gasto a mais para a Companhia, pois tinham que suprir os tripulantes com tudo o que era necessário, além de arcar com o conserto das embarcações danificadas.⁴⁰⁴

À medida que o Conselho Político avançava territorialmente na América portuguesa, o fluxo de mercadorias e de pessoas circulando na colônia aumentou gradativamente, principalmente com o fim do monopólio da Companhia das Índias Ocidentais, em 1634. Abrindo espaço para que os negociadores das Províncias Unidas, os comerciantes luso-brasileiros e os cidadãos-livres pudessem participar da economia colonial.

4.5 As vantagens e as desvantagens da liberdade de comércio

A WIC não tinha condições de abastecer de forma satisfatória a colônia e nem os comerciantes⁴⁰⁵ tinham interesse em fazer esse abastecimento nas quantidades necessárias e exigidas pela população e militares, isso se deu por conta das condições de comércio que a WIC exigia.⁴⁰⁶ As pessoas deveriam usar exclusivamente os navios da Companhia para o transporte das mercadorias e teriam que pagar altas taxas de importação e exportação junto com as taxas de comboio, ancoragem, fretes, além de cumprir outras obrigações.⁴⁰⁷

⁴⁰³ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 04/02/1636.

⁴⁰⁴ Por isso em vários momentos a Companhia iria utilizar os serviços dos navios fretados, pois o custo com a manutenção do próprio navio era muito alto, para evitá-lo iria utilizar navios alugados para fazer o transporte das mercadorias, principalmente os bens de comércio dos particulares. O preço do aluguel dos navios era variável dependendo do tamanho da embarcação, da quantidade de armamento e da sua capacidade naval. Os preços poderiam variar de 14 a 17 mil florins por mês. Mas, também poderia se fazer um acordo e a viagem de ida e volta da colônia poderia custar de 4 a 6 mil florins. WATJEN, op. cit., p. 450.

⁴⁰⁵ Estas pessoas eram os particulares ou negociadores, ou ainda comerciantes-livres. Elas procediam das Províncias Unidas, de outros locais da Europa e da própria colônia. WATJEN, op. cit., p. 449.

⁴⁰⁶ NEME, op. cit., p. 147.

⁴⁰⁷ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 106. Um dos principais problemas enfrentados pelo Conselho Político era a falta de víveres na colônia. Estes procediam, nos primeiros anos, das Províncias Unidas e não eram enviados em quantidade suficiente para suprir a colônia. Sem falar que grande parte das mercadorias chegavam estragadas devido ao seu mau armazenamento. Watjen diz que as pipas de azeite e de vinho eram colocadas por cima das caixas que continham pólvoras, queijo, toucinho, trigo e também tecidos de lã, de seda ou de linho, esses produtos eram colocados ao lado das caixas contendo bacalhau, alcatrão e arenque. Por causa da péssima qualidade do material das pipas, durante a viagem, que poderia durar de três a quatro meses, o azeite e o vinho vazavam caindo sobre as mercadorias que ficavam em baixo e ao lado, estragado os bens de comércio e, principalmente, os gêneros de primeira necessidade. WATJEN, op. cit., p. 471. Por causa da crise de abastecimento, o Conselho Político acusava o Conselho dos XIX de não enviarem recursos (víveres) suficientes para abastecer a colônia. Em

Charles Boxer mostra outros fatores que contribuíram para o desinteresse dos particulares em negociarem com a colônia. Ele diz que os negociadores usavam como pretexto o fato da colônia estar envolvida em constantes conflitos militares e que a presença das guerrilhas luso-brasileiras não permitia um comércio pacífico.⁴⁰⁸ Na realidade, essa possibilidade de fato só iria existir a partir de 1635, quando a Companhia teria o controle de algumas regiões da Paraíba, de Itamaracá, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco.

Em 1634, os diretores dos XIX decidem pelo fim do monopólio comercial da Companhia em caráter temporário. Tinha como objetivo evitar a falta de mercadorias,⁴⁰⁹ além de favorecer o crescimento das atividades comerciais no sentido Metr pole – Colônia.

Em 1635, os Diretores dos XIX enviaram uma carta para o Conselho Político informando que assim que as negocia es com os portugueses fossem iniciadas, os particulares das Províncias Unidas poderiam enviar suas mercadorias para a colônia.⁴¹⁰

A Companhia manteria sob o seu controle as exporta es de provisões, muni es, pau-brasil e de escravos.⁴¹¹ A liberdade comercial de 1634 perdurou até 1636. Nas Províncias Unidas havia divergências em rela a o ao fim do monopólio, a Zelândia era contra e a Holanda a favor.

Os Estados Gerais, segundo Boxer, decidiram a favor dos zelandeses. Estes alegavam que os primeiros anos da domina a o neerlandesa era permeado por conflitos e seria justo que a Companhia pudesse aproveitar os lucros provenientes da colônia. Por sua vez, a Câmara de Amsterdã, principal defensora da liberdade comercial, defendia que a Companhia não tinha como enviar recursos suficientes para a colônia e nem comprar o seu a u car, mas com o fim do monopólio passaria a lucrar com as taxas e os fretes.⁴¹²

contrapartida, os Senhores do XIX afirmavam que os recursos enviados eram suficientes para abastecê-la. O problema era a má administra a o e a distribui a o feita pelos conselheiros políticos desses víveres. Defendendo esse ponto de vista, os XIX diziam que “o envio de tantos recursos para o Brasil era muito custoso para a Companhia. Por isso pedem aos conselheiros que controlem a distribui a o dos víveres.” XAVIER. Resumo da Carta da câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 31 de outubro de 1631, op. cit., p. 111. Apesar dos diretores da WIC afirmarem que estavam cumprindo com o seu dever no abastecimento da colônia, podemos perceber que esse problema ia muito além da m  administra a o do Conselho Político, pois como vimos acima, os víveres já chegavam a colônia estragados e em quantidades que, ainda em 1630, eram consideradas insuficientes para abastecer todas as pessoas a serviço da WIC. Para administrar o armazém no Recife e cuidar do abastecimento na colônia, o Conselho Político nomeou para diretor Willem Doncker. HEIJER, op. cit., p. 34. A sua primeira carta para o Conselho dos XIX, sobre a situa a o dos armazéns não era nada animadora. Doncker informou que nos depósitos os alimentos estavam repletos de ratos e insetos e que os barris de bacalhau, corrompidos, exalavam um cheiro f tido. Ele não se agravava de executar esta tarefa por consider -la difícil. WATJEN, op. cit., p. 294.

⁴⁰⁸ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 106.

⁴⁰⁹ XAVIER. Resumo da Carta da C mara de Amsterdã para o Conselho Político datada de 12 de Novembro de 1635, op. cit., p. 143.

⁴¹⁰ XAVIER. Resumo da Carta da C mara de Amsterdã para o Conselho Político datada de 19 de Abril de 1635, op. cit., p. 133.

⁴¹¹ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 107.

⁴¹² Idem, pp. 108-109.

A discussão nas Províncias Unidas sobre essa questão se estendeu por todo ano de 1637, culminando com a liberdade de comércio em 1638.⁴¹³

Em relação ao fim do monopólio, os conselheiros políticos inicialmente se posicionaram a favor, pois os particulares representavam um fonte de recursos para a colônia. Em outros momentos eram contra. Eles se queixavam dos particulares aos Diretores dos XIX, acusando-os de se apropriarem das atividades comerciais e com seus elevando preços extorquir a população, ou seja, os artigos que valiam três florins eram cobrados ao consumidor num total de oito florins.⁴¹⁴ Wätjen afirma que os conselheiros políticos diziam que: “Ninguém podia compreender por que razão a WIC tolerava semelhantes atividades em seu campo comercial, e não expulsava do Brasil essas ‘gananciosas criaturas’”.⁴¹⁵

De acordo com Lúcia Xavier, essa liberdade comercial se tornou um prejuízo para os rendimentos da Companhia, pois a comercialização do açúcar deixou de ser seu monopólio para ser comercializado por particulares. Neste caso, os lucros com a venda dessas mercadorias eram transferidos para terceiros, ficando a Companhia apenas com a receita resultante dos impostos desses produtos e dos transportes.⁴¹⁶

A autora, todavia, desconsidera o fato de que a própria Companhia vendia açúcar para os particulares. Como exemplo disso, temos o envio de uma missiva do conselheiro político Ippo Eissen para o Conselho Político dizendo que os cruzadores que partiram de Goiana chegariam ao Recife com 68,5 caixas de açúcar para a Companhia e 19 caixas para serem vendidas aos particulares.⁴¹⁷ Portanto, a Companhia também teria a receita resultante das negociações com esses comerciantes.

Em contraposição, Wätjen diz que a liberdade comercial havia sido benéfica para a Companhia, pois foi graças a ela que, no governo nassoviano, houve o crescimento econômico da colônia, porque era através dos particulares que a colônia conseguia os recursos materiais indispensáveis para o desenvolvimento das suas atividades econômicas. Todavia, através da historiografia recente, vê-se que o crescimento econômico da colônia teve início nos dois anos anteriores ao governo de Nassau. Não sendo mérito apenas de sua administração.⁴¹⁸ Watjen

⁴¹³ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 114.

⁴¹⁴ WATJEN, op. cit., p. 450.

⁴¹⁵ Idem, p. 450.

⁴¹⁶ XAVIER, Lúcia Furquim Werneck. *Circulação monetária no Brasil neerlandês*. (CLIO) Revista de pesquisa histórica. N. 29.2, 2011, p. 3.

⁴¹⁷ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 22/04/1635.

⁴¹⁸ NASCIMENTO, op. cit., p. 98.

ainda diz que: “A disposição ardente para o trabalho e espírito empreendedor dos ‘vrije kooplieden’ (comerciantes livres) trouxeram ao mercado recifense nova vida”⁴¹⁹

A partir da nossa análise sobre esta liberdade comercial, percebemos que ela trouxe malefícios e benefícios para a Companhia.

O argumento de Lúcia Xavier leva em consideração apenas as desvantagens sofridas pela WIC, mas desconsidera que a liberdade comercial era uma necessidade, visto que as Câmaras das Províncias Unidas não enviavam recursos suficientes para a colônia e não conseguiam arcar sozinhas com os custos das transações comerciais. A documentação observada em relação a esses fatos, está repleta de queixas e pedidos de envio de suprimentos de todas as regiões da colônia. Portanto, a liberdade comercial também trouxe benefícios.

Desse modo, nota-se que as vantagens decorrentes da abertura do comércio para os cofres da Companhia foi o aumento na arrecadação de impostos, como aponta Xavier, assim como aumento dos víveres necessários para o abastecimento da colônia e de produtos enviados pelos negociadores das Províncias Unidas e Câmaras da República para serem vendidos na colônia. Wätjen diz que “O comerciante livre enriquecia a Caixa da Companhia com os direitos aduaneiros e fretes que pagava”.⁴²⁰

Com a abertura comercial, a desvantagem para a Companhia ia além das mencionadas por Xavier, não apenas o açúcar saíria das suas mãos, mas outros fatores de igual importância mostram o desfavorecimento que a WIC sofreu com essa abertura. Por exemplo, o próprio Conselho Político ficava à mercê dos preços exigidos pelos particulares, tanto que o conselheiro político Paulus Serooskercke os chamava de inimigos internos, pois, segundo Wätjen, os superintendentes dos armazéns que pertenciam a Companhia recorriam constantemente aos particulares para abastecer os armazéns de provisões. Por sua vez, os particulares se aproveitavam desse fato e vendiam as mercadorias a preços elevados.⁴²¹

A carestia prejudicava não apenas os moradores, mas a própria Companhia que precisava comprar dos particulares as mercadorias para abastecer a colônia.

Outra desvantagem era o poder de barganha dado aos comerciantes para negociarem com o Conselho Político a compra das mercadorias da WIC, pois esta instituição não só comprava, mas também vendia os produtos provenientes da própria colônia ou os que eram enviados pelas Províncias Unidas.

⁴¹⁹ WATJEN, op. cit., p. 475.

⁴²⁰ Idem, p. 453.

⁴²¹ Idem, p. 451.

Essa negociação pode ser vista nas Atas das Nótulas Diárias do dia 13 de abril de 1635, em que relata que a chalupa vindo de Itamaracá chegou no Recife contendo 320 cocos, metade pertencia ao cidadão-livre Bartholomeus e a outra metade era propriedade da Companhia. Os conselheiros políticos ofereceram os cocos para Govert Leendertsen Clock por 5 *stuivers* cada. Mas, Clock não desejava comprá-los, pois, a demanda pelo seu consumo era pequena, pois com a abertura do comércio na colônia, qualquer pessoa poderia ter acesso a esse produto tornando o preço exigido pelo Conselho Político inviável.

Por esse motivo, os conselheiros tiveram que negociar com o comerciante a venda das mercadorias, ficando estabelecido que venderiam cada coco a vista por 4 *stuivers*.⁴²²

Observa-se que a liberdade comercial permitia as pessoas o direito de comprar e vender as mercadorias a quem desejassem e a Companhia era apenas mais uma a quem eles poderiam comprar, fato este que não acontecia quando a mesma possuía o monopólio comercial.

Outra desvantagem para a WIC era o envio de mercadorias para os particulares pelas Câmaras da República dos Países Baixos e poucos produtos para os armazéns da Companhia. Por exemplo, no dia 24 de março de 1636 chegou ao Recife 16 navios vindos das Províncias Unidas, trazendo bens de comércio e víveres para os cidadãos-livres.⁴²³ Segundo Nascimento, quanto mais se enviava mercadorias para serem vendidas na colônia, menos espaço sobrava nas embarcações para transportar os víveres.⁴²⁴ Esse fato acontecia principalmente no período nassoviano com a abertura comercial de 1638, permanecendo ao longo desse governo. No dia 4 de dezembro de 1640, havia chegado na colônia o navio fretado Grauwen Heynst, trazendo mercadorias para os particulares e, para a Companhia apenas lenhas e pedras.⁴²⁵

Outras embarcações aportaram na colônia trazendo mercadorias para ambos e não apenas para a colônia como acontecia anteriormente. Essa circulação de bens de comércio na colônia permitiu que os mercados ficassem abarrotados de mercadorias, como afirma Mário Neme,⁴²⁶ porém, o mesmo não acontecia com os armazéns, os fortes e as guarnições, todos eles estavam, na maioria das vezes, sem provisões.⁴²⁷ “Em suma, um navio traz pouca coisa, e outro nada traz para os nossos armazéns, e reunidos tudo o que nos foi remetido ficamos tão pobres e os nossos armazéns tão vazios (como d’antes).”⁴²⁸

⁴²² IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 13/04/1635.

⁴²³ Idem, 24/03/1636.

⁴²⁴ NASCIMENTO, op. cit., p. 167.

⁴²⁵ PEREIRA. A batalha naval de 1640. In: RIGHB, op. cit., p. 7.

⁴²⁶ NEME, op. cit., p. 148.

⁴²⁷ SOLER, op. cit., p. 105.

⁴²⁸ PEREIRA. A batalha naval de 1640. In: RIGHB, op. cit., p. 28.

Na documentação esta situação aparece justificada dizendo que não era raro uma Câmara acreditar que as outras Câmaras estavam enviando recursos para a colônia e embarcar nos seus navios artigos, em sua maioria, para os particulares.⁴²⁹

Portanto, a liberdade de comércio ao mesmo tempo em que permitia o livre deslocamento das mercadorias e o aumento das transações comerciais, também trouxe desvantagens para a Companhia, pois tirava de si a exclusividade nas negociações na colônia e ao mesmo tempo permitia a possibilidade de outras fontes de renda, como por exemplo, as diversas taxas e impostos cobrados aos particulares.

4.6 Meios utilizados pelos conselheiros políticos para realizar as transações comerciais na colônia

O crescimento econômico favoreceu as transações comerciais e a normalização do dia a dia na colônia e isto não trouxe apenas benefício, porém dificuldades que precisavam ser solucionadas pelo Conselho Político. Uma delas foi a falta de dinheiro,⁴³⁰ fato que exigiu do Conselho Político a tomada de resoluções imediatas para resolver o problema e para solucioná-lo recorreu-se a empréstimos, que eram contraídos com os comerciantes e os cidadãos-livres⁴³¹. Estes últimos, segundo Nascimento, “(...) socorreram a WIC em situações de falta de dinheiro”.⁴³² Além disso, os conselheiros políticos recorriam a venda e compra de mercadorias a prazo, ou utilizavam o açúcar como moeda de troca. Xavier diz que “era muito comum o pagamento de dívidas e serviços por mercadorias, sendo o açúcar o meio de pagamento mais frequente”.⁴³³ Nascimento diz que “por falta de dinheiro vivo, os pagamentos eram feitos com mercadorias que tivessem aceitabilidade na colônia,”⁴³⁴ sendo o açúcar o substituto do dinheiro.

⁴²⁹ PEREIRA. A batalha naval de 1640. In: RIGHB, op. cit., pp. 27-28.

⁴³⁰ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 22/10/1635.

⁴³¹ Os cidadãos-livres (*vrijluiden*) eram ex-funcionários da Companhia, na sua maioria formado por ex-soldados que ao terminarem o seu tempo de serviço que era de três anos pediam permissão ao Conselho Político para se tornar cidadão-livre e permanecer na colônia se dedicando a outras atividades, como comerciantes, artesão, padeiros, entre outros. NASCIMENTO, Rômulo L. Xavier. Notas. In: IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen(1635-1636), p. 166.

⁴³² NASCIMENTO. *O desconforto da governabilidade*, op. cit., p. 124.

⁴³³ XAVIER. *Circulação monetária no Brasil neerlandês*, op. cit., p. 4.

⁴³⁴ NASCIMENTO. *O desconforto da governabilidade*, op. cit., p. 120.

Os próprios Diretores dos XIX, autorizaram o Conselho Político a trocar o açúcar por mercadorias que haviam recentemente chegado da Europa na colônia.⁴³⁵ Era também utilizado para fazer o pagamento das dívidas, sendo usado tanto pela Companhia, quanto pelos luso-brasileiros. Em outubro de 1635, o Conselho Político estava com o caixa praticamente sem dinheiro. Para resolver esta situação convoca o comerciante livre Isaac de Rassièrre que possuía bastante dinheiro e lhe propôs um acordo. O comerciante emprestaria aos conselheiros uma soma de 4.000 florins e os conselheiros políticos se comprometiam a saldar o empréstimo entregando-lhe açúcar. O açúcar cristal sairia por 16 *schelins* a arroba, enquanto que o açúcar mascavo sairia por 10 *schelins*.⁴³⁶

A troca de mercadorias foi um meio amplamente utilizado pelo Conselho Político para quitar suas dívidas e realizar as transações comerciais na colônia. Fato este corroborado por Lúcia Xavier ao dizer que “a economia assentava-se na troca”.⁴³⁷ Para exemplificar essa afirmação, há um caso nas Nótulas Diárias, que ocorreu no dia 12 de março de 1636. Na reunião do Conselho Político, o senhor Paulus Mazeur, relatou que não havia conseguido encontrar farinha em Muribeca, a não ser que os conselheiros políticos tivessem bens de comércio ou dinheiro para negociarem sua compra.

Tendo em vista essa necessidade, os conselheiros políticos decidiram adquirir mercadorias com os comerciantes livres, já que não tinham dinheiro em espécie para negociar, e comprariam a farinha com os moradores. O pagamento das mercadorias aos comerciantes seria feito com açúcar e este seria entregue valendo o preço de mercado.⁴³⁸

A utilização de produtos como substituição do dinheiro para pagar mercadorias e serviços não era apenas uma iniciativa que partia dos conselheiros, outras pessoas pediam produtos como forma de pagamento, principalmente mercadorias que poderiam ser posteriormente comercializadas.

Em 1635, os contratadores de pau-brasil Roeland Carpentier e Hans Willem Louissen requereram como pagamento do pau-brasil que haviam fornecido, vinho e aguardente. Pediram então permissão para buscá-los nos armazéns da Companhia. O primeiro recebeu vinho espanhol, enquanto que o segundo recebeu três barris de aguardente.⁴³⁹

⁴³⁵ XAVIER. Resumo Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político, datada de 9 de abril de 1635, op. cit., p. 133.

⁴³⁶ IAHP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 19/10/1635.

⁴³⁷ XAVIER. *Circulação monetária no Brasil neerlandês*, op. cit., p. 2.

⁴³⁸ IAHP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 12/03/1636.

⁴³⁹ Idem, 06/11/1635.

Outro meio utilizado pelo Conselho Político era a permissão para os seus funcionários comprarem mercadorias a crédito que estavam em falta nos armazéns aos comerciantes e aos cidadãos livres em nome da Companhia para pagamento posterior. Algumas vezes esses pagamentos eram feitos pelos Diretores dos XIX. Neste caso específico, os conselheiros políticos compraram do particular Maertens Gerritsz as seguintes mercadorias: 15 carrinhos de mão, 21 estacas entre finas e longas, 18 machados grandes, 2 rodas e 8 facas, mercadorias estas que estavam no navio “spitsbergens” que zarparia para as Províncias Unidas. Aproveitando essa oportunidade, os conselheiros informaram à Gerritsz que os materiais seriam pagos pelos Diretores dos XIX quando ele chegasse nas Províncias Unidas.⁴⁴⁰

Não apenas os conselheiros políticos enviavam cobranças de débitos para a República, mas a própria Companhia exportava para a colônia mercadorias com destino aos comerciantes, aos cidadãos livres e a população para pagar as dívidas do Conselho Político, principalmente as que estivessem relacionados a compra de açúcar e de víveres.⁴⁴¹

Em relação aos salários e os pagamentos atrasados por serviços prestados à Companhia, os conselheiros políticos autorizavam, nesses casos, que as pessoas pegassem mercadorias com os particulares em nome da Companhia. Por exemplo: no dia 31 de março de 1636, o Conselho Político autorizou os comerciantes a fornecerem bens de comércio no valor de 300 florins para Isaac du Tuijn, como parte do pagamento que lhe restava pelo serviço de manutenção do forte Orange.⁴⁴² Outra medida adotada pelo Conselho Político, caso não conseguisse pagar pela mercadoria adquirida de um comerciante livre, era autorizar que este comprasse mercadorias de outro comerciante em nome da Companhia. Como no exemplo:

Jacob Duinkercker perguntou na reunião se ele podia receber algum dinheiro pela madeira que forneceu a crédito para que pudesse pagar seus trabalhadores com vinho e óleo; para que ele pudesse pagar a quem estava devendo, de maneira que fiquem satisfeitos durante algum tempo. Visto que não temos nenhum meio adequado para fazer pagamentos e isto foi notificado para que ele pudesse comprar a crédito alguma carga de produtos de comerciantes livres em nome da Companhia.⁴⁴³

Percebe-se que na realidade, o que acontecia na colônia era a circulação de mercadorias e não de dinheiro, porém este último era completamente necessário para assegurar o dinamismo econômico e a prosperidade do Brasil holandês.

A falta de dinheiro na colônia e as dificuldades no abastecimento fizeram com que o Conselho Político tivesse que improvisar algumas soluções, utilizando-se de práticas e recursos

⁴⁴⁰ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 24/01/1636.

⁴⁴¹ Idem, 17/01/1636.

⁴⁴² Idem, 31/03/1636.

⁴⁴³ Idem, 12/10/1635.

que não estavam estabelecidos no Regimento de 1629 e nem nas instruções enviadas pelos Diretores dos XIX aos dirigentes da colônia, mostrando assim, que os conselheiros tiveram que adequar as resoluções administrativas às necessidades locais do momento. Não poderiam esperar que apenas a Companhia abastecesse os armazéns. Precisavam comprar os mantimentos localmente, iniciando uma rede de relações comerciais com os particulares da colônia.

Além das transações comerciais e dos empréstimos adquiridos com os comerciantes e os cidadão-livres, outros meios foram necessários para a obtenção de dinheiro em espécie e um desses meios foi a aplicação de confiscos e multas. A multa era praticada para diferentes delitos, desde a desobediência das ordens dos conselheiros políticos até para crimes como contrabando.

444

Como exemplo dessas multas, têm-se a proibição do Conselho Político de jogar lixo nas ruas. As pessoas deveriam limpar as frentes de suas casas para evitar mau cheiro nas vias públicas. O lixo deveria ser jogado na praia, fora dos limites do Recife, sendo a multa determinada de acordo com a gravidade da infração.⁴⁴⁵

Em 1635, os conselheiros políticos proibiram os portugueses e outros súditos de venderem mercadorias nas estradas “como alimentos frescos e bebidas alcoólicas. Teriam que trazê-las em frente à residência dos senhores, onde a partir daquele momento seria implantada uma feira, para que ali fossem vendidas as mercadorias”.⁴⁴⁶ A punição para desobediência dessa ordem era o confisco das mercadorias junto com o pagamento de multas.

Num período de guerras e escassez de víveres e dinheiro, o confisco e as multas eram uma forma de arrecadar dinheiro para custear os gastos com a guerra e com a administração e também contribuir para aumentar a quantidade de víveres distribuídos.

⁴⁴⁴ Segundo Gonsalves de Mello, a preocupação com as obras públicas era uma demonstração de civilidade dos holandeses, mostrando a sua preocupação com os serviços públicos para evitar os alagamentos nas ruas do Recife. MELLO. *Tempo dos flamengos*, op. cit., pp. 60-61. Mas também era uma forma válida de obter dinheiro, algo tão necessário para a colônia.

⁴⁴⁵ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 14/08/1636. A luta contra o alagamento das vias urbanas era algo bem conhecido pelos habitantes das Províncias Unidas, estes lutaram durante anos contra o avanço do oceano sobre o seu território. Para isso construíram diques de proteção e drenagem, como era um território com poucas terras para a agricultura e para a criação de animais precisaram drenar as regiões alagadas e pantanosas para conseguir terras cultiváveis, avançando em direção ao mar. Na afirmação de Simon Schama, as terras holandesas “Entre 1590 e 1640, foram recuperados cerca de 80 mil hectares, mais de um terço graças à drenagem.” SCHAMA, op. cit., p. 47. Em alguns locais nas Províncias Unidas havia o supervisor dos diques escolhidos localmente e que tinham prestígio na sociedade local, assim como o *heemraadschappen*, as comunidades locais tinham autonomia para criar os seus impostos visando atender qualquer problema hidráulico, principalmente de manutenção dos diques. Ambos eram os guardiões da água e a população não aceitava a nomeação de estrangeiros para a função de supervisor dos diques, pois este poderia não saber dos poderes e dos costumes locais gerando assim atritos. Idem p. 48.

⁴⁴⁶ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 28/04/1635.

Outra forma de conseguir mercadorias e dinheiro era através dos espólios de guerra, “o espólio continuava sendo a principal fonte de renda da WIC no Brasil,”⁴⁴⁷ tornando-se mais uma forma de aumentar os rendimentos.

Em tempos de guerra, a pilhagem dos moradores e dos soldados feridos era algo normalmente praticado e completamente aceito. Miranda, diz: “Não havia impedimentos legais para que soldados e feridos fossem pilhados nos confrontos”.⁴⁴⁸ Apenas havia proibição de assassinar os prisioneiros, pois com eles poderiam se extrair informações e conseguir resgates. Na afirmação de Miranda, havia uma diferença entre roubar os habitantes em locais já apaziguados e entre as pilhagens nos confrontos.

Os artigos XIV, XV e XLI das ‘Leis das Ordenanças’ de 1590 previa, por exemplo, punição capital para os soldados que se ausentassem de suas guarnições para ‘espoliar’ os habitantes ‘sem o especial comando do general ou de outro chefe oficial’. A morte também era indicada para os que atentassem algo contra ‘quaisquer pessoas, cidades, vilas, fortes, portos e mercadorias’ que dispusessem de passaporte ou garantias emitidas pelo governo e para os que fossem pilhar, extorquir e roubar indiscriminadamente.⁴⁴⁹

Portanto, a pilhagem nos locais dos conflitos era considerada legal quando fosse autorizada pelos chefes militares. Todavia, essa regra não era seguida à risca e alguns saques aconteciam nas áreas de conflito, mesmo sem a autorização dos superiores.

No ano de 1636, o conselheiro político Jacob Stachouwer e o governador von Schkoppe relataram ao Conselho Político que no momento em que eles estavam no exército tinham conseguido manter a ordem, mas findado o conflito e a partir do momento que eles partiram para o Recife, os soldados desobedeceram as ordens e saquearam a população.

Os soldados foram presos e levados à justiça no Conselho Político. Eles foram absolvidos por considerarem que nos locais de conflitos militares, os espólios e saques poderia acontecer e os soldados não poderiam ser punidos por essa prática. As queixas da população contra os soldados neste quesito e por causa das várias disputas militares no sul de Pernambuco não deveriam ser levadas a sério.⁴⁵⁰ Portanto, tal ato de violência mesmo contrariando as ordens dos chefes militares poderia ser desconsiderado, já que os saques na guerra era algo aceito pela Companhia.

A própria Companhia tirava sua parte nessas situações e na fala de Miranda, os botins eram avaliados pelos funcionários administrativos. Estes calculavam a parte destinada a

⁴⁴⁷ HULSMAN, op. cit., p. 31.

⁴⁴⁸ MIRANDA, op. cit., p. 301.

⁴⁴⁹ *Lawes and Ordinances* XIV, XV, XLI apud MIRANDA, op. cit., p. 296.

⁴⁵⁰ IAHG. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 21/06/1636.

Companhia e separavam a parte do Comandante geral do exército. Para o restante da tropa sobraria a décima parte do botim e este seria dividido segundo a hierarquia militar, restando para os soldados apenas o que sobrasse e a menor parte desta divisão.⁴⁵¹

A Companhia exigia que em relação aos espólios de guerra, além do que foi citado acima, deveria ser feito um inventário detalhado para ser enviado aos Diretores dos XIX. Estes queriam ter o controle dos bens que eram saqueados na guerra e das propriedades que passariam a pertencer a Companhia, pois junto com o inventário, deveria ser enviada uma lista completa dos engenhos abandonados e confiscados que estivessem sendo ocupados por religiosos ou pelos civis.⁴⁵² Todavia, os botins foram insuficientes para sanar os problemas de abastecimento e de dinheiro enfrentado pelos neerlandeses.

O Conselho Político, para conseguir movimentar a economia da colônia, fazer o pagamento das mercadorias compradas e obter mais produtos, precisou se utilizar de práticas que foram aprendidas no cotidiano. Utilizaram o improvisado para se adaptar à realidade da colônia, já que nos planos administrativos e econômicos dos Diretores dos XIX para o Brasil holandês não previa a carestia, a liberdade de comércio, e a falta de mercadorias.

Hermann Wätjen em seu livro “O domínio colonial holandês no Brasil” não trata dessas práticas. Ele não entra na questão das trocas de mercadorias para a obtenção de açúcar, que servia para pagar pela compra de produtos e a entrega destes como pagamentos de salários. Enfim, é importante mencionar esses fatos porque foram artifícios que movimentaram a economia fazendo com que Nassau encontrasse um cenário econômico encaminhado e não precisasse iniciar do zero as atividades comerciais da colônia.

Além das atividades econômicas e administrativas desempenhadas pelo Conselho Político, também era de sua responsabilidade questões judiciais e estas era uma fonte de problemas na colônia.

4.7 Fatores da precariedade da justiça neerlandesa

A historiografia clássica apresenta a justiça neerlandesa como precária e insuficiente para abarcar todas as atividades judiciais que se desenrolavam na colônia.

⁴⁵¹ MIRANDA, op. cit., pp. 299-301.

⁴⁵² XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político, datada de 9 de abril de 1635, op. cit., p. 133.

Para Hermann Wätjen, este fato acontecia porque os conselheiros políticos não tinham conhecimento dos assuntos judiciais, pois não tinham formação em Direito.⁴⁵³ Mário Neme, acrescenta que eles não possuíam experiências nos tribunais das Províncias Unidas.⁴⁵⁴ Todavia, quando levamos em consideração apenas esses fatores para justificar a deficiência da justiça neerlandesa, vemos que o mesmo acontecia na colônia portuguesa.⁴⁵⁵

Luize Navarro diz que a falta de conhecimento dos caminhos das leis entre os portugueses, significava a ausência de uma formação em Direito, mas no mundo da colônia tal ausência poderia ser suplantada pelo aprendizado adquirido com a prática, pois a partir do exercício cotidiano nos tribunais esses oficiais acabavam aprendendo os usos das instituições.⁴⁵⁶ Portanto, as justificativas apresentadas por Wätjen seriam insuficientes para explicar as dificuldades enfrentadas pelo Conselho Político ao executar suas funções na justiça. Pois, alguns deles também adquiriam o aprendizado dessas questões com a prática.

Mário Neme, relata alguns motivos para justificar essa precariedade judicial, entre eles estaria o constante deslocamento dos conselheiros políticos o que gerava falta de tempo para cuidar da justiça diária, além do excesso de funções que exigia dos conselheiros a realização de outras atividades. Por isso, em 1639, os próprios conselheiros políticos pediram o envio de mais conselheiros⁴⁵⁷ ou a nomeação de adjuntos para auxiliá-los.⁴⁵⁸

Rômulo Nascimento, em sua tese, diz que, nos anos de 1635 a 1636, as atividades que os conselheiros políticos desempenhavam na colônia estavam relacionadas a administração financeira e o abastecimento, porém vimos que os problemas militares e comerciais também eram resolvidos por eles nesta época, e ainda acrescenta que as questões judiciais e o policiamento da colônia ficavam em segundo plano.⁴⁵⁹

Para Mario Neme o principal motivo dessa precariedade judicial era o fato da colônia ser formada em sua maioria por luso-brasileiros que tinham os processos judiciais julgadas por juízes neerlandeses segundo as leis e normas neerlandesas.⁴⁶⁰ Normas estas, que, não eram unificadas. Apesar disso, a Companhia seguia os usos e os costumes pertencentes a Amsterdã, assim como os pesos e medidas.⁴⁶¹

⁴⁵³ WATJEN, op. cit., p. 302.

⁴⁵⁴ NEME, op. cit., p. 211.

⁴⁵⁵ CAMARINHAS, op. cit., p. 85

⁴⁵⁶ NAVARRO, op. cit., p. 30-31.

⁴⁵⁷ XAVIER. Resumo da Carta de Middelburg para o governador Nassau e o Alto e Secreto Conselho datada de 24 de junho de 1639, op. cit., p. 149.

⁴⁵⁸ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 08/08/1639.

⁴⁵⁹ NASCIMENTO. *O desconforto da governabilidade*, op. cit., pp. 209-210.

⁴⁶⁰ NEME, op. cit., p. 111.

⁴⁶¹ LAET, op. cit., p. 18. (A)

Devemos lembrar que os Diretores dos XIX especificaram no Regimento de 1629 e nas Instruções de 1636 as províncias cujas normas, usos e costumes, os conselheiros políticos, os escabinos, os dirigentes da colônia e a população deveriam se basear na colônia. Não sendo utilizadas as normas de todas as províncias que compunham a República dos Países Baixos, apenas as da Zelândia, Frísia e Holanda.

O grande problema na escolha dessas três províncias era que, segundo Paul Zumthor as “leis e costumes diferiam de província para província, se não de cidade para cidade, e toda tentativa de unificação gerava choque e hostilidade de tribunais locais”.⁴⁶²

A não unificação da justiça neerlandesa fazia com que as sentenças ficassem à mercê da opinião do julgador ou das normas que regiam a província a qual ele pertencia.⁴⁶³ Para Nascimento, “era dessa forma que se aplicava o direito na maioria dos casos. Mais por ‘*arbitria*’ que por ‘*justitia*’”⁴⁶⁴ Paul Zumthor exemplifica essa questão ao dizer que: “a blasfêmia ou a utilização de moeda falsa podiam constituir atos tão condenáveis quanto o assassinato ou a alta traição.”⁴⁶⁵

Quando transportamos essas questões para o território colonial, podemos compreender as dificuldades enfrentadas pelos oficiais de justiça para exercer suas funções, pois se nem mesmo na República havia uma unificação das normas, quando se refere a colônia, a situação se complica ainda mais, pois os neerlandeses enfrentavam o entrave que eram os luso-brasileiros. Estes estavam acostumados com as ordenações, regimentos e normas portuguesas e não aceitavam facilmente a mudança do regime judicial.

A adaptação dos moradores às normas emanadas das Províncias Unidas era dificultada pelo fato dos ordenamentos e normas portuguesas coexistirem com as normas neerlandesas, como afirma Fernanda Luciani, “o Regimento das Praças não contemplou a administração local, estas continuaram sendo desempenhadas pelas Câmaras Municipais portuguesas, nos seis primeiros anos da dominação holandesa, só sendo substituídas pelas Câmaras dos Escabinos em 1637.”⁴⁶⁶

⁴⁶² ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. Traduzido por Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 297. Esses tribunais locais possuíam autonomia assim como acontecia com as províncias na República.

⁴⁶³ NEME, op. cit., p. 221.

⁴⁶⁴ NASCIMENTO. *O desconforto da governabilidade*, op. cit., p. 95.

⁴⁶⁵ ZUMTHOR, op. cit., pp. 297-298.

⁴⁶⁶ Mesmo assim os ordenamentos portugueses permaneceram vigentes na colônia, pois, como vimos, as Instruções dos escabinos que deveria ser formulada e traduzida pelos conselheiros políticos não havia sido feita e já estavam no ano de 1642. Portanto, Navarro acredita que, por causa disso, as câmaras dos escabinos em que eram compostas apenas por luso-brasileiros permaneceram utilizando as normas portuguesas. NAVARRO, op. cit., p. 99.

Neste caso, as normas e ordens dos portugueses permaneceram vigentes no território neerlandês. A população em 1637, pediu ao Alto e Secreto Conselho e ao governador Nassau que as sentenças judiciais fossem julgadas de acordo com as normas portuguesas presentes nas Ordenações Filipinas.⁴⁶⁷ Ambos decidem que, por ser uma colônia neerlandesa, deveria viver conforme as normas da República. Dessa maneira, deveriam seguir as ordens e os costumes da Holanda, Zelândia e Frísia.⁴⁶⁸

Vários fatores colaboraram para que a justiça neerlandesa tivesse dificuldade para ser aplicada em sua plenitude na colônia. Em certo ponto, foi exercida, pois havia a promulgação e a execução das sentenças. A colônia tinha ordens e normas a serem cumpridas e quando estas eram desobedecidas havia a aplicação de sanções que podemos ver na documentação e nos relatos dos cronistas. Também havia as resoluções de questões testamentárias e sucessórias,⁴⁶⁹ além dos diversos contratos que foram feitos pelo Conselho Político na colônia. Levando esses fatores em consideração, percebe-se que houve a tentativa para o exercício da função judicial por parte dos conselheiros políticos.

Segundo Nascimento, havia por parte do Conselho Político o esforço de colocar a colônia em ordem. Ele diz que “Não deixaram os conselheiros políticos de confirmar a punição dos infratores segundo alguns outros artigos relacionados à justiça”.⁴⁷⁰ Portanto, para se ter uma noção da aplicabilidade dessa justiça nos debruçaremos sobre o tipo e as punições que eram aplicadas na colônia.

4.8 As punições aplicadas na colônia neerlandesa

As penas aplicadas na colônia eram bastante variadas, segundo Ruy R. Pinho, as sanções se configuravam da seguinte forma: penas de advertência, de exílio ou expulsão, penas de confiscos, pecuniárias (multas), de encarceramento e de castigos físicos; também tinha as penas de mutilação, de trabalhos forçados e as penas de morte.⁴⁷¹

⁴⁶⁷ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 02/07/1637.

⁴⁶⁸ Idem, 04/05/1637.

⁴⁶⁹ “Compareceu perante o Conselho Político o senhor Antônio de Souza de Moura, único herdeiro do engenho São Tomé e dos partidos que a ele pertencem. Este declarava haver repassado este engenho voluntariamente assim como o direito de uso de um dos partidos mencionados ao Predicante Daniel Schagen e seus herdeiros, pelo período de 25 anos consecutivos, pelo qual ele havia sido recompensado de tal modo que se considerava satisfeito.” IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 22/01/1636.

⁴⁷⁰ NASCIMENTO. *O desconforto da governabilidade*, op. cit., p. 93.

⁴⁷¹ PINHO, op. cit., p. 435

Esta última era sem dúvida a punição mais severa e foi praticada durante todo o período holandês. Tinha como objetivo servir de exemplo para a população, para os militares, os funcionários e os empregados da Companhia. Essa punição era geralmente praticada nos casos de traição, de salteadores de estradas, sobretudo os negros do mato⁴⁷² e os soldados desertores.

Sobre esta punição, o diretor da Companhia Joannes de Laet mostra um processo judicial envolvendo um neerlandês acusado de traição, fato este ocorrido no ano de 1632.

Este caso se deu da seguinte forma: o governador Waerdenburch recebeu a denúncia de que um mulato estava se deslocando para o acampamento dos portugueses. Ao ser capturado, confessou que seguia as ordens do seu patrão Leonardt van Lom. Este era responsável pela direção das fazendas capturadas e fazia a tradução das cartas. O acusado, após ter sido preso, passou por um rigoroso inquérito fazendo a seguinte confissão: Ele era natural de Dordrecht, nas Províncias Unidas, e pouco antes de viajar para a colônia recebeu a visita de um comerciante português de nome Duarte Rodrigues Delues, residente em Amsterdã, ambos fizeram um acordo em que Van Lom forneceria informações sobre a situação da colônia para Roque de Barro, mas o endereçamento da carta levaria o nome de Gaspar Domingo Rego, que era irmão de Barro. Logo após a visita do comerciante Delues, Leonardt van Lom foi procurado por outros dois comerciantes portugueses, sendo eles Francisco Rodriguez Aleixo e Manuel Alves Godim, este último lhe prometia uma soma de 40 a 50 mil ducados para auxiliar os luso-brasileiros na expulsão dos neerlandeses da colônia.

As cartas para Roque de Barro continham perguntas banais sobre a saúde dele e informações importantes sobre a quantidade de soldados que estavam na colônia. Falava-se num total de 3.500 homens junto com 16 navios e que esperavam a vinda de mais navios. Tinham informações sobre o abastecimento da colônia, sobre o deslocamento das tropas, sem, contudo, conseguir informar o destino delas. O prisioneiro declarou que tudo o que havia dito era verdadeiro e assinou o próprio depoimento. A confissão foi feita e assinada na presença dos conselheiros políticos Jhoannes van Walbeeck que na época era o presidente, por Servaes Carpentier e Pieter van der Hagen. Também estavam presentes o governador Waerdenburch, o

⁴⁷² Estes negros dos matos eram os escravos que fugiram durante a conquista neerlandesa e passaram a saquear as pessoas nas estradas, tornando-se uma ameaça para as pessoas que viviam na colônia. A punição para eles quando capturados era a pena de morte e, assim como, de outros negros que fossem acusados de ter contato e de ter auxiliado os negros do mato. Por exemplo: “Um negro e um mulato foram trazidos ao Recife pelo Capitão do Mato, que tinham roubado e saqueado nas estradas, e mataram na última noite um português e seu cunhado em Paritibe, o que eles admitiram ter presenciado, mas, negaram qualquer envolvimento. Visto que eles sempre estavam em companhia de negros do bosque que praticam assaltos eles foram condenados à forca pelo Conselho.” IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 28/04/1636.

tenente coronel Schot, e o comandante Jan Mast, o comissário de artilharia, os majores Redinchoven, Berstee, Rembach, Von Schkoppe e Arzciszewsky.

A sentença proferida foi a seguinte: seriam cortados os dois primeiros dedos da mão direita. Em seguida seria decapitado e esquartejado. O mulato que o denunciou teve como punição o enforcamento, enquanto que os portugueses mencionados em sua confissão não foram punidos por não terem certeza da veracidade das informações, pois ao ser questionado no momento da execução da sentença, o acusado hesitou em sua confissão, ficando os portugueses impunes.⁴⁷³ Portanto, vemos que havia a preocupação por parte do Conselho Político em punir os infratores.

Neste processo específico um fato que merece ser mencionado: era que havia a presença de civis e militares num julgamento que não envolvia delitos entre os militares e nem de soldados contra a população civil. O acusado representava uma ameaça para a colônia como um todo, já que casos de traições prejudicavam a colônia, principalmente quando os envolvidos eram neerlandeses.

Além da pena de morte, os acusados de traição também poderiam ser expulsos e teriam os seus bens confiscados. Por exemplo: no dia 18 de agosto de 1636, o Conselho Político recebeu uma missiva do governador Von Schkoppe relatando que os guerrilheiros portugueses haviam fugido antes que ele tivesse chegado a Goiana, pois haviam sido delatados pelos portugueses quando descobriram a expedição do governador. Como punição para esses portugueses, o governador informou que iria expulsá-los, os bens seriam saqueados e os seus imóveis confiscados, sendo essa decisão aprovada pelo Conselho Político.⁴⁷⁴

No dia 28 de janeiro de 1636, o Conselho Político enviou o capitão Lathan para as Províncias Unidas por ter forjado uma carta do coronel Arzciszewsky autorizando-o a voltar para a Pátria com a aprovação do governador Von Schkoppe e o Conselho Político.

Por causa das injúrias e da falsificação cometida pelo capitão, os conselheiros políticos alegaram que ele não seria de nenhuma serventia para a colônia e decidiram atender seu pedido e autorizaram seu regresso para as Províncias Unidas. Neste caso em particular, nem toda punição era ruim para o acusado.

Além dos funcionários da Companhia, dos militares e dos moradores, alguns clérigos e frades também tiveram como punição a expulsão da colônia, pois foram acusados de traição.

Os jesuítas e franciscanos foram acusados de espionagem, visto que suas correspondências foram interceptadas por oficiais neerlandeses. As mesmas continham

⁴⁷³ LAET, op. cit., p. 267-269. (B)

⁴⁷⁴ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 18/08/1636.

informações sobre as situações dos fortes, a falta de víveres, sobre a administração do Conselho Político e sobre o sistema de defesa da colônia, mostrando a melhor maneira de conquistar o território outrora português. Essas correspondências tinham como destino a capitania da Bahia.

475

Antes disso, os Diretores dos XIX já aconselhavam os conselheiros políticos que tivessem cuidado com as correspondências dos religiosos, principalmente dos que moravam fora dos limites das terras neerlandesas, posto que se comunicavam com clérigos na Bahia e auxiliava os guerrilheiros luso-brasileiros.⁴⁷⁶ Como punição, o Conselho Político, com a autorização dos Diretores dos XIX, expulsou os jesuítas e posteriormente os franciscanos da colônia, enviando alguns como prisioneiros para Amsterdã.⁴⁷⁷ Os Diretores dos XIX determinaram que o conselheiro “Ippo Eissens expulsasse os jesuítas da ilha de Itamaracá, pois estes eram inimigos do governo neerlandês”.⁴⁷⁸

A expulsão dos jesuítas não tinha apenas como motivo as acusações de traição, ou seja, os religiosos que não juraram lealdade ou estavam lutando abertamente do lado português também foram considerados inimigos e, por isso, deveriam ser exilados da colônia neerlandesa. Com a expulsão dos jesuítas, o Conselho Político tem outro problema que era justificar e acalmar a população sobre a saída dos frades.

Ficou estabelecido que cada um dos conselheiros responsáveis por sua capitania deveria ir a público explicar aos Senhores das Câmaras, o motivo da expulsão dos jesuítas, lembrando que a Câmara de Vereadores de Olinda ainda estava em exercício no período da administração do Conselho Político. Os jesuítas foram exilados por terem sido acusados de espionagem e traição, sobretudo pelo descumprimento do juramento de fidelidade que fizeram perante o Conselho Político. Demonstraram deslealdade ao governo neerlandês. Sem falar que a expulsão deles deveria servir de exemplo para os moradores.

Os conselheiros alegaram que as intrigas causadas pelos frades poderiam levar a confrontos que não seriam benéficos para a colônia. Para evitar disputas desnecessárias, a única solução seria a expulsão dos jesuítas. Comprometeram-se a enviar para as regiões que estavam sem frades outros eclesiásticos para realizar as missas e as atividades religiosas.

⁴⁷⁵ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 06/02/1636.

⁴⁷⁶ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político, datada de 01 de agosto de 1635, op. cit., p. 135.

⁴⁷⁷ PEREIRA. Regimento das Praças. In: RIAGHP. op. cit., p. 292.

⁴⁷⁸ XAVIER. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político, datada de 01 de agosto de 1635, op. cit., p. 135.

Os portugueses enviaram uma missiva para o Conselho Político pedindo a vinda de frades de outras ordens, mas como as cartas originais interceptadas de outras ordens também continham informações sobre a situação da colônia, os conselheiros decidiram tratá-los da mesma maneira que trataram os jesuítas expulsando-os.⁴⁷⁹

Outro tipo de pena era o confisco. Como exemplo tem o caso do senhor de engenho Gabriel Soares que foi condenado pelo Conselho Político a ter 1/3 de seus bens confiscados. Ele deveria pagar a Companhia o valor de 15 mil florins dividido em três parcelas equivalente a quantidade de bens que deveria ser confiscado.⁴⁸⁰

Uma punição que não foi informada por Ruy R. Pinho, eram as penas públicas que consistiam em humilhações e constrangimento. Neste caso, os cidadãos livres Gerônimo Bartholomeus e Gilbert Ritskur compraram mercadorias que haviam sido roubadas da Companhia e de cujo roubo estavam cientes. Como punição foram sentenciados a andar no Recife com um tronco preso aos ombros sendo escoltado pelo assistente do algoz ou poderiam, cada um deles, pagar uma multa de 150 florins.⁴⁸¹

Tais punições também eram aplicadas nas Províncias Unidas. Essas eram destinadas aos delitos considerados de menor gravidade. Uma dessas punições consistia em colocar uma pessoa presa em uma gaiola feita de madeira, com apenas a cabeça do lado de fora, o prisioneiro teria uma inscrição ou ainda um símbolo que representava ou informava o delito cometido. Outra pena era forçar a pessoa a andar pelas ruas com roupas bufantes. Paul Zumthor informou outra punição: “O vendedor ambulante acusado de ter vendido livros proibidos era levado pelas ruas, com um boné de médico e tendo ao pescoço um pacote da sua mercadoria roubada”.⁴⁸²

Na colônia, as pessoas poderiam receber penas públicas caso não entregassem, ao fim do seu tempo de serviço para a Companhia, o livro de contas em ordem. Este era o registro de toda a atividade e movimentação financeira executada pelo funcionário da Companhia e antes de deixar o cargo deveria deixá-lo em ordem para que os conselheiros políticos pudessem avaliar o seu desempenho no exercício da função e para que o próximo que assumisse tivesse conhecimento das atividades realizadas e pudesse dar continuidade as mesmas.⁴⁸³

⁴⁷⁹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 06/02/1636.

⁴⁸⁰ Idem 23/09/1639.

⁴⁸¹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 04/04/1636.

⁴⁸² ZUMTHOR, op. cit., p. 302.

⁴⁸³ “Abraham van Mellingen, Commis da condução, prestou contas sobre seu governo e administração de bens dos senhores Carpentier e Wijntjís. Os nobres senhores declararam que tudo estava em ordem e estavam de acordo com tudo, após terem visto o final da conta, e por isso ele poderá ser demitido para partir em direção à pátria.” IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 19/06/1635.

O conselheiro político Willen Schott, ao pedir dispensa do cargo de tesoureiro teve que entregar o livro de contas contendo a administração do caixa da Companhia. Este foi analisado pelos conselheiros políticos Jacob Stachouwer e Balthasar Wijntjjs e ao verificarem as contas, perceberam que tudo estava em ordem e Schott poderia ser dispensado da função de tesoureiro.⁴⁸⁴ O pedido de demissão só seria permitido com a entrega desse livro.

No dia 25 de abril de 1635, o Commis dos bens de comércio Arnout Veneman ignorou por diversas vezes o pedido do Conselho Político para organizar o referido material. Este deveria ser entregue ao seu substituto Ijsbrant Eeckeren. Por ter negligenciado seus deveres e ter deixado o seu livro de contas em desordem, o presidente Balthasar Wijntjjs decidiu sentenciá-lo a prisão domiciliar. Ele ficaria enclausurado em seu quarto com uma corrente presa a perna e teria o prazo de 8 dias para pôr o livro de contas em ordem, sob pena de uma punição mais severa.⁴⁸⁵

Notamos neste caso específico, que não eram apenas os soldados que desrespeitavam a autoridade do Conselho Político, isso também acontecia com alguns dos funcionários da Companhia.

No dia 30 de maio de 1635, o Commis Arnout Veneman, descumpriu a punição do Conselho Político, ao retirar suas algemas. Por causa disso, foi sentenciado a cavalgar em um cavalo de madeira, sendo depois algemado novamente em sua residência. A justificativa para essas punições eram sempre as mesmas, a de colocar o livro de contas em ordem. Apesar das ordens expressas dos conselheiros políticos, o Commis Veneman, em 21 de abril de 1636, ainda não tinha cumprido o seu dever e por isso “ficou decidido prendê-lo no Castelo d’Água com seus livros e documentos até que ele fechasse e entregasse todas as suas contas”.⁴⁸⁶

Outra punição eram as penas de advertências, estas geralmente eram dadas para as pessoas que praticavam o delito pela primeira vez. Como exemplo disso temos uma queixa feita contra o escolteto Arnout van Liebergen de Alagoas, que estava sendo investigada pelos conselheiros políticos. Estes após deliberação, decidiram que as denúncias não eram suficientes para iniciar um inquérito judicial, por isso ordenaram que o escolteto regressasse para Alagoas apenas com uma advertência e que prestasse mais atenção as suas ações para que outras queixas de igual natureza não mais acontecesse e caso viesse a praticá-las receberia punições mais severas.⁴⁸⁷

⁴⁸⁴ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 05/06/1635.

⁴⁸⁵ Idem, 25/04/1635.

⁴⁸⁶ Idem, 21/04/1636.

⁴⁸⁷ Idem, 14/06/1639.

Podemos perceber a aplicabilidade da justiça neerlandesa, na tentativa de fazer cumprir as ordens emanadas dos Diretores dos XIX e do próprio Conselho Político para punir infratores e promulgar as sentenças. Ao mesmo tempo, temos que concordar que a justiça neerlandesa também se mostrou ineficiente para atender todos os problemas que surgiam na colônia. Mesmo com dificuldades, o exercício da justiça pode ser visto na colônia, sendo inclusive os próprios conselheiros políticos investigados pelos seus delitos.

4.9 A investigação, em 1637, de alguns conselheiros políticos acusados de crimes de corrupção e assassinato

Relata-se, por alguns historiadores, que, no ano de 1637, alguns conselheiros políticos, do período de 1634 a 1636, foram investigados e acusados de terem cometido delitos como corrupção, saques a população, torturas, assassinatos e extorsões. Essas informações são apresentadas pelos cronistas portugueses Manuel Calado e Diogo Lopes Santiago, eles apresentam os conselheiros políticos como vilões e cruéis, e que se utilizavam de sua autoridade para intimidar as pessoas.

Para Santiago, o conselheiro político Ippo Eissens tinha “uma natureza cruel”⁴⁸⁸ e diz que durante o seu governo na capitania de Itamaracá e da Paraíba deixou um rastro de atos violentos.⁴⁸⁹ Além de Eissens, outros conselheiros políticos aparecem nos relatos desses cronistas como: Willen Schott,⁴⁹⁰ Balthasar Wijntjjs, Robbertz Alma, Jacob Stachouwer e Hendrick Schilt.

Na documentação neerlandesa analisada o nome desses conselheiros não aparecem atrelados a atitudes violentas e nem a atos criminosos contra a população. Embora tenham agido com violência, elas aconteceram, nas expedições militares, e para a Companhia esses delitos não eram passíveis de punição já que não eram considerados crimes.

Hermann Wätjen diz que “O que os cronistas portugueses nos contam dos vergonhosos crimes dos holandeses, fontes holandesas referem em relação aos excessos cometidos pelas

⁴⁸⁸ SANTIAGO, op. cit., p. 113.

⁴⁸⁹ Idem, p. 147.

⁴⁹⁰ “Também contra ele parece pesar algumas culpas.” MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*, op. cit., p. 49. Para Santiago, Eissens e Schott junto com o governador Sigismund von Schkoppe eram os responsáveis pela morte de aproximadamente 1.800 (mil e oitocentas) pessoas entre mulheres, crianças e homens, partindo de Sirinhaém para a freguesia de São Lourenço até Goiana. SANTIAGO, op. cit., p. 114. Ele ainda diz que Schott ao ser nomeado para diretor de Sirinhaém acabou “roubando os pobres moradores, tirando quantidades de fazendas.” Idem p. 148.

hordas de Bagnuolo.”⁴⁹¹ Cada uma dessas fontes vão nos mostrar sua versão da conquista e nelas a participação desses conselheiros políticos aparecem de formas diferentes.

Alguns deles seriam acusados de corrupção pelos altos e secretos conselheiros e pelo predicante espanhol Vicente Soler. Por exemplo, Soler numa carta para os Diretores dos XIX, dizia que os conselheiros políticos eram “ratazanas sem polícia. Roem-vos até os ossos”.⁴⁹² Enquanto que os conselheiros secretos informaram a Companhia que os conselheiros políticos tinham a seu serviço um mordomo, lacaios e cozinheiro, num total de 8 a 12 escravos que deveriam cuidar das estrebarias, cozinhas e dos cavalos e também dois pajens. Eles também pediram aos Diretores dos XIX “(...) quando da sua chegada, que todo o colégio dos conselheiros políticos fosse renovado, pois assim seria possível extirpar deste Estado, essa corrupção enraizada”.⁴⁹³ Soler também enviava cartas para os Diretores dos XIX pedindo que tirassem da colônia os conselheiros políticos.⁴⁹⁴

A visão negativa que se tem atualmente dos conselheiros políticos foi, em grande parte, propagada pelo historiador Hermann Wätjen, ao dizer que os membros do Conselho Político de 1634 a 1636 eram corruptos e de péssima índole e que colocavam os seus interesses acima dos da Companhia. Ainda afirma que os mesmos desviavam grandes quantias em dinheiro em benefício próprio.⁴⁹⁵ A afirmação de Wätjen engloba todos os conselheiros políticos anteriores ao governo de Nassau sendo que havia alguns deles, que, pelas informações coletadas, não foram processados judicialmente e nem estavam sendo investigados, sendo eles: Servaes Carpentier, Elias Herckmans e Paulus Serooskercke.

O predicante Vicente Soler, que criticava abertamente o Conselho Político, excluía das denúncias de corrupção Serooskercke. Disse em uma carta para a WIC que “em verdade Serooskercke é um homem de bem, mas fraco. É um santo que não impede nada. Os colegas zombam dele”.⁴⁹⁶ Portanto, nem todos podem ser chamados de corruptos assim como a afirmação de Wätjen dá a entender.

Entre os conselheiros políticos processados, apenas dois foram acusados de corrupção, foram Robbertz Alma e Balthasar Wijntjjs. Este último estava sendo investigado quando pediu demissão do cargo em 1637. O governador Nassau autorizou a demissão, alegando aos

⁴⁹¹ WATJEN, op. cit., p. 135.

⁴⁹² SOLER, op. cit., p. 17.

⁴⁹³ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 12.

⁴⁹⁴ SOLER, op. cit., p. 29.

⁴⁹⁵ WATJEN, op. cit., p. 333.

⁴⁹⁶ SOLER, op. cit., p. 17.

Diretores dos XIX que o motivo dessa autorização relacionava-se com as acusações existentes contra Wijntjjs na colônia.⁴⁹⁷

Maurício de Nassau, assim como o Conselho Político antes de 1636, não tinha autoridade para permitir a demissão dos altos funcionários da Companhia, responsáveis pela administração colônia. Pelo contrário, ele tinha que pedir autorização aos diretores da Companhia e por isso a justificativa de Nassau da sua permissão para a demissão de Wijntjjs.

Enquanto que Johan Robbertsz Alma, no período em que estava sendo investigado acusado de corrupção, foi chamado a depor e negou todas as acusações. Estas foram confirmadas após sua morte em 1637 no Cabo de Santo Agostinho, quando foram examinados seus papéis pessoais.⁴⁹⁸

Os demais seriam acusados de se utilizarem de meios violentos contra a população. Ao analisarmos os relatos dos cronistas portugueses, verificamos que as principais ações desses conselheiros políticos recaíam sobre os prisioneiros de guerra.

Era natural em expedições militares fazer prisioneiros, pois a partir deles se extraíam informações e pedidos de resgates. Com essa prática, tanto os militares quanto os conselheiros poderiam obter mercadorias, açúcar, dinheiro e objetos valiosos. Constatamos que a maioria das informações desses cronistas sobre os conselheiros políticos está relacionada a utilização de torturas, extorsões e difamações para saber onde o prisioneiro havia escondido o seu dinheiro ou os seus bens.

Como exemplo, citaremos um dos relatos de Diogo L. Santiago sobre Ippo Eissens. O cronista diz que Eissens mandou prender alguns luso-brasileiros quando teve conhecimento de que eles possuíam dinheiro e que o mesmo estava escondido. Um desses prisioneiros era Bartolomeu de Oliveira. Eissens mandou prendê-lo a grilhões e utilizando meios de tortura, obrigou-o a dizer onde havia escondido o dinheiro. Oliveira confessou que havia entregue uma soma de 500 mil réis para que Paulo Teixeira a guardasse. Teixeira, por sua vez, não entregou o dinheiro de Bartolomeu Oliveira e foi pendurado por uma corda e torturado até que o entregasse. Enquanto estavam ocupados com Teixeira, Bartolomeu Oliveira aproveitou a oportunidade e fugiu para Porto Calvo. Como retaliação, Ippo Eissens publicou um edital acusando-o de traição e autorizou sua morte por qualquer pessoa, pois na colônia esse crime era punível com a morte. Além dele, Ippo Eissens pegou o dinheiro dos demais prisioneiros e

⁴⁹⁷ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 485.

⁴⁹⁸ Idem, p. 479.

em seguida ordenou que a maioria fosse assassinada. Santiago diz que o objetivo dessa decisão era impedir que essa ação fosse denunciada aos conselheiros políticos no Recife.⁴⁹⁹

José A. Gonsalves de Mello, diz que para aumentar a lista de atos ilícitos praticados por Ippo Eissens, ele também foi acusado de praticar sodomia.⁵⁰⁰ Ainda acrescenta que, no dia 27 de julho de 1636, foi lido nos Estados Gerais um requerimento dos Jesuítas do Colégio de Olinda pedindo que fosse feita a devolução dos bens que foram desviados por Eissens no mês de fevereiro na Paraíba.⁵⁰¹

Os jesuítas não eram bem vistos pelos diretores da WIC, pois no próprio Regimento de 1629, mais especificamente no artigo 11º, diz que os jesuítas deveriam ser banidos dos lugares que pertenciam a Companhia. Caso fossem pegos na colônia neerlandesa, deveriam ser presos e transportados para as Províncias Unidas. Todavia, eles permaneceriam na colônia, pelo menos até 1635, quando seriam expulsos acusados de traição. Mesmo assim, queixas contra Ippo Eissens chegaram ao conhecimento dos Diretores dos XIX, antes de 1637.

Outro conselheiro político que aparece nos relatos dos cronistas é Jacob Stachouwer, porém este caso foi apresentado por Charles Boxer, diz que Stachouwer foi acusado pelo coronel Arzcziszewsky de ter extraviado todo o dinheiro que havia extorquido do português Pantaleão Monteiro que estava enterrado e cujo esconderijo havia sido delatado pelo seu secretário João Fernandes Vieira.⁵⁰² O conselheiro político obrigou Pantaleão a desenterrar o dinheiro, e com isso conseguiu uma quantia de 18 mil cruzados, junto com peças de ouro e prata. O cronista Santiago ainda diz que ele tinha feito o mesmo com Catarina Jorge e Isabel Correia, esta última era esposa do capitão João Dias. Stachouwer obteve das duas mulheres dinheiro e objetos de ouro e prata.⁵⁰³

Em outro momento, Boxer diz que após a rendição do Arraial, em 1635, os moradores tiveram que pagar um resgate para serem libertados e poderem partir para onde quisessem. Esse dinheiro não foi dividido entre os militares neerlandeses como era de costume, ao contrário, as quantias dadas pelos resgates foram repartidas entre Stachouwer e os seus aliados, deixando o coronel de fora da divisão.⁵⁰⁴

⁴⁹⁹ SANTIAGO, op. cit., pp. 113-114.

⁵⁰⁰ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 472.

⁵⁰¹ Idem, p. 472.

⁵⁰² BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 83.

⁵⁰³ SANTIAGO, op. cit., p. 148.

⁵⁰⁴ BOXER. *Os holandeses no Brasil*, op. cit., p. 83.

Neste caso, se Stachouwer tivesse que ser punido pela Companhia, seria por não ter entregue a parte do resgate que correspondia a esta instituição, como era de seu direito nos espólios de guerra e não por ter extorquido o dinheiro das pessoas que estavam no Arraial.

Outro conselheiro político que estava em busca de dinheiro escondido foi Hendrick Schilt, mas diferente dos demais conselheiros políticos, Schilt foi processado judicialmente acusado de ter torturado e assassinado o capelão do Engenho Obu, Álvaro Mendes de Elvas, cujo engenho pertencia a Francisco de Lugo.

Schilt ao saber que o clérigo tinha dinheiro escondido utilizou métodos de tortura e conseguiu obter dinheiro e as peças de ouro e prata com a qual o capelão realizava as missas. Segundo Diogo Lopes Santiago, o conselheiro político fez quatro visitas ao capelão e na última ordenou o assassinato do clérigo.⁵⁰⁵

Hendrick Schilt foi preso e acusado formalmente em abril de 1637, mas o seu julgamento só aconteceria no dia 30 de setembro do mesmo ano. Ele foi sentenciado a perder o cargo e o vencimento, e deveria restituir os bens que havia furtado.⁵⁰⁶

Mesmo demitido do Conselho Político, Hendrick Schilt permaneceu na colônia e no ano de 1638 o seu nome aparece na lista de escabinos de Itamaracá.⁵⁰⁷

As informações obtidas através dos cronistas portugueses sobre esses conselheiros políticos, dá uma ideia da forma como eles eram vistos pela população luso-brasileira. Porém, temos que ter em mente que essas fontes são portuguesas, portanto, passíveis de conter exageros e ter como intenção citar apenas as ações negativas desses conselheiros políticos na colônia. Porém eles não eram os únicos, os próprios altos e secretos conselheiros criticavam os conselheiros políticos abertamente, como já foi mencionado anteriormente. Mas isso também era uma forma de justificar a necessidade de se alterar o governo da colônia colocando no lugar do Conselho Político o governador Maurício de Nassau e o Alto e Secreto Conselho. Nota-se que esses conselheiros políticos foram investigados no período nassoviano e que queixas de igual natureza não aparecem nos relatos dos cronistas no período de 1638 a 1644.

Hermann Wätjen, afirma que a partir de 1639, o Conselho Político passou a ser ocupado por pessoas de bom caráter e que a partir dessa data a ordem na esfera judicial havia sido implantada.⁵⁰⁸ Na realidade, as queixas sobre a morosidade da justiça neerlandesa fora uma constante na colônia, pelos diversos fatores que foram anteriormente explanados.

⁵⁰⁵ SANTIAGO, op. cit., p. 113.

⁵⁰⁶ MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*, op. cit., p. 480.

⁵⁰⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen 21/07/1638.

⁵⁰⁸ WATJEN, op. cit., p. 303.

Um fato importante e que foi desconsiderado pelos cronistas e pelos historiadores que nos informam sobre a ação violenta dos conselheiros políticos, era que esses atos foram cometidos nas áreas de conflitos, ou seja, nas expedições de guerra em que um membro do Conselho Político deveria participar junto com os militares. Vimos anteriormente que a pilhagem da população, assim como extorsão e assassinato, nas áreas de conflito, não era considerado crime pela Companhia das Índias Ocidentais, tirando algumas exceções, como já foi apontado. Essas práticas eram uma forma de se obter informações, recursos para a colônia e também uma forma de controlar as pessoas através do medo e do exemplo.

Claro que essas práticas eram consideradas um crime para os portugueses que tinham os seus bens roubados e suas vidas tiradas, mas não os eram para a Companhia. Em alguns momentos, os próprios dirigentes da colônia, nas três fases da dominação neerlandesa, autorizaram os militares e os conselheiros políticos a agir com severidade em relação a população civil. Por exemplo, em 1645 o conselheiro político ou de justiça Paulus de Linge fora enviado como diretor da Paraíba, pois temiam que os moradores que estavam completamente endividados se revoltassem, recebendo do Alto Conselho autorização para agir da forma que quisesse, ele tinha amplos poderes para agir na Paraíba e em Itamaracá.⁵⁰⁹

Esse exemplo é posterior ao corte temporal deste trabalho, porém mostra que as práticas nas expedições militares para se obter bens dos prisioneiros de guerra, fazer extorsões e utilização de meios violentos para conter a população com a finalidade de impedir revoltas, de conseguir informações e dinheiro foi algo que sempre aconteceu. Não foram atos isolados praticados apenas pelos conselheiros políticos nos anos de 1634 a 1636.

4.10 Conclusão do terceiro capítulo

Ao concluirmos este capítulo verificamos que a presença dos conselheiros políticos na colônia perpassa todas as esferas administrativas, principalmente no que se refere à administração, economia e justiça. O Conselho Político desempenhou suas atividades de acordo com suas possibilidades e com os recursos que possuíam na colônia. Eles resolviam os problemas que surgiam na colônia e colocavam em prática o que era ordenado nas instruções pelos Diretores dos XIX.

⁵⁰⁹ NIEUHOF, op. cit., p. 113.

Vimos que os conselheiros políticos assim como a população sofria com a escassez de dinheiro para realizar das transações comerciais, e se utilizaram de meios diversos para solucioná-los, como compra de mercadorias a crédito, empréstimos, troca de mercadorias por açúcar, sendo tudo isso autorizado pela Companhia. Neste ponto vimos que o açúcar ao invés de ser enviado para as Províncias Unidas e com isso aumentar a quantidade de açúcar exportado, deveria permanecer na colônia e ser utilizado pelos conselheiros políticos para trocar por víveres.

Tudo isso, além de outros fatores, como o gasto com as expedições militares e o empréstimo para a reconstrução dos engenhos, contribuíram para a dívida da Companhia que girava em torno de 18 milhões de florins.

O grande fluxo de mercadorias que passaram a circular na colônia com a liberdade comercial de 1634, aumentaria a reponsabilidade do Conselho Político com a fiscalização, o transporte, o armazenamento e a exportação e importação dos diversos produtos. Mas a experiência que adquiriam ao longo do seu governo na realização dessas atividades, faz com que eles continuassem exercendo essas atividades no período nassoviano. Portanto, apesar das críticas feitas contra os conselheiros políticos no final de 1636 e que vemos em alguns historiadores, não modificou o seu papel na colônia e nem alterou as atividades que os conselheiros que vieram a partir de 1638 passariam a ter na colônia, pelo contrário elas só tenderam a aumentar, mostrando o quanto eles foram ativos e essenciais na colônia neerlandesa desde 1630 a 1654.

Outra atividade desempenhada pelos conselheiros políticos muito criticada pela historiografia clássica foi a justiça neerlandesa. A justiça teve dificuldades para ser implantada e não fora exercida em sua plenitude. Conseguimos perceber tentativas por parte do Conselho Político para pôr ordem na colônia e se fazer cumprir as normas, os usos e costumes tomando como base algumas províncias neerlandesas. Mas, a permanência do ordenamento português foi um entrave para a aplicação da justiça neerlandesa. Ao mesmo tempo, verificamos que durante todo o período neerlandês, o Conselho Político aplicou uma série de punições na colônia que foram desde multas até a pena de morte.

Um dos membros do Conselho Político, Hendrick Schilt, não fugira da aplicação da justiça neerlandesa, pois fora preso, julgado e sentenciado, sendo demitido desta instituição por causa de uma ação judicial.

Vimos que alguns conselheiros políticos foram investigados por ter cometido atos violentos contra os luso-brasileiros e ao mesmo tempo verificamos que esses atos ocorreram

em sua maioria nas expedições militares, portanto não era considerado crime pela Companhia e não era passível de punição.

A justiça neerlandesa teve em alguns momentos e para alguns casos uma aplicabilidade, pois a colônia tinha normas a serem seguidas e não vivia no mais completo caos, pelo contrário, as pessoas que as descumpriam eram punidas para servir de exemplo. A aplicação dessas punições ocorreram ainda no governo do Conselho Político (1630-1636). Portanto, este trabalho busca dar uma outra visão da justiça neerlandesa, em que se aborda não a participação da Câmara dos Escabinos, que pode ser vista em vários trabalhos recentes, mas sobre a participação do Conselho Político na justiça.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do Conselho Político foi de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades administrativas, econômicas, judiciais e militares na colônia neerlandesa. Esta instituição permaneceu na colônia desde 1630 a 1654, sendo portanto o órgão governativo que permaneceu em todas as fases do Brasil holandês, onde contou com uma rotatividade de vários membros provenientes de diversos lugares das Províncias Unidas, onde exerciam diversas profissões e atividades.

A escolha dos seus membros seguia o mesmo critério em que se escolhiam os diretores da Companhia, as Câmaras dos Países Baixos que tinham a maior porcentagem de investimentos tinham o direito de escolher uma quantidade maior de pessoas, seguida pelas demais, de acordo com o grau de investimento e de influência que essas Câmaras possuíam nas suas províncias.

O Conselho Político era a autoridade máxima da colônia, sua principal função era o gerenciamento com uma grande quantidade de atribuições que perpassava pelas esferas administrativas, financeiras, econômicas, judiciais e militares. A quantidade de conselheiros políticos que se exigia no Regimento das Praças de 1629, regulamento que legitimava a autoridade do Conselho Político na colônia, nunca fora alcançado nos seis primeiros anos. Sem falar que o tempo de duração deles na colônia variava bastante, assim como o motivo de terem deixado esta instituição. Alguns pediram demissão e voltaram para as Províncias Unidas, outros também pediram demissão, mas permaneceriam na colônia, enquanto que outros tinham a missão de relatar oralmente o que estava acontecendo na colônia aos Diretores dos XIX, porém não regressariam, pelo menos não como conselheiro político, já outros conselheiros políticos faleceram na colônia.

Um fato importante era que os conselheiros que pediram desligamento do cargo durante os anos de 1630 a 1636 regressaram todos para as Províncias Unidas, exceto Marthis Thyssen que foi para o Caribe. Por sua vez, os conselheiros de 1637 a 1644, tiveram destinos variados, alguns permaneceram na colônia onde se tornaram senhores de engenho, outros voltariam para as Províncias Unidas, e alguns que partiram antes de 1636 regressariam para a colônia e exerceriam cargos em outras instituições como no Conselho de Finanças ou como assessor do Alto e Secreto Conselho, ou se dedicaram a atividades econômicas como Jacob Stachouwer, ou ainda regressaram a colônia como conselheiros políticos como Paulus Serooskercke.

No período nassoviano os conselheiros políticos de 1636 foram mantidos nos seus cargos e funções, pois tinham experiência na realização de suas atividades e mesmo assim a ocupação de alguns cargos não foram alterados como o cargo de diretor. Esse permaneceu com os conselheiros políticos até 1654. Logo, eles exerciam a administração da colônia a nível local, eles eram os diretores dos armazéns e faziam a distribuição dos víveres, cuidada da exportação do açúcar, do pau-brasil e das mercadorias, portanto permaneceram exercendo atividades econômicas e estavam também nas finanças com o cargo de tesoureiro. Essa participação na colônia foi bastante ativa e essencial para o gerenciamento do Brasil holandês.

Esses são fatos que nos leva a questionar as afirmações de Hermann Wätjen, de Mario Neme, de Pieter Marinus Nestcher e de outros historiadores que dizem que o Conselho Político foi ineficaz na realização de suas atividades, por serem inescrupulosos, inexperientes e por não terem capacidade de desempenhar as suas funções e que por esse motivo teve início o governo nassoviano. Todavia, vimos claramente que os conselheiros políticos foram bastante ativos na colônia desde o ano de 1630, quando participavam junto aos militares das expedições militares.

Com a expansão territorial, as atividades dos conselheiros políticos se ampliaram assim como a sua responsabilidade na administração. Neste caso, se eles foram tão ineficazes, como esses historiadores afirmam, por que, então, várias dessas atividades, cargos e funções que desempenhavam continuariam em suas mão? Sem falar que a justiça sempre foi uma área considerada deficitária na colônia neerlandesa, principalmente de 1630 a 1636, porém permaneceu sob sua responsabilidade no governo nassoviano e posteriormente.

Parte disso se deve porque os conselheiros políticos foram adquirindo experiência à medida em que administravam a colônia e precisavam tomar diversas decisões que abrangiam todas as esferas administrativas, econômicas e judiciais. Vimos ao longo deste trabalho, como o Conselho Político gerenciou a colônia, a maneira que se utilizou para atrair a elite açucareira de volta aos engenhos e as plantações de açúcar. Afinal precisavam retomar as atividades açucareiras, um dos principais motivos da invasão a capitania de Pernambuco em 1630. Os meios que se utilizaram para movimentar a economia e a aplicação das punições na colônia, sem falar que eles conseguiram expandir territorialmente a área conquistada pelos neerlandeses, a partir de 1634. Portanto, todos esses fatores contribuíram para que essas atividades permanecessem em suas mão no período nassoviano.

Os conselheiros políticos, ao longo do seu governo, lidaram com as desavenças entre a sua instituição e os seus subordinados. No primeiro momento foi com os militares. Vários historiadores são de opinião que os atritos entre os conselheiros políticos e os militares era a única forma de interação entre ambos. Este trabalho, por outro lado, mostra que havia um

diálogo entre ambas as esferas e que em vários momentos eles chegaram a alguns acordos. Como os locais onde deveriam investir militarmente, por exemplo, ou tinham a mesma opinião sobre um determinado assunto como o abandono e destruição de Olinda, ambos compactuavam a impossibilidade de fortificá-la e defendê-la. Mostrando o mesmo ponto de vista para os Diretores dos XIX. Portanto, os anos de 1630 a 1636 não foram marcados apenas pela hostilidade das esferas civis e militares, apesar de existirem, mas também de concordância e diálogo.

No período nassoviano também havia divergências entre os conselheiros políticos e os escabinos que, para ser solucionada, precisou da intervenção dos Diretores dos XIX, em vários momentos.

A justiça neerlandesa, para alguns historiadores, foi uma área em que os conselheiros políticos falharam totalmente, uma que era uma área onde a Companhia mais recebia queixas relacionadas ao atrasado das sentenças nos tribunais. Além disso, ainda apresentava um número insuficiente de conselheiros, agravado pela não aplicação em sua totalidade das normas neerlandesas.

Mesmo com essas dificuldades, a aplicação das punições mostra que houve tentativa por parte dos conselheiros políticos de se aplicar a ordem na colônia, tendo como base as normas das províncias da Zelândia, Frísia e Amsterdã, como previa as Instruções de 1636. Da mesma forma, também se aplicavam as ordens e instruções criadas na colônia e emanadas pelos Diretores dos XIX, haja visto que havia a aplicação dessas punições desde 1630 e entre elas estavam a pena de morte, as multas e os confiscos.

No Regimento das Praças de 1629, a Companhia dava ao Conselho Político o direito de confiscar as propriedades, os engenhos, o açúcar e também os animais das pessoas que desobedecessem as suas ordens. Na documentação consultada como as Atas das Nótulas Diárias e os relatos de cronistas como Joannes de Laet, essas penas foram exercidas na colônia, principalmente no que se refere ao confiscos dos engenhos e de açúcar.

Este trabalho contribui para inserir o Conselho Político nos estudos sobre o Brasil holandês, pois a sua participação na colônia foi eclipsada na historiografia pela fase da conquista, pelo governo nassoviano e pela Insurreição Pernambucana (1645-1654). Por isso buscamos mostrar a importância de se abordar esta instituição, pois as conquistas dos neerlandeses no período de 1630 a 1636 foram alcançadas durante o seu governo. As decisões militares, as táticas de guerra e as decisões administrativas foram tomadas nas reuniões dessa instituição em que se tinha a participação dos oficiais de alta patente.

As atividades econômicas e a venda dos engenhos se iniciam a partir de 1635 e 1636, respectivamente. Quando entramos no período nassoviano, vemos os conselheiros políticos também fazendo parte da estrutura administrativa, já que governavam as capitâneas e o sul de Pernambuco, logo decisões tomadas na colônia no governo de Maurício de Nassau também tiveram a participação deles. Eles também exerciam suas funções fora da colônia neerlandesa, por exemplo: dois membros do Conselho Político governavam Angola, enquanto que outros participaram de expedições na Bahia, no Chile, no Caribe e quando regressavam para a colônia, mesmo não obtendo sucesso como no caso do Chile e na perda de Angola, voltavam a exercer suas funções no Conselho Político.

Com este trabalho, tomamos conhecimento do itinerário dos conselheiros políticos nos anos de 1634 a 1636, eles se deslocaram para os mais diversos lugares, com o intuito de resolverem as mais variadas questões. O que abre espaço para que outros trabalhos construam o itinerário dos conselheiros políticos em outras épocas, assim como trabalhos que possam abordar de forma mais detalhada a biografia e as atividades que cada um deles desempenharam na colônia e fora dela.

Portanto, o período da conquista vai muito além das guerras e o governo nassoviano tem muito mais coisas do que apenas as atividades desempenhadas por Maurício de Nassau. Haja visto que, nesses períodos, havia a presença constante do Conselho Político e a sua participação nas áreas administrativas, econômicas, militares e judiciais moldaram a colônia neerlandesa. Por esse motivo, deve ser dada a devida importância ao Conselho Político nos estudos sobre o Brasil holandês, pois os seus membros também gerenciaram a colônia.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lucia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de; BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. *Fontes Repatriadas: anotações de história colonial, referências para pesquisa, índices do catálogo da capitania de Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BAERS, Johannes. *Olinda conquistada*. Tradução de Alfredo de Carvalho. São Paulo, IBRASA; Brasília, INL, 1978.
- BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício conde de Nassau*. São Paulo: Edusp, 1974.
- Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. 2. ed. v. 1. Recife: CEPE, 2004.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 188-221.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Os holandeses no Brasil – 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. 2. ed. Recife: CEPE, 2004.
- BLOKLAND, Ann; GALLINDO, Pablo Marcy B. *Glossário*. In: IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo*. Tradução de Telma da Costa. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. v. 1. Recife, FUNDARPE, 1985.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XVI – as origens (conclusão) século XVII – formação brasileira V. 2*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.

CAMARINHAS, Nuno. *O aparelho judicial ultramarino português*. O caso do Brasil (1620-1800). Almanack Braziliense. N. 09, maio, 2009, p 86-102.

COSTA, José Israel da. Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, da ilha de Itamaracá e Paraíba – ano 1623. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. 2. ed. v. 1. Recife: CEPE, 2004. p. 28-32.

Descrição geral da capitania da Paraíba, Elias Herckmans. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: administração da conquista*. 2. ed. v. 2. Recife: CEPE, 2004.

EBBEN, Maurits A. A República das sete províncias até aproximadamente 1650. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. Leiden University Press, 2004, p. 32-79.

Fragmento ou post-scriptum achado com uma carta do governador Waerdenburch, em Antônio Vaz, aos Estados Gerais, e a ela pertencente, datado de 31 de maio de 1631. In: *Documentos holandeses*. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. *Da liberdade dos mares: guerra e comércio na expansão neerlandesa para o Atlântico*. Revista de História. N. 154, 2006

HANDELMANN, H. *História do Brasil - Tomo I*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

HEIJER, Henk den. Diretores, Stadhouderes e Conselhos de Administração (a administração da Companhia das Índias Ocidentais neerlandesas na República das Províncias Unidas e no Brasil. IN: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. Leiden University Press, 2005, p. 17-43.

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da capitania da Paraíba In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: administração da conquista*. 2. ed. v. 2. Recife: CEPE, 2004.

<https://geni.com/people/Jacob-Alrichs>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<https://gw.geneanet.org/horatiuscalandrini>. Acesso em: 22 de out. 2017.

HULSMAN, Lodewijk, *Guia para o estudo nas atas Diárias do Alto e Secreto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife (1635-1654)*. In: IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen, p. 25-34.

IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen 1635-1640.

LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Tradução de José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1912. (A)

_____. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Tradução de José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1915. (B)

_____. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Tradução de José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vol. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1920. (C)

_____. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Tradução de José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vol. 4. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1925. (D)

LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e Escabinos – Poder Local e Restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. 2007. 195f. Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História. São Paulo: USP, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O Brasil holandês*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras e Penguin, 2010.

_____. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*. 2. ed. v. 2. Recife: CEPE, 2004.

_____. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. 2. ed. v. 1. Recife: CEPE, 2004.

_____. *Gente da Nação: cristãos novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Ed. Massangana, 1996.

_____. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: CEHA, 2002.

_____. *Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. São Paulo: Ed. Topbooks, 2007.

Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644). In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista*. 2. ed. v. 2. Recife: CEPE, 2004.

Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630. In: MELLO, José A. Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: economia açucareira*. 2. ed. v. 1. Recife: CEPE, 2004.

MIRANDA, Bruno Romero. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. 2001. 410f. Tese de Doutorado. Universidade de Leiden, 2011.

Missiva do governador D. Van Waerdenburch, em Olinda, aos Estados Gerais, datada de 12 de fevereiro de 1631. In: *Documentos Holandeses*. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

Missiva do governador D. Van Waerdenburch, em Antônio Vaz, aos Estados Gerais, datado de Janeiro de 1632. In: *Documentos Holandeses*. Vol. 1. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*. Tradução de Lêda Boechat. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

NAVARRO, Luize Stoeterau. *Entre dois mundos: câmara e escabinos na circularidade da cultura jurídica no Brasil holandês (1630-1654)*. 2015. 195f. Dissertação de mestrado em Direito. Setor de Ciências Jurídicas. Departamento de Direito. Curitiba, UFPR, 2015.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. 2008. 320f. Tese de Doutorado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, UFF, 2008.

_____. *Notas*. In: IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen(1635-1636).

NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Difusão europeia do livro Ed. USP, 1971.

NETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil – notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mário Sette. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1981.

PAPAVERO, Claude G. *Mantimentos e víveres: o domínio colonial holandês no Brasil*. 2002. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. São Paulo: Ed. USP, 2002.

PEREIRA, José Higyno Duarte. Batalha Naval de 1640. In: RIAHGB, n. 33, Recife, 1895, p. 1-58.

_____. Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais. In: RIAHGP, n. 31, Recife, 1886. p. 289-310.

_____. Relatório sobre as pesquisas realizadas na Holanda, lido na sessão especial de 9 de maio de 1885. In: RIAHGB, n. 31, Recife, 1886, p. 183-243.

PINHO, Ruy Rebello. *A organização da justiça, o processo penal e o direito penal no Brasil holandês*. Revista da Faculdade de Direito da USP, vol. 49, p. 395-444, 1954.

QUELEN, Augusto de. Breve relação do estado de Pernambuco. Dedicada à Assembleia dos XIX Da nobilíssima Companhia das Índias Ocidentais. In: MELLO. *Fontes para a história do Brasil holandês: A administração da conquista*. 2. ed. v. 2. Recife: CEPE, 2004.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

Relatório do governador D. Van Waerdenburch, aos Estados Gerais, datado de 10 de julho de 1633. In: *Documentos Holandeses*. Vol. 1. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

Relatório sobre o estado das Capitânicas no Brasil, datado de 10 de dezembro de 1639. In: MELLO, José A. Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: economia açucareira*. 2. ed. v. 1. Recife: CEPE, 2004.

Relatório sobre o estado das capitânicas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira*. 2. ed. v. 1. Recife: CEPE, 2004.

RIBEIRO, Joaquim; RODRIGUES, José Honório. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)*. Tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco: feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. Recife: FUNDARPE, 1984.

SCHALVIWIJK, Frans Leonard. *A Igreja Cristã Reformada no Brasil holandês. Atas de 1636 a 1648*. In: RIAHGP n. 58, Recife, 1993.

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na época de ouro uma interpretação*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. *O Nordeste açucareiro e o Brasil colonial*. IN: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Brasil colonial (1580-1720)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 337-378.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOLER, Vicente Joaquim, *Brasil holandês: dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler, 1636-1643*. Tradução de B. N. Teensma. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

STEPHEN J. Lee. *A guerra dos trinta anos*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. *Tempo dos flamengos: a experiência colonial holandesa*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) *O Brasil colonial (1580-1720)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Edições Aprontamento: Porto, 1974.

WATJEN, Hermann. *Domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. Recife: CEPE, 2004.

XAVIER, Lúcia Furquim Werneck. *Circulação monetária no Brasil neerlandês*. (CLIO) Revista de pesquisa histórica. N. 29. 2, 2011.

XAVIER, Lúcia Furquim Werneck. *Resumo da Carta da Câmara de Haia ao Conselho Político, datada de 17 de junho de 1630*. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*:

Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Haia para o Conselho Político datada, de 18 de julho de 1630. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Haia ao Conselho Político datada, de 15 de fevereiro de 1631. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 31 de outubro de 1631. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao governador Waerdenburch datada, de 01 de novembro de 1631. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 17 de abril de 1632. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 28 de setembro de 1632. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político, datada de 9 de abril de 1635. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*: Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas. v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã para o Conselho Político, datada de 19 de Abril de 1635. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654): Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas.* v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político datada, de 01 de agosto de 1635. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654): Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas.* v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã ao Conselho Político, datada de 12 de novembro de 1635. IN: XAVIER, Lúcia Furquim Werneck. Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. IN: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654): Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas.* v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta de Middelburg para o governador Nassau e o Alto e Secreto Conselho datada de 24 de junho de 1639. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654): Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas.* v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã para o governador Nassau e ao Alto e Secreto Conselho datada, de 24 de outubro de 1639. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654): Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas.* v. 4. Leiden University Press, 2011.

_____. Resumo da Carta da Câmara de Amsterdã para o governador Nassau e ao Alto e Secreto Conselho datada, de 21 de maio de 1643. In: Companhia das Índias Ocidentais Velha, número de chamada 1. 05. 01. 01. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654): Introdução aos Países Baixos do século dezessete e às coleções em arquivos e bibliotecas neerlandesas.* v. 4. Leiden University Press, 2011.

ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt.* Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

APÊNDICE A – CONSELHEIROS POLÍTICOS (1630 A 1644) ⁵¹⁰

Conselheiros Políticos	Período de duração dos conselheiros no cargo	Cargo de Diretor das Capitâneas e jurisdições		Outros cargos e atividades exercidos pelos conselheiros (1630-1644)		Participações em expedições militares		Motivo do término do seu serviço no Conselho Político
		Ano	Local	Ano	Cargo	Ano	Local	
Horatius Calandrini	1630 - 1630	—	—	1630	Tesoureiro	—	—	Em 1630 faleceu em Olinda.
Johan de Bruyne	1630 - 1630	—	—	—	—	—	—	Foi enviado para a Holanda para relatar aos Diretores dos XIX sobre o território conquistado. Não regressou à colônia.
Jhoannes van Walbeek	1630 - 1633	—	—	1640 – 1646	Assessor (Secretário-geral) do Alto e Secreto Conselho	1630	Almirante do Litoral do Brasil	Em 1633 pediu permissão para regressar à Holanda. Em 1640 voltou para a colônia e assumiu o cargo de assessor. Em 1647 foi Presbítero no Conselho Eclesiástico.
						1634	Expedição na ilha de Curaçau	
Paulus Serooskercke	1630 - 1632	—	—	—	—	—	—	Pediu demissão do cargo e para regressar as Províncias Unidas em 1632. Retornou para a colônia em 1636. Devido ao desentendimento da Classis com o seu filho, por causa do seu casamento com a filha do predicante Soler, retorna para a Pátria em 1637.
	1636 - 1637							

⁵¹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil holandês*. Tomos 1 e 2. Recife: CEPE, 2004; LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Traduzido por José Higyno Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1912 – 1925. <https://geni.com/people/Jacob-Alrichs>. Acessado em 20 de março, às 10:15h. <https://gw.geneanet.org/horatiuscalandrini>. Acessado em 22 de outubro, às 14:30h. SCHALVIWIJK, Frans Leonard. *A Igreja Cristã Reformada no Brasil holandês. Atas de 1636 a 1648*. IN: RIAHGP n. 58, Recife, 1993. NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Traduzido por Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1981.

Conselheiros Políticos	Período de duração dos conselheiros no cargo	Cargo de Diretor nas capitâneas e jurisdições		Outros cargos e atividades exercidos pelos conselheiros (1630-1644)		Participações em expedições militares		Motivo do término do seu serviço no Conselho Político
		Ano	Local	Ano	Cargo	Ano	Local	
Pieter van der Hagen	1630 – 1633 1642 - 1643	—	—	1642	Conselheiro de Finanças	1631	Expedição na Paraíba	Pediu demissão em 1643 do Conselho de Finanças por não concordar com a cobrança dos tributos. Por causa do seu excesso de bebida e por calúnia aos centros administrativos, é enviado para as Províncias Unidas em 1645.
Servaes Carpentier	1630 - 1636	1635	Paraíba e Rio Grande do Norte	1637 - 1639	Assessor (Secretário-geral) do Alto e Secreto Conselho	1630 - 1634	Expedições em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte	Foi enviado em 1636 para as Províncias Unidas para relatar sobre a situação da colônia. Regressa em 1637 como assessor e em 1639 pediu demissão para cuidar dos seus engenhos em Goiana.
				1638	Elaborou as Instruções dos Escabinos e Escoltetos			
Marthis Thyssen	1631 - 1632	—	—	—	—	1630 - 1632	Expedições em Pernambuco e Paraíba	Em 1632 foi escolhido para hostilizar os espanhóis nas Índias Ocidentais.
						1632	Expedição nas Antilhas	
Willem Schott	1633 - 1638	1636	Ipojuca e Serinhaém	1635	Tesoureiro	1635 - 1636	Expedições no sul de Pernambuco	Pediu demissão em 1638 para se dedicar ao seu engenho, mas no mesmo ano regressou para as Províncias Unidas.
Balthasar Wijntjjs	1634 - 1637	1637	Itamaracá	—	—	1635	Expedições em Pernambuco	Em 1637, por causa das acusações feitas contra ele Maurício de Nassau aceitou a sua demissão.
Ippo Eissens	1634 - 1636	1635	Itamaracá e Paraíba	—	—	1635 - 1636	Expedições em Pernambuco, Paraíba e Itamaracá	Em 1636 foi assassinado ao proteger o seu engenho na Paraíba contra as tropas de Francisco Rebelo.

Conselheiros Políticos	Período de duração dos conselheiros no cargo	Cargo de Diretor nas capitanias e jurisdições		Outros cargos e atividades exercidos pelos conselheiros (1630-1644)		Participações em expedições militares		Motivo do término do seu serviço no Conselho Político
		Ano	Local	Ano	Cargo	Ano	Local	
Jacob Stachouwer	1634 - 1637	—	—	1637	Eleitor dos escabinos de Olinda	1634 - 1636	Expedições no Rio Grande, Paraíba e Pernambuco	Em 1637 pediu demissão para cuidar dos seus engenhos. Partiu para as Províncias em 1639 e vendeu os seus engenhos para o seu feitor João Fernandes Vieira. Regressa para a colônia em 1647 como Sargento-mor e depois se torna tenente-coronel.
				1638	Vendia escravos			
Elias Herckmans	1635 - 1642	1636	Itamaracá	1639	Tesoureiro	1640	Expedições no Recôncavo baiano	Em 1642 partiu para a Holanda, mas regressa para a colônia no mesmo ano, pois havia sido escolhido para fazer parte de uma expedição militar comandada por Henrick Brouwer para o Chile em busca de ouro. Mas a expedição fracassou e voltou para Pernambuco em 1643, vindo a falecer no Recife em 1644.
		1637	Paraíba e Rio Grande				1642	
		1641	A região entre Igarassu e Goiana					
Hendrick Schilt	1636 - 1637	1637	Itamaracá	1638	Escabino em Itamaracá	—	—	Em 1637 foi acusado de torturar e assassinar um clérigo. Foi julgado e sentenciado a perder o cargo, o salário e deveria devolver os bens roubados.
Johan Robbertz Alma	1636 - 1637	1637	Distrito do Cabo de S. Agostinho	—	—	—	—	Em 1637 faleceu no Cabo de S. Agostinho.
Cornelis Adriaensz Jong-Knecht	? - 1637	—	—	—	—	1637	Expedição no sul de Pernambuco	Faleceu em 1637. Contra ele havia vários processos de corrupção.

Conselheiros Políticos	Período de duração dos conselheiros no cargo	Cargo de diretor nas Capitâneas e jurisdições		Outros cargos e atividades exercidos pelos conselheiros (1630-1644)		Participações em expedições militares		Motivo do término do seu serviço no Conselho Político
		Ano	Local	Ano	Cargo	Ano	Local	
Daniel Alberti	1638 - 1642	1640	Paraíba	1642	Secretário do governador Nassau e traduziu as Instruções para o Escolteto	—	—	Após a demissão do secretário de Nassau, Johan Carl Tolner. Alberti foi convidado pelo governador para ocupar esse cargo. Ele o aceita e inicia as suas funções em junho de 1642.
Gijsbert de With	1638 - 1654	1640	Alagoas e do distrito de São Francisco	—	—	1645	Expedição na Bahia	Em 1654 foi um dos negociadores para o acordo de rendição dos holandeses.
		1643	Paraíba					
Johan Bodecher Banning	1638 - 1639	—	—	1638	Elaborou as Instruções dos Escabinos e Escoltetos	—	—	Em 1639 o Conselho Político e o Alto e Secreto Conselho, pedem a demissão de Banning. Ele foi acusado de comportamento indecoroso, de alcoolismo e por criticar as sentenças do Conselho Político, sendo enviado para a Pátria.
				1639	Diretor dos armazéns de víveres			
Nuono Olpherdi	1638 - 1641	1638	Alagoas e do distrito de São Francisco	1640	Tesoureiro	1641	Expedição na Bahia	Olpherdi propõem em 1641 e 1642 permissão para povoar Sergipe, mas teve seu pedido e o contrato negado pelos Diretores dos XIX.

Conselheiros Políticos	Período de duração dos conselheiros no cargo	Cargo de diretor das Capitâneas e jurisdições		Outros cargos e atividades exercidos pelos conselheiros (1630-1644)		Participações em expedições militares		Motivo do término do seu serviço no Conselho Político
		Ano	Local	Ano	Cargo	Ano	Local	
Pieter Jansz Bas	1638 - 1645	1639	Distrito de Serinhaém e Porto Calvo	1640	Diretor das construções da WIC	—	—	Em 1645 participou da reunião, junto com o Alto Conselho, em que decidia o parcelamento das dívidas dos luso-brasileiros. Nesse mesmo ano, assumiu o cargo de Alto e Secreto Conselheiro, permanecendo em Pernambuco até 1647.
		1641	Maranhão		Dirigiu a cunhagem dos "ducados brasileiros"			
				1645	Participou da reunião em se decidia o parcelamento das dívidas dos luso-brasileiros.			
Sebastian van Hoogevens	1638 - 1639	—	—	1638	Elaborou as Instruções dos Escabinos e Escoltetos	—	—	Em 1639 foi nomeado Diretor da Paraíba, mas não assumiu, vindo a falecer por causa de uma febre.
Baltasar van der Voorde	1639 - 1645	1640	Porto Calvo	1639	Tesoureiro	1645	Expedição na Bahia	Em 1645 regressou para a Holanda, com o objetivo de dar informações sobre a situação da colônia. Entregando um relatório para os Estados Gerais.

Conselheiros Políticos	Período de duração dos conselheiros no cargo	Cargo de diretor das Capitâneas e jurisdições		Outros cargos e atividades exercidos pelos conselheiros (1630-1644)		Participações em expedições militares		Motivo do término do seu serviço no Conselho Político
		Ano	Local	Ano	Cargo	Ano	Local	
Jacob Alrichs	1639 - ?	—	—	1637 - 1654	Contador-Geral	—	—	Alrichs chegou na colônia em 1637 e assumiu o cargo de contador. Com a morte de Hoogeveens foi escolhido pelo Alto e S. Conselho para assumir o cargo no Conselho Político, função que exerceu junto com a de contador-geral. Foi presbítero no Conselho Eclesiástico em 1647. Em 1657 era Diretor em Nova Amsterdã (Nova York).
Pieter Mortamer	1639 - 1641	1639	Itamaracá	1640	Diretor de Munições	1641	Expedição em Angola	Em 1641 foi designado para participar da conquista de Angola. Junto com Cornelis Nieulant Vide assumiu o cargo de Diretor de Angola. Em 1642 regressou para Pernambuco e em 1643 partiu para as Províncias Unidas.
Adriaen Becker	1640 - 1641	—	—	1640	Tesoureiro	—	—	Faleceu em 1641.
Abraham Struys	1640 - 1642	1642	Jurisdição do rio São Francisco	—	—	—	—	Faleceu em 1642, na jurisdição de São Francisco.
Cornelis Nieulant	1640 - 1641	—	—	1640	Diretor dos açucares pertencente a WIC	1640	Expedição no Espírito Santo	Em 1641 partiu para Angola para exercer o cargo de diretor e faleceu nesse mesmo local em 1643.

Conselheiros Políticos	Período de duração dos conselheiros no cargo	Cargo de diretor das Capitánias e jurisdições		Outros cargos e atividades exercidos pelos conselheiros (1630-1644)		Participações em expedições militares		Motivo do término do seu serviço no Conselho Político
		Ano	Local	Ano	Cargo	Ano	Local	
Jan Alewijn	1640 - 1642	1641	Porto Calvo	1640	Diretor dos mercadorias pertencentes a WIC	—	—	Faleceu em 1642.
Paulus Linge	1640 - 1646	1640-42	Paraíba	1640	Diretor dos armazéns de víveres da WIC	—	—	Entre os anos de 1643 a 1645 quem o substituiu na direção da Paraíba foi Gijsbert de With.
		1645-46	Paraíba					
Willem van Alphen	1643 - ?	—	—	—	—	—	—	—
Johan van Raesvelt	1644 - 1651	—	—	—	—	—	—	Em 1645 participou da reunião, junto com o Alto Conselho, em que decidia o parcelamento das dívidas dos luso-brasileiros. Faleceu em 1651.